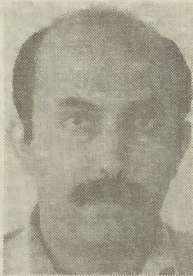


Razões para estarmos confiantes

A acção dos membros do Partido, a sua intervenção nas organizações dos trabalhadores e na condução das lutas, constitui não só uma importante forma de ligação com os trabalhadores, mas é também um importante factor que permite aumentar a influência do Partido e da ligação do Partido às massas trabalhadoras.



■ Jorge Pires Pág. 18

Recordando e alertando ao correr da pena

■ Sérgio Vilarigues Págs. 20 e 21

A actualidade do Manifesto Comunista



• Discurso de Carlos Carvalhas Págs. 8 e 9

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

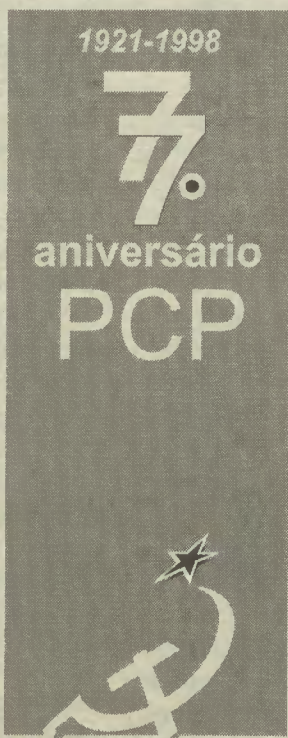
Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Março de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1266 • Director: Carlos Brito

Encontro de Quadros do Alentejo

MAIS EMPREGO PARA O ALENTEJO

Duas centenas e meia de quadros do PCP participaram no Encontro realizado no passado sábado em Portalegre pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e dos membros da Comissão Política José Soeiro e Agostinho Lopes.

Págs. 5 e 6



Festa-Comício

intervenção de

CARLOS CARVALHAS

Sábado, 7 de Março, 16 h no Pavilhão dos Desportos

Vitória da CDU confirmada em Loures

• no próximo domingo

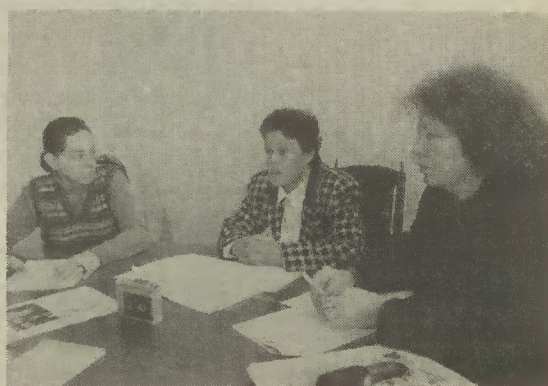
VOTA-SE EM ODIVELAS

Pág. 7

8 de Março

Só a luta garantirá

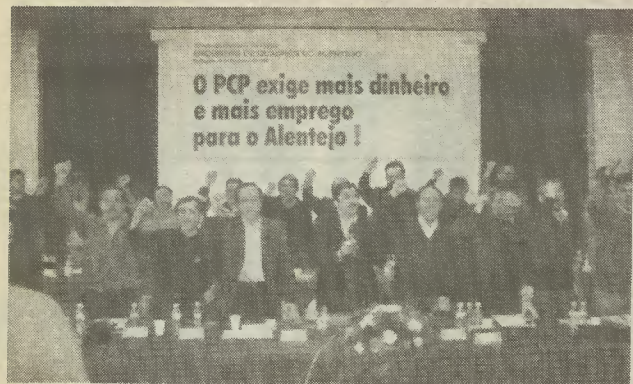
a igualdade no trabalho



Centrais

EDITORIAL

Celebrar para avançar



Encontro de Quadros do Alentejo do PCP, no sábado

RESUMO

25
Quarta-feira

Realiza-se um «buziã» junto à sede da Portugal Telecom, como protesto contra a taxa de activação ■ O Governo divulga o relatório de convergência da economia portuguesa ■ Em Angola, uma emboscada da Unita provoca a morte a quatro pessoas ■ Centenas de estudantes indonésios manifestam-se pacificamente, em Jacarta, contra o regime da «ordem nova» ■ As autoridades da Albânia acusam a Jugoslávia de fomentar os actos de violência que se registam no país ■ As autoridades policiais argelinas matam 23 islamitas.

26
Quinta-feira

Os «150 anos do Manifesto Comunista» são evocados em Lisboa, numa sessão com a participação de Carlos Carvalhas ■ Inicia-se, em Lisboa, o Congresso dos Jornalistas ■ Em Espanha, Luís Roldán, antigo director-geral da Guarda Civil, é condenado a 28 anos de prisão por vários delitos, nomeadamente corrupção e desvio de dinheiros públicos ■ Dez pessoas morrem na Argélia, na sequência de um atentado à bomba.

27
Sexta-feira

Quatro membros da GNR são condenados pelo Tribunal de Braga por nove crimes, entre eles tráfico de droga agravado ■ O Tribunal Internacional de Justiça de Haia declara-se competente para julgar a queixa da Líbia relativa à explosão de um avião na Escócia em 1988 ■ No Cambojia, as duas facções rivais anunciam um cessar-fogo imediato ■ Cinco pessoas morrem no Paquistão devido à explosão de uma bomba.

28
Sábado

Realiza-se, em Portalegre, o Encontro Anual de Quadros do Alentejo do PCP ■ Rui Silva ganha a medalha de ouro nos 1500 metros do Campeonato da Europa de Pista Coberta, em Espanha ■ Jorge Sampaio sugere que se deve debater aprofundadamente a regionalização e as suas consequências práticas ■ O Iraque acusa dos Estados Unidos e a Grã-Bretanha de tentar fazer abortar os acordos assinados com as Nações Unidas ■ Na

Rússia, o vice-primeiro-ministro para a CEI, o ministro dos Transportes e o ministro da Educação são afastados do Governo.

1
Domingo

Carlos Carvalhas participa num almoço, no Seixal ■ Fernanda Ribeiro fica em segundo lugar na prova de 3000 metros no Campeonato Europeu de Pista Coberta ■ 250 mil pessoas reúnem-se em Londres, numa manifestação contra a falta de apoios do Governo aos agricultores e a nova lei da caça ■ Na Alemanha, o SPD vence as eleições regionais na Saxónia ■ O presidente indonésio Elias Suharto afirma que as reformas do FMI para a crise económica do país fracassaram.

2
Segunda-feira

Portugal e Espanha assinam um tratado para a criação de regras que facilitem a luta contra o tráfico de droga por mar ■ Os taxistas manifestam-se junto ao aeroporto da Portela, em Lisboa, pela criação de uma carteira profissional para a sua classe ■ O Presidente da Eslováquia abandona o seu cargo ■ Ocorrem violentos confrontos entre estudantes de esquerda e integristas, na Universidade de Teerão, no Irão ■ Realiza-se uma grande manifestação de albaneses, no Kosovo.

3
Terça-feira

É anunciado o fecho próximo da fábrica Renault de Setúbal, colocando em perigo os postos de trabalho de 600 trabalhadores ■ Tomam posse, após a confirmação pelo Tribunal Constitucional dos resultados eleitorais, os vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Loures, onde a CDU foi novamente vencedora ■ O juiz conselheiro Cardona Ferreira é eleito, à segunda volta, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça ■ Valentim Loureiro anuncia acordo entre a Liga Portuguesa de Futebol, a Federação e o Governo para regularizar as dívidas ao fisco e à Segurança Social ■ Vital Moreira, constitucionalista ligado ao PS, anuncia em colóquio que vai votar «não» no referendo sobre a regionalização ■ Em Kosovo cumpre-se um dia de luto e faz-se o funeral dos albaneses mortos na sequência dos confrontos com a polícia sérvia.

Estamos na véspera de duas datas de significado especialmente importante. A 6 de Março completam-se 77 anos sobre a fundação do PCP. A 8 de Março passa mais um Dia Internacional da Mulher.

Como sempre acontece, os comunistas assinalam estas datas não como uma rotina comemorativista mas transformando-as em verdadeiras jornadas de luta em

que o passado é evocado para dar mais força à energia com que se intervém no presente e se projecta o futuro.

O aniversário do PCP celebra-se este ano no quadro do novo impulso à acção e à organização partidárias. O 8 de Março ocorre no fragor da batalha pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Com efeito, as iniciativas comemorativas do aniversário do Partido que são, para várias organizações, das mais participadas que se realizam fora das campanhas eleitorais, já estão a reflectir, de uma maneira ou de outra, as conclusões da reunião do Comité Central, de 14 de Fevereiro.

É realmente fundamental que nelas esteja presente a «perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido» e que seja conferida uma atenção especial ao fortalecimento das estruturas partidárias, nomeadamente às organizações de base. É fundamental também que se incentive a iniciativa de intervenção, de acção e de resposta, quer em relação às grandes questões nacionais quer em relação à matérias de relevância regional e aos problemas locais.

Nos últimos dias obtiveram desenlace positivo alguns processos da maior importância.

No plano da luta laboral, os trabalhadores têxteis alcançaram uma vitória histórica pelas 40 horas, obtendo o fim do trabalho aos sábados e o reconhecimento de 30 minutos de pausas como parte integrante do tempo normal de trabalho. Mais uma flagrante demonstração de que nunca é em vão a luta coerente e persistente.

No plano institucional, o Tribunal Constitucional confirmou a vitória da CDU nas eleições para a Câmara de Loures, fazendo cair por terra as invenções, calúnias e intrigas com que o PS (acolitado pelo MRPP e PP) queria ganhar na secretaria o que perdeu no terreno. As eleições apenas se repetirão para a Assembleia de Freguesia de Odivelas, onde se vota no próximo domingo.

O protesto e a luta contra a política de direita tendem a desenvolver-se noutras frentes como é exemplo a da contestação das escandalosas tarifas impostas pela Telecom.

A situação política nacional comporta, no entanto, novos e graves perigos decorrentes em grande parte da aliança entre as cúpulas do PS e do PSD que funcionam, cada vez mais, como um verdadeiro «bloco central» para todas as questões relevantes.

As duas cúpulas aliadas não hesitaram sequer em tomar por alvo os direitos da mulher, ao conspirarem e juntarem-se para obstruir a aprovação pela Assembleia da República de uma nova lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que reconhece como razão bastante, nas dez primeiras semanas, a própria vontade da mulher.

Com efeito, o que o PS e o PSD fizeram foi prolongar, não se sabe por mais quanto tempo, o flagelo do aborto clandestino com os seus meandros tenebrosos, a sua rede

de interesses e as suas tragédias, onde as grandes vítimas são as mulheres.

As direcções do PS e do PSD foram ao ponto de interromper o processo em curso na Assembleia, depois de um projecto já estar aprovado na generalidade e por maioria absoluta, para alegadamente imporem o recurso a um referendo, que feito nestas condições é de mais que duvidosa constitucionalidade e que não se sabe mesmo se virá a realizar-se.

Nesta aliança, foi a direcção do PS que desempenhou o papel mais sujo, cedendo vergonhosamente às pressões do obscurantismo e do ultramontanismo que o PSD apadrinhou e forçando a maioria dos seus deputados a dar o dito por não dito.

As celebrações do próximo 8 de Março vão imprimir seguramente, a par de outros objectivos específicos, um incremento especial à nova etapa da luta pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que compreende a aprovação da nova lei pela Assembleia. Não podem, porém, deixar de condenar também severamente a recente conduta do PS e do PSD em matéria de direitos da mulher.

A conspiração PS-PSD para impedir a nova lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez parece ter inaugurado um novo estilo de colaboração entre os dois partidos, em que estes se comportam como

donos e senhores das instituições, fazendo e desfazendo as leis à medida das suas conveniências.

Foi assim com a alteração imposta na eleição dos juízes do Tribunal Constitucional, que passou a ser feita em lista fechada, «aos molhos como os brócolos», como o «Avante!» já referiu, de nada se importando as lideranças do «bloco central» que isso desmereça o estatuto de cada juiz, desde que salve as conveniências dos dois parceiros da conspiração, sempre juntos, mas sempre prontos a trair-se e portanto ambos desconfiados com essa eventualidade.

Veio agora o Grupo Parlamentar do PCP «pôr em pratos limpos» o que se está a passar em torno da legislação sobre o referendo. Depois de salientarem que «PS e PSD têm-se portado como se pudessem dispor à sua vontade dos poderes do Presidente da República», os deputados comunistas alertam o País para que «PS e PSD não estão a fazer uma lei geral abstracta, mas um fatinho à medida dos seus achques».

A conspiração dos dois partidos em torno da legislação eleitoral ainda não veio à superfície, mas há sintomas de que os pares já descem para a pista e em breve a dança vai começar.

O Presidente da República manifestou recentemente algumas preocupações com a marcha da vida pública e institucional do País, mais explícitas umas - a falta de debate sobre a regionalização e o adiamento sucessivo da reforma fiscal - e menos outras - o calendário dos referendos.

Talvez não tantas como a situação justifica.

A forma conspiratória como as cúpulas do PS e do PSD estão a impor as decisões a partir das altas esferas do Estado reduz o prestígio e o apoio das instituições democráticas, cria o desinteresse e náusea pela política, favorece as forças reaccionárias e a conservação da política de direita.

E vêm depois falar da aproximação de eleitos e eleitores, quando, pela forma como governam, cavam todos os dias o divórcio...

O aniversário do PCP celebra-se este ano no quadro do novo impulso à acção e à organização partidárias. O 8 de Março ocorre no fragor da batalha pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

À frente, Senhor Director, à frente!

Chama-se Mário Leston Bandeira e responde pelo cargo de Director de Comunicação da Portugal Telecom. Tudo indica que tal cargo lhe foi atribuído por elevados méritos comunicacionais, por reconhecida e confirmada especialização e perícia na arte de bem comunicar. Aliás, a capacidade de comunicação do Senhor Director da dita ficou bem expressa um dia destes quando, face aos protestos de milhares de pessoas contra o aumento dos telefones, Sua Excelência achou por bem «comunicar-nos» que os membros da Comissão de Utentes Contra a Taxa de Activação e os Aumentos nos Telefones eram comunistas! E – pior e mais grave do que isso – que, por detrás de todas estas movimentações e protestos estava nem mais nem menos do que o PCP!

Aspectacular revelação empurra-nos, desde logo, para uma série de perguntas com resposta incluída, tais como: para o Director de Comunicação da PT, o facto de alguns ou todos os membros da Comissão de Utentes serem, eventualmente, militantes comunistas confiere algum conteúdo diabólico e conde-

nável ao protesto contra o aumento nos telefones? Ou: tal facto reduziria a razão e a justiça do protesto? Ou: para o Director de Comunicação um protesto é aceitável ou inaceitável conforme a filiação partidária de quem protesta? Ou: a circunstância de um protesto ser encabeçado por militantes do PCP retira-lhe toda a justiça que adquire se forem militantes do PS ou do PSD a promovê-lo? Ou: o Director está com saudades do antigamente?... É que a revelação que nos faz traz-nos à memória, pela forma e pelo conteúdo, as «notas officinas» do governo fascista distribuídas pelo SNI – coisa que não é de somenos nestes tempos de pides entrevistados, de pides condecorados, de pides recauchutados.

Resta-me deixar três breves observações à «comunicação» do Senhor Director: a primeira é que, apesar de tudo e por muito que custe a Sua Excelência, o fascismo foi derrotado pela Revolução de Abril. A segunda é que – hoje, como ontem, como amanhã – o PCP não pede autorização a ninguém para cumprir o seu papel de partido que existe

para defender os interesses dos trabalhadores, do povo e do País. E, a verdade é que de há muito o PCP vem alertando e prevenindo a população para os aumentos que acabaram por se concretizar no início de 1998. Antes das autárquicas, o Secretário-Geral do PCP desafiou repetidas vezes o Primeiro-Ministro a dizer se sim ou não se preparava para, depois das eleições, aumentar os transportes, os passes sociais, a electricidade, o gás, as portagens, os correios, os telefones... O silêncio do Primeiro-Ministro foi eloquentíssimo: de facto, os aumentos já estavam decididos. De facto, o PCP tem vindo a bater-se intensamente contra esses aumentos, nomeadamente contra o aumento dos telefones.

Terceira e última observação: tendo em conta o que acima é dito, constitui, no mínimo, monumental patetice vir dizer que o PCP está por detrás da actual vaga de protestos. Por detrás? À frente, Senhor Director, à frente!

■ José Casanova

Falou um pide

Afinal falaste. Cuspiste os ódios. Confessaste a desfaçatez na prática do crime. Revelaste o rosto hediondo da Pide, a arrogância dos torcionários, a cobardia da impunidade...

Muito tem sido dito sobre as entrevistas do pide Casaco ao «Expresso». Na grande maioria, com manifesta indignação. Em alguns casos com ambígua complacência. O tema continua actual porque a ele estão ligadas a história e a memória do que significou a Pide na vida, ainda recente do nosso país, do nosso povo.

Ninguém mais que os comunistas tem tanto conhecimento directo do que foi a Pide, dos seus crimes, do seu tenebroso papel na vida portuguesa. Temos direito a falar mais alto, a dizer mais alto a indignação ante o tortuoso emergir de recuperações pidescas.

O governo de Cavaco Silva agradeceu com pensões «por serviços distintos prestados à Pátria» dois dos mais responsáveis agentes da pide. Os tribunais deram aos agentes da Pide penas simbólicas ou mandaram-nos em paz. Com o título «A Bem da Nação» está publicado um livro onde um agente da Pide faz a descarada defesa e exaltação da Pide. Um torcionário assassino com mandado de captura apresenta-se sem dores de consciência («voltaria hoje a ser da Pide», afirmou arrogante) fotografado nas páginas de um semanário junto à Torre de Belém com ares de um bondoso avô da pátria.

A nossa Pátria não se mistura com a dessa gente. Só faltaria darem aos pides, «a Bem da Nação», uma condecoração ainda por inventar no *Diário da República*. A de torcionários servis e cobardes? Ou de «honrados cidadãos» que, como os nazis, conseguiram ver seres humanos contorcer-se até à morte pela tortura e logo a seguir chegar ao aconchego da sua casa, acariciar o cão, beijar com ternura a mulher e os filhos? Porque um pide é isto: fica de alma tranquila, deixando atrás de si corpos mortos, torturados, dos que recusaram viver de joelhos.

O pide Casaco descreve o assassinato de Humberto Delgado e da sua secretária, executados por uma brigada de facinoras por ele chefiados, com o à-vontade e a alegria de quem tivesse vivido uma aventura de Sandokan ou a missão de um Super-Homem. Descaradamente, pretende fazer crer que desconhecia a premeditação do crime, como se ignorasse a finalidade da cal-viva, do ácido sulfúrico, das pás e picaretas que a sua brigada transportava nos carros da «operação Delgado». E com o mesmo descaramento confessa (como fez perante a polícia espanhola) que ele próprio foi dos que espalharam a calúnia de atribuir aos comunistas a responsabilidade pelo assassinato de Delgado.

O entrevistador do «Expresso» diz que o assassinato de Delgado foi «o maior crime praticado pela Pide» e «o mais requintado e sórdido dos crimes do salazarismo».

A acusação é forte, mas não suficientemente exacta. A história da Pide foi, toda ela, um caso que se chama crime continuado. A sua própria existência constituiu o crime continuado de sufocar o país, espalhar o medo, perseguir o povo. Como crime continuado foi o seu papel de instrumento de tortura e morte, como o testemunharam Militão Ribeiro, Bento Gonçalves, José Moreira, Alex e tantos outros assassinados pela Pide, os que tombaram nas manifestações antifascistas, os que para sempre ficaram mutilados nas prisões e na tortura, até aos que, já depois do 25 de Abril, foram abatidos frente ao covil onde os pides assassinos estavam cobardemente acoitados.

A humanidade tem no seu passado muitas páginas belas e muitas páginas negras.

Não é por um pide voltar à ribalta que fica branqueada essa página negra da história do povo português.

■ Aurélio Santos

ALERTA contra o AMI

Já em 12 de Dezembro último, Renato Ruggero, Director-Geral da OMC, celebrou como “momento histórico” o acordo então alcançado, sob a poderosa pressão dos EUA, reduzindo as “barreiras à concorrência” nos sectores bancário, seguros e imobiliário. “Dia negro para a economia mundial e para a democracia”, assim justamente o classificou Ricardo Petrela, conhecido professor de economia da Universidade (católica) de Lovaina e presidente do chamado “Grupo de Lisboa” (*Liberazione*, 14/12/97). Foi mais um grave passo, seguindo-se a outros (telecomunicações, tecnologias da informação), desbravando caminho para o *Acordo Multilateral sobre Investimentos - AMI*, a ser negociado desde 1995 no quadro da OCDE, a organização dos 29 países mais industrializados, para depois ser imposto *urbi et orbi*. Tudo na ignorância das opiniões públicas e até da maioria dos governantes e dos parlamentares eleitos pelos respectivos povos. Pela calada nos querem tramar, tramando tal “acordo” entre si.

Até há pouco tudo era *top secret*, acessível apenas aos selectos agentes credenciados, *lobbies* das grandes transnacionais, grupos financeiros e peritos hiperliberalistas da OCDE. As dificuldades que atrasaram a conclusão do processo, prevista para meados de 97 e agora marcada para fins de Abril próximo (mas há mais de 1000 emendas a discutir ainda...), decorreram no fundamental das rivalidades entre grandes Estados e entre grandes transnacionais, rivalidades a que não escapam os deuses desse Olimpo, porque o “bolo” de cifrões a dividir é portentoso. O Secretário-Geral da OCDE, Donald Johnston, sublinha-lhe a importância: “O investimento directo estrangeiro, que ascendeu a **259 mil milhões de dólares em 1996**, é um elemento crucial no processo de mundialização, que gera prosperidade, crescimento e emprego” (sic!). A enormidade da *banha de cobra* publicitária final (falsificando frontalmente a realidade das consequências do avanço brutal da desregulamentação financeira e mundialização do capital, nesta era de hiperliberalismo que dura já há 2 décadas), não diminui o tamanho do “bolo”. E aquela verba é de um só ano, porque o montante acumulado e em acção ronda já os **8 biliões e 300 mil milhões de dólares**. É para esses e outros capitais que o AMI quer agora todas as liberdades, direitos e garantias – à custa da soberania dos países e dos interesses dos povos, à sua revelia, e sob pena de sanções! É pois com inteira razão que a federação sindical americana AFL-CIO chama ao AMI a *Bill of Rights for Multinational Corporations*, e que Bernard Cassen o define como *Declaração dos Direitos Universais do Capital*.

Já no ano passado, uma associação de defesa dos consumidores americana lançou o alerta. Contra o AMI, 600 ONG's subscrevem um apelo (ver na Internet <http://www.org/press/pr-mail.htm>): “Como coligação de grupos pelo desenvolvimento dos direitos do homem, pela defesa do ambiente, dos consumidores e dos trabalhadores, presentes em mais de setenta países, consideramos que o projecto de acordo multilateral sobre o investimento (AMI) é inaceitável”. Por todo o mundo a denúncia ecoa, a resistência se organiza, a opinião pública é informada, as organizações dos trabalhadores se mobilizam. No Terceiro Mundo, a Índia e 15 países pobres protestam. Em França, intelectuais, artistas, sindicalistas, exigem que parlamentares e governo recusem o acordo. O mesmo em Itália e noutros países da Europa. Também em Portugal há que lançar o ALERTA para que seja denunciado o que já se pode saber desse texto tenebroso (Internet: <http://www-monde-diplomatique.fr>). E o Grupo Parlamentar do PCP já requereu um debate na A.R. sobre o assunto.

Por todo o mundo, organizações sindicais e de trabalhadores, associações de PME's, de agricultores, de consumidores, de artistas e homens da cultura, de ambientalistas, economistas sérios e juristas progressistas, etc., e também autarcas e parlamentares comprometidos com a justiça e o progresso social, a soberania nacional e os interesses dos povos que representam, estão-se congregando para impedir esta tentativa de impor a Lei da Selva de um Capital que se quer onipotente a todos os povos e à civilização humana. **Juntos à sua a nossa voz.**

■ Carlos Aboim Inglez



Foto: Jorge Caria

3º Congresso dos Jornalistas

Realizou-se esta semana o 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que decorreu nas instalações da Culturgest, em Lisboa, entre os dias 26 de Fevereiro e 1 de Março, mobilizando centenas de profissionais e pondo termo ao hiato de 12 anos que mediou entre este e o anterior Congresso. Após amplas e diversificadas discussões sobre diversas matérias, nomeadamente a revisão do Código Deontológico, o reforço dos poderes da Alta Autoridade para a Comunicação Social previsto na nova lei de televisão e aprovado há cerca de uma semana em Conselho de Ministros (e que colheu a oposição da maioria do Congresso), os vín-

culos laborais precários, os constrangimentos profissionais exercidos pelo poder económico, etc., etc., o 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses aprovou uma Resolução de 14 pontos, assinalando a alteração profunda verificada «na paisagem mediática portuguesa», com transformações que afectaram o perfil dos jornalistas, onde emerge uma nova geração representada por estagiários e por estudantes-finalistas de Comunicação e se juntam novas questões no domínio das práticas jornalísticas, da ética e da deontologia, que se somam aos velhos e graves problemas e bloqueios de carácter sociolaboral. Na decorrência destas

constatações, o Congresso recomendou ao Sindicato dos Jornalistas a promoção de um debate alargado a todos os portadores do título profissional, iniciado numa assembleia alargada de jornalistas convocada para o efeito e culminando numa consulta a todos os portadores de título profissional sobre a designação, composição, competências e estatuto jurídico do órgão deontológico. O Congresso sublinhou também «a importância de os jornalistas acompanharem o processo (em curso) de revisão do Estatuto do Jornalista, reflectindo e debatendo a alteração dos diversos preceitos que enquadram legalmente o exercício desta profissão».



Depois do «buzi- nã», «greve» aos telefonemas

Na sequência do monumental «buzi-
nã» frente à sede da Portugal Telecom nas Picoas, em Lisboa, no passado 25 de Fevereiro, marcando durante todo esse dia o protesto popular contra a imposição da chamada «taxa de activação» telefónica imposta ao país pela administração da Portugal Telecom, a Comissão de Utentes Contra as Tarifas e Taxas de Activação da Portugal Telecom mobilizou os portugueses, na passada segunda-feira, dia 2 de Março, para nova forma de luta, desta vez exortando todos os utentes do país a não utilizarem o telefone durante esse dia, à excepção de situações de emergência. Até à hora do fecho da nossa edição, a Portugal Telecom ainda não tinha revelado o resultado desta «greve» dos utentes contra os aumentos das chamadas telefónicas, apesar de os seus responsáveis terem afirmado que o fariam. Entretanto, prossegue por todo o país a recolha de assinaturas para uma petição a apresentar

na Assembleia da República, exigindo que a questão seja discutida por este órgão legislativo, recolha de assinaturas que começou às portas da Telecom, no dia do «buzi-
nã». As assinaturas desta petição já ascendem ao impressionante número de 30 mil e, segundo a Comissão de Utentes, não param de aumentar, registando uma grande adesão nacional. Assinale-se que um crescente número de assembleias municipais estão a aprovar moções, apresentadas pela CDU, de apoio a esta luta contra as taxas de activação da Portugal Telecom. Até ao momento, temos informação de moções aprovadas pelas assembleias municipais de Lisboa, Cascais, Braga (por unanimidade), Vila Nova de Famalicão e Barcelos (com a abstenção do PS) e Mirandela. Estas moções vão ser enviadas ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à administração da Portugal Telecom.

Suspeitas de fraude na «doença das vacas loucas»

Também segundo o DN, surge a suspeita, nomeadamente no Alentejo, de haver «criadores a comprarem cabeças de gado infectadas com BSE para meterem ao bolso a indemnização paga pelo Governo, mais alta que o preço do mercado». O secretário de Estado da Agricultura, Capoulas Santos, afirma que o único caso conhecido foi detectado na região do Oeste Ribatejo, onde não há dúvi-

das da proveniência de um animal que apareceu infectado com BSE, e considera «improvável» que algum agricultor opte por esta estratégia, dado que «a BSE não é algo que esteja disponível no mercado, ou que seja facilmente obtido». Entretanto, o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Évora, Manuel Gancho, admite ser possível criar-se um quadro de sintomatologia

semelhante ao da BSE com animais em vida, injectando directamente no cérebro determinados produtos comerciais, no âmbito de desparasitantes. Todavia, «a partir do momento que se passa aos exames laboratoriais que são necessários e que se fazem sempre que há uma suspeita de BSE, a situação é de imediato desmascarada», considerando que se está perante uma «fraude barata».

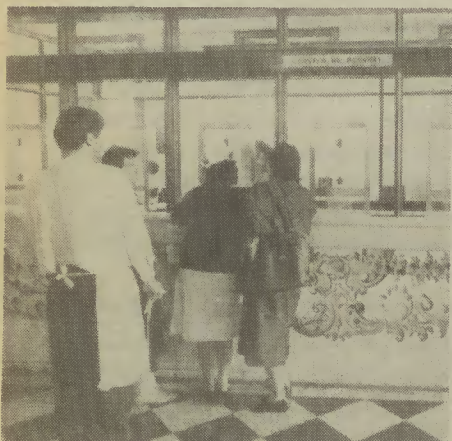
Sublinhe-se que, nas compensações dadas pelo governo sobre os animais abatidos por doença, as que se aplicam à BSE são muitos superiores às de outras doenças, pelo que se pode tornar muito lucrativo «infectar» um rebanho com um único animal doente, dado que todas as reses da exploração terão de ser igualmente abatidas e pagas ao preço do animal infectado com a BSE.



Hospitais portugueses com falta de engenheiros

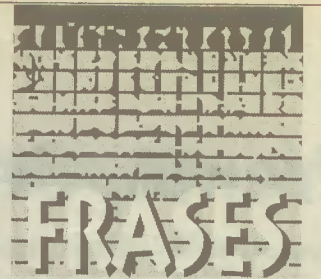
Segundo o presidente da Associação de Técnicos de Engenharia Hospitalar (ATEHP), Fernando Barbosa, a maioria dos hospitais portugueses tem apenas um ou dois engenheiros ao seu serviço, «situação inconcebível e ridícula pois, no dia-a-dia, há problemas de natureza hoteleira, electrotécnica, mecânica e de esgotos, água e electricidade que urge resolver». O presidente da ATEHP, citado

como casos paradigmáticos destas insuficiências os hospitais de Anadia, Cantanhede, Águeda e Pombal, na Região Centro. Estas afirmações surgiram na apresentação de um relatório sobre as instalações e equipamentos do Ministério da Saúde, feita em Coimbra pela ATEHP, onde se disse que, dos 2556 lugares do quadro desta área, 1227 encontram-se vagos (48%), enquanto ao nível do pessoal técnico e técnico superior, dos 189 lugares do quadro, falta preencher 112 (62%). Com o objectivo de inverter a situação, a ATEHP deu à ministra da Saúde, Maria de Belém, um prazo de três meses para colmatar



estas lacunas o que, segundo Fernando Barbosa, «nem será muito difícil», bastando preencher estes lugares vagos nos hospitais e administrações regionais de Saúde.

estas lacunas o que, segundo Fernando Barbosa, «nem será muito difícil», bastando preencher estes lugares vagos nos hospitais e administrações regionais de Saúde.



“Os estrategistas de “marketing” da Casa Branca tinham as coisas programadas para a guerra. De súbito, foi o anticlímax e Washington terá agora de gerir uma equação com variáveis inesperadas.”

(Mário Bettencourt Resendes - «Diário de Notícias», 25.02.98)

“(…) como a França e a própria Alemanha mostraram dificuldade em atingir as metas (dos critérios de convergência), recorrendo até a alguma contabilidade criativa, ficaram numa posição incómoda para serem mais exigentes com a Itália.”

(Francisco Sarsfied Cabral - Editorial - «Público», 28.02.98)

“Faltam governos susceptíveis de superar as dificuldades da esquerda através de medidas concretas. Há sempre, perante cada escolha, uma posição “à esquerda” e outra “à direita”. O chamado “centrismo” é um mero ardid eleitoral para fugir às escolhas difíceis.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 27.02.98)

“Que haja divisões no PS a respeito do aborto, nada de mais natural e compreensível. Mas daí a pôr em causa a óbvia identidade de esquerda do movimento pró-liberalização vai uma grande distância. Que António Barreto se abstenha, por favor, de pôr máscaras de Carnaval em questões sociais que, pelos vistos, não conhece de perto, mas que jogam com direitos e liberdades fundamentais de percentagens importantes da população. A dois anos do século XXI, haja dó!”

(Francisco Santos, leitor, “Cartas ao Director” - «Público», 01.03.98)

“Foram poucos os comentadores que leram a reportagem sobre Rosa Casaco com o olhar limpo de quem procura novidades, de quem pretende completar o “puzzle” dos acontecimentos, de quem intenta, na leitura de mais uma versão, chegar à reconstituição do que provavelmente se passou.”

(Editorial - «Expresso», 28.02.98)

“Temos uma visão ideológica da realidade e nunca poderemos dizer que os jornalistas não transmitem ideologia.”

(Diana Andringa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas - «Diário de Notícias», 01.03.98)

“Epera-se do jornalista que seja uma pessoa culta, informada, atenta ao que se passa no mundo em seu redor. (...) Assim sendo, torna-se evidentemente impossível não ter opinião política: desde logo, para o simples exercício da profissão, terá sempre de preferir a democracia à ditadura.(...)”

(Diana Andringa, no Congresso dos Jornalistas, 01.03.98)



Encontro de Quadros em Portalegre

Duas centenas e meia de quadros do PCP participaram no Encontro realizado no passado sábado em Portalegre pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e dos membros da Comissão Política José Soeiro e Agostinho Lopes. O encontro analisou aspectos da situação política e social, definiu as tarefas do Partido para 1998 e primeiro semestre de 1999 e examinou o trabalho de direcção do Partido, aprovando um amplo conjunto de medidas no sentido de «lançar um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política no Alentejo».



O documento das conclusões faz várias críticas ao Governo do PS, afirmando que «a situação no Alentejo não sofreu alterações estruturais positivas com significado, mantendo-se as tendências de envelhecimento, desertificação e estagnação económica e social».

Entre as razões apontadas destaca-se a falta de reforço de «verbas quer no Orçamento de Estado quer no Programa Operacional do Alentejo, onde mais de 25 milhões de contos de projectos das autarquias continuam a aguardar financiamento».

Na «gaveta» está também «a prometida duplicação das verbas para as autarquias enquanto o Governo procura transferir mais responsabilidades e competências sem as devidas contrapartidas financeiras».

Quanto ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, o Encontro reclamou «um plano de democratização de acesso à terra por parte dos trabalhadores, pequenos e médios agricultores e sobretudo dos jovens, como condição essencial para o combate à desertifica-

ção do mundo rural e para o progresso da Região».

Insistindo na necessidade de «um verdadeiro programa estratégico para o Alentejo, o Encontro frisou

Mais dinheiro e mais emprego para o Alentejo

que o PROALENTEJO, «elaborado à revelia das instituições e parceiros sociais», não passa de «uma insuficiente e tímida tentativa de articular diferentes programas já existentes».

Desemprego elevado

O actual quadro social mostra que o Alentejo continua a ter a mais elevada taxa de desemprego do País, ron-

dando os 17 por cento, factor que associado aos baixos salários e ao elevado número de reformados com pensões mínimas, na ordem dos 30 contos, resulta num bloqueio estrutural da região.

Deste modo e «enquanto se mantiver esta situação, o subsídio de desemprego e o rendimento mínimo garantido deverão ser assegurados com níveis de prestação social condignos». O Encontro defendeu ainda «para minimizar o problema», a manutenção dos pro-

gramas ocupacionais e de formação profissional, salientando entretanto que estes «não conseguem esconder a gravidade da situação e muito menos constituem o caminho para lhe dar resposta».

A degradação dos serviços de saúde suscita igualmente grandes preocupações, tendo o Encontro alertado para o perigo de «ruptura» no sistema face ao aumento do fluxo de turistas durante o período da Expo'98. As culpas vão para

o Governo socialista que prossegue «no essencial a política do PSD», cujos sinais mais evidentes são a orientação privatizadora, a degradação dos serviços prestados e a crescente dificuldade de acesso por parte dos cidadãos, em particular dos idosos e deficientes.

O Encontro de Quadros acusou o PS de «continuar a fazer acordos com o PSD para impedir a regionalização» sem assumir claramente que «não quer» a criação das regiões administrativas.

Recordando a promessa não cumprida de António Guterres de realizar eleições para as regiões administrativas, em Dezembro de 1997, em simultâneo com as eleições para as autarquias locais, o Encontro manifestou «a firme disposição dos comunistas alentejanos em prosseguir a luta» pela Regionalização e nomeadamente pela Região Administrativa do Alentejo. Duras críticas foram feitas ao comportamento do PS na questão da lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, assim como foram condenadas as «manobras do PS e do PSD em torno das alterações às leis eleitorais».

Assembleia no final do ano

A par da reafirmação da disponibilidade dos comunistas alentejanos para participar e dinamizar iniciativas de carácter unitário que visem o progresso e bem-estar da região e das suas gentes, o Encontro aprovou um conjunto de iniciativas partidárias a realizar no decorrer de 1998 e 1º semestre de 1999. Já durante o mês de Março, destacam-se as comemorações do aniversário do Partido que decorrem em todas a região. Até final de Outubro, terão lugar as assembleias das organizações de base, bem como um elevado número de assembleias de organizações concelhias. No calendário de iniciativas sobressai igualmente a homenagem a Catarina Eufémia, a 17 de Maio, e a realização, em Novembro de 1998, da Assembleia da Organização Regional do Alentejo, que deverá envolver os distritos de Beja, Évora, Portalegre e o Litoral Alentejano.

Acordo secreto dá novos poderes ao capital

- denuncia Carlos Carvalhas

Intervindo no encerramento do Encontro, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral abordou os problemas da Integração Europeia, nomeadamente as questões da Agenda 2000 e a quebra dos Fundos Estruturais que está consubstanciada na proposta da Comissão e que se traduz na diminuição de 500 milhões de contos. Disse também ser «inaceitável que o Governo não informe

os portugueses do que está em negociação quer em relação à Agenda 2000 quer em relação ao Acordo Multilateral de Investimento (A.M.I.), que é um acordo que tem estado a ser negociado em segredo e que há quem o classifique como um verdadeiro «Plano fascista», uma verdadeira «declaração universal

dos direitos do grande capital». De facto, tal Acordo procura dar todos os poderes às multinacionais, que passarão a ter direitos superiores aos dos Estados nacionais. E sobre esta questão o Governo português tem-se remetido a um significativo silêncio».

Antes, Carlos Carvalhas debruçou-se sobre os problemas da região sublinhando que «o Alentejo precisa de menos propaganda e mais medidas concretas. Não precisa de propaganda tipo «Pró-Alentejo» sem conteúdo, sem verbas definidas. Precisa sim que se dê resposta aos problemas do uso e posse da terra, da industrialização, da desertificação e do envelhecimento desta região que tem imensas potencialidades».

Sobre a situação económica e social, o secretário-geral do PCP considerou que o facto de Portugal estar no pelotão da frente na corrida para a Moeda Única

não é significativo uma vez que «estamos na cauda da Europa em relação ao desenvolvimento, temos os maiores índices de pobreza, os mais baixos salários e reformas e somos o país onde nos últimos anos mais se têm acentuado as desigualdades: 20 por cento dos mais pobres detêm seis por cento do rendimento nacional e dez por cento dos mais ricos detêm 47 por cento». A estes dados, o dirigente comunista acrescentou o desemprego de longa duração e os elevados índices de trabalho precário, sublinhando que o crescimento económico verificado deve traduzir-se na melhoria das condições de vida do povo.

O secretário-geral referiu-se ainda às questões do Partido chamando a atenção para a necessidade de «dar um novo impulso na vida das organizações e para se continuar a processar sem delongas a renovação e o rejuvenescimento».



Encontro de Quadros em Portalegre



Novas formas de direcção

Anunciada para o próximo mês de Novembro, a Assembleia da Organização Regional do Alentejo irá eleger um organismo de direcção, e respectivo secretariado/executivo, para toda a região, que inclui os quatro concelhos do sul do distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) os distritos de Beja, Évora e Portalegre.

As novas formas de direcção incluem ainda a realização anual do Encontro de Quadros do Alentejo e a existência de quatro organismos de direcção correspondendo à quatro sub-regiões de Beja, Évora, Portalegre e Litoral. Tanto o organismo de direcção para todo o Alentejo como os quatro organismos para as sub-regiões deverão ser eleitos na Assembleia da Organização, sendo o primeiro pela totalidade dos delegados e os restantes pelos delegados das respectivas organizações.

O Encontro decidiu ainda dinamizar a realização, até 31 de Outubro próximo, das

assembleias das organizações de base (células e sectores) e recomendar a escolha do coordenador pelos respectivos organismos, de acordo com a resolução do XIII Congresso no sentido de «estimular o trabalho e valorizar o papel de um responsável ou de um coordenador de um dado organismo, tendo sempre presente o acompanhamento regular por parte do organismo superior e o reforço do trabalho colectivo do organismo».

É igualmente referida a resolução do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro sobre «a possibilidade da escolha ou eleição, no âmbito do organismo, do ou da camarada que vai coordenar e dinamizar o funcionamento do colectivo». Sobre este aspecto, o Encontro considerou que «a escolha do coordenador do organismo corresponde a uma necessidade actual que pode e deve contribuir para desenvolver a iniciativa e vida próprias dos organismos e respectivas organizações e para uma

maior responsabilização individual e colectiva e possibilitar a disponibilização de quadros para o trabalho de direcção».

Foi ainda apontado como desejável a realização anual das assembleias das organizações de base, sempre que possível nos meses de Setembro e Outubro, as quais deverão eleger os respectivos delegados e suplentes às assembleias da Organização Regional do Alentejo e da respectiva organização concelhia.

O Encontro pronunciou-se pela necessidade de «incentivar os organismos de direcção e todos os quadros da região a determinar em concreto a organização ou organismo de base em que cada quadro deve participar ou integrar-se no sentido de uma profunda revalorização e impulso ao seu funcionamento e a um mais completo e integral aproveitamento do enorme capital de experiência política e o simultâneo enriquecimento de muitos quadros».

O reforço das organizações

No quadro da preparação das assembleias das organizações de base, o Encontro de Quadros aprovou um conjunto de orientações que visa o reforço e renovação da organização e dinamização da actividade partidária. Nomeadamente, refere-se a necessidade de na eleição do organismo dirigente chamar «um elevado número de jovens» e proceder de imediato à distribuição das tarefas.

Depois de efectuarem «o levantamento dos principais problemas existentes no local de trabalho, sector ou freguesia», os comunistas devem «definir medidas concretas, apontar soluções, lutar pela sua resolução e responsabilizar alguém pela dinamização dessas medidas. Nas freguesias e concelhos onde somos maioria no poder local ver quais as obras de maior interesse a concretizar e dar particular atenção às pequenas obras que contribuam para

o bem-estar das pessoas e o embelezamento das povoações».

Entre os objectivos políticos a definir e alcançar pelas organizações o Encontro salientou a dinamização de estruturas dos movimentos sociais e populares, o aumento das votações no Partido, o fortalecimento do movimento associativo e o reforço da influência dos comunistas neste.

Destacam-se, por fim, os objectivos orgânicos tais como metas de recrutamento, o aumento do valor e do número de quotas a receber e o aumento de leitores do «Avante!». O Encontro recomendou que «no decorrer da própria assembleia deve ser preenchida uma pequena ficha por todos os presentes onde cada um assuma individualmente os seus próprios objectivos, ou seja o valor da sua quota, a sua disponibilidade para assinar o *Avante!* e a sua meta de recrutamento de novos membros para o Partido».

Toxicoddependência

PCP exige plano integrado

A propósito das medidas adoptadas no Casal Ventoso, a Comissão Nacional do PCP para os Problemas da Toxicoddependência e Narcotráfico divulgou uma nota em que considera que «o problema da toxicoddependência, consequência da gravíssima situação existente no País, impõe um plano integrado de intervenção e não medidas pontuais e dispersas».

A nota explica que «foi nesse sentido que o PCP interveio no quadro das suas responsabilidades nos órgãos autárquicos de Lisboa. É nesse sentido que o PCP valoriza a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa de recuperação e requalificação do bairro e as acções de assistência humanitária aos toxicoddependentes que desde há um ano se vêm aplicando.

Mas, durante um ano, tudo ficou por aí. O Governo não assumiu as responsabilidades que lhe cabiam de integração da assistência humanitária, com o atendimento e encaminhamento para tratamento dos toxicoddependentes que foram ficando no bairro.

Por outro lado, como o PCP oportunamente alertou, a inexistência de gabinetes de apoio humanitário a toxicoddependentes em outras zonas da cidade e a enorme carência de centros de atendimento com espera de meses para uma primeira consulta, levaram à concentração de um número cada vez maior de toxicoddependentes sem abrigo no Casal Ventoso e ao alargamento do improvisado e degradado acampamento em que se encontravam.

As medidas agora anunciadas de eliminação do acampamento existente, da criação de um dormitório para toxicoddependentes sem abrigo, do regresso às famílias dos que queiram e tenham condições para isso, da criação de um programa de metadona no local, do encaminhamento para tratamento em CAT's e comunidades terapêuticas e de internamento dos toxicoddependentes em mais degradado estado de saúde, são medidas que há muito se impunham.

Quatro alertas

A Comissão Nacional do PCP para os Problemas da Toxicoddependência e do Narcotráfico chama no entanto a atenção para quatro questões essenciais que se colocam:

1ª Que não se trate de mais um conjunto de medidas dispersas e sem continuidade destinadas apenas a dar resposta à pressão que a opinião pública nos últimos tempos vem vindo a manifestar.

2ª Que haja um efectivo acompanhamento da situação de cada toxicoddependente

com a solução adequada a cada um, para evitar que a extinção do acampamento no Casal Ventoso, signifique que os toxicoddependentes sem abrigo que não têm entrada no dormitório agora criado, se espalhem pelo Vale de Alcântara e a zona Ocidental de Lisboa, criando mais acampamentos degradados, alargando e agravando assim a situação.

3ª Que é indispensável a criação de gabinetes de apoio humanitário a toxicoddependentes com encaminhamento para tratamento em outros pontos da cidade no quadro do dispositivo nacional de centros de apoio em zonas críticas que o PCP defende.

4ª Que é fundamental avançar mais rapidamente com a renovação e requalificação do bairro, dando início à construção dos fogos para os quais já existem projectos e que se reforce o combate ao tráfico, designadamente garantindo um efectivo policiamento nas zonas que vão ficando limpas.

São alertas, preocupações e medidas imediatas para responder à situação particularmente grave do Casal Ventoso, uma das muitas existentes no país e que só é possível enfrentar com uma nova e decidida política de prevenção, alargamento dos meios de tratamento e reinserção social e com um combate, dotado de meios e vontade política, ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais».

CAMARADAS FALECIDOS

António Pedro Carvalho

Faleceu, no passado dia 28 de Fevereiro, com 54 anos, o camarada **António Pedro Baptista Alves de Carvalho**. Natural de Vila Franca de Xira, o camarada António Pedro integrou-se desde muito jovem na luta juvenil e antifascista e no MDP.

Aderiu ao PCP em 1965, desenvolvendo intensa actividade partidária na clandestinidade e em França para onde foi forçado a emigrar em 1971. Tornou-se funcionário do Partido em 1974, tendo desempenhado tarefas na DORL, na Festa do «Avante!» e na frente da luta pela paz e a solidariedade ligada à Secção Internacional, a partir de 1984. Era Vice-Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação, dirigente do Movimento Português de Cooperação com África e membro do Secretariado do Conselho Mundial da Paz. No seu funeral, que se realizou no dia 1 de Março para o cemitério de Vila Franca de Xira, usaram da palavra o engenheiro Cunha Serra, Presidente do CPPC, e Domingos Lopes, do CC do PCP.

Manuel Eugénio

Faleceu, com 68 anos, o camarada **Manuel Eugénio Rodrigues da Encarnação**. Muito conhecido em Mértola, onde era taxista, foi membro da Comissão Concelhia do PCP e desenvolvia intensa actividade partidária, destacando-se nomeadamente na construção do centro de trabalho local. O seu funeral realizou-se na passada sexta-feira, dia 27 de Fevereiro.

Manuel Rocha da Silva

Faleceu, no passado dia 17 de Fevereiro, com 79 anos, o camarada **Manuel Rocha da Silva**,

conhecido como «Manuel Pintor». Residente em Alverca do Ribatejo, era reformado das OGMA. Militante do Partido desde os anos 40, esteve antes e depois do 25 de Abril ligado à distribuição de materiais de propaganda e do Jornal «Avante!», tarefa que só deixou em 1993, devido a doença.

João Fernandes

Faleceu, com 87 anos, o camarada **João Fernandes**, natural e residente em Alcochete, onde estava organizado. Foi um dos grevistas na luta dos Saleiros de Alcochete em 1957, tendo passado pelas prisões fascistas.

Rosa Ferreira Dias

Faleceu, com 42 anos, a camarada **Rosa do Céu Ferreira Dias**, natural de Valbom, concelho de Gondomar. Iniciou a sua militância partidária no Porto, em 1984, mas radicou-se na Figueira da Foz, onde integrava o executivo da Comissão Concelhia e era eleita na Assembleia de Freguesia. Nas últimas eleições autárquicas, foi pela segunda vez cabeça de lista da CDU de Vila Verde, acabando por ser eleita tesoureira na Junta de Freguesia.

Margott Joaquim

Faleceu, com 77 anos, a camarada **Margott Joaquim**. Era uma grande activista do Partido, destacando-se na venda do «Avante!» na Freguesia da Baixa da Banheira.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da Redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ESPINHO

Luta pelas 40 horas

Saudando a vitória dos trabalhadores têxteis que conseguiram o horário semanal das 40 horas e o fim do trabalho ao sábado, a Comissão Concelhia de Espinho recorda que os trabalhadores da CORFI e da COTESI pertencem ao único sector (cordoeiros) que ainda não foi contemplado pelo acordo entre FESETE/CGTP-IN e as associações patronais. Estes trabalhadores prosseguem a luta tenaz iniciada há 15 meses, mantendo com determinação a greve ao sábado. O PCP manifesta a sua solidariedade e exorta-os a redobram o seu vigor na batalha pelas 40 horas e pelo descanso ao sábado.

COIMBRA

Infracções ao CCT

As companhias de Seguros «concorrem entre si para o 1º lugar das infracções ao Contrato Colectivo Trabalho», denuncia o Sector dos Seguros de Coimbra do PCP que manifesta grandes preocupações pela «fiscalização deficiente que reflecte a passividade do governo face a este estado de coisas». Os comunistas afirmam que o sector trabalha em média 45 horas semanais e há «ameaças a quem reage». Aos trabalhadores é-lhes negado aumentos justos e a manutenção das regalias consignadas no CCT, enquanto as companhias continuam a auferir chorudos lucros.

LEIRIA

Bacia poluída

O Executivo da Direcção Regional de Leiria manifesta o seu mais veemente protesto face à recusa de financiamento do Plano de Despoluição da Bacia do Lis. Segundo o PCP, o Governo assumiu compromissos em 1994, que não só «previam a possibilidade de financiamento da despoluição pelos fundos comunitários, que o Governo PS deveria ter mantido sob reserva, mas também apoios do Orçamento de Estado».

Desprezando os seus compromissos eleitorais, o Governo nem sequer pretende garantir a concretização do projecto de Despoluição da Bacia do Lis no 3º Quadro de Apoio agora em preparação.

A DORLEI observa que «as manobras, as evasivas e os processos dilatatórios do governo na aprovação dos estudos escondiam afinal uma manifesta falta de vontade política na concretização do Plano de Despoluição».

SETÚBAL

Segurança em debate

«O combate à criminalidade e à insegurança passa em primeiro lugar por melhorar as condições de vida das pessoas-emprego, habitação, ensino e saúde, entre outros - e corrigir as desigualdades e a exclusão social» - afirmou José Neto, membro do Comité Central do PCP, num debate sobre a segurança dos cidadãos que os eleitos da CDU da freguesia de São Julião, em Setúbal, promoveram no Salão Paroquial de São Paulo, na passada sexta-feira.

A defesa de uma polícia civilista, uma nova concepção que dê prioridade à prevenção, que privilegie o patrulhamento apeado, que possa reganhar a confiança das populações, foi outra das ideias defendidas, num debate que contou a presença de residentes, entre os quais elementos da comunidade católica da zona, em particular através do seu responsável paroquial. Dirigida por Luís Paiva da Costa, eleito pela CDU na Assembleia de Freguesia de São Julião, a iniciativa teve como objectivo recensear um conjunto de ideias, sugestões e propostas que sirvam de base à actuação política da CDU ao nível da freguesia e do município. A participação das comunidades locais e dos cidadãos através dos «Conselhos Municipais de Segurança», cuja instalação o PCP defende e para a qual apresentou diversas propostas de lei na Assembleia da República, foi uma conclusão amplamente aceite.

PÓVOA DO VARZIM

Desemprego afecta jovens

A Assembleia de Organização da Póvoa do Varzim, realizada no passado sábado, 28 de Fevereiro, com a presença de Henrique Sousa, do Secretariado do CC do PCP, analisou a situação social e política do concelho, onde ressaltam alguns traços preocupantes, com destaque para o problema do desemprego e do trabalho precário, com especial incidência entre os jovens.

Entretanto, as actividades económicas instaladas na região atravessam múltiplas dificuldades. É o caso da agricultura, crescentemente descapitalizada e endividada e que já está a levar ao abandono dos campos. Tal como da pesca e indústria de conservas, onde se acentua a regressão, como consequência de uma política da Comunidade Europeia que não salvaguarda os interesses do sector. Problemas múltiplos fazem-se igualmente sentir na construção civil, indústria têxtil, turismo e comércio.

Avante!

PCP

Loures

Confirmada vitória da CDU

Eleições em Odivelas no domingo

As eleições para a Assembleia de Freguesia de Odivelas vão ser repetidas, em todas as mesas, no próximo domingo, dia 8. O culminar de um processo que se arrasta desde as eleições autárquicas de Dezembro e em que se tentou, em vão, pôr em causa os resultados alcançados pela CDU em Loures.

Em panfleto da CDU, nestes dias distribuído à população do concelho de Loures, resume-se os últimos passos deste processo, sublinhando que, ao longo de dois meses, o Partido Socialista alimentou uma campanha visando a repetição das eleições para a Câmara Municipal de Loures, o que levou a Assembleia de Apuramento Geral a recontar todos os votos, confirmando a vitória da CDU na Câmara.

Face a este resultado, o PS reclamou ainda para o Tribunal Constitucional.

“No passado dia 27 de Fevereiro, o Tribunal Constitucional, tendo analisado detalhadamente o processo e reclamações, deliberou confirmar os resultados da Assembleia de Apuramento Geral, a vitória da CDU na Câmara Municipal e a repetição das eleições para a Assembleia de Freguesia de Odivelas na totalidade das mesas”. O que corresponde a uma inequívoca vitória da CDU.

“Em 27 de Fevereiro de 1998, ficou assim provado aqui-

lo que já se sabia em Dezembro de 1997, quando a população de Loures escolheu democraticamente os seus representantes nos órgãos autárquicos”, sublinha-se em comunicado da CDU à população.

A repetição das eleições para a Assembleia de Freguesia em Odivelas resulta da suspensão do acto eleitoral em 5 mesas - quando das eleições autárquicas - por decisão dos respectivos presidentes. Uma decisão contra a qual, na altura, formalizaram o seu protesto os delegados da CDU.

Em causa estava um erro nos boletins de voto, onde o símbolo do PDC aparecia à frente do nome do PP, tendo entretanto a Comissão Nacional de Eleições considerado que havia condições para o prosseguimento da vota-

ção. Na grande maioria das secções de voto foi afixado um edital a esclarecer o erro e realizou-se normalmente a votação.

Findo um processo que se arrastou ao longo de dois meses, os prejuízos são sensíveis: “As decisões adiadas, as respostas retardadas a problemas urgentes, as dificuldades criadas ao funcionamento dos órgãos autárquicos”.

Um quadro em que os eleitos da CDU reafirmam que “tudo farão para ultrapassar os efeitos negativos da situação criada” e se apela à população da freguesia de Odivelas para que “dê um sinal claro do seu repúdio pelas inadmissíveis e mesquinhas manobras partidárias do PS sem qualquer respeito pelas populações que deveria representar”.

Pescas sem política e sem governo

«O acordo com Marrocos expira já no próximo ano e não se vislumbra qualquer pesqueiro alternativo para sustento das centenas de famílias de pescadores do distrito de Setúbal.» O alerta foi lançado pela Coordenadora das Pescas da Direcção da Organização Regional de Setúbal, que esteve reunida no passado fim-de-semana para analisar os problemas do sector.

O PCP qualifica de «incompreensível» a súbita exigência da «Carta de Arrais para registo marítimo, quando durante mais de sete anos se protelou o cumprimento desta norma». O documento em causa implica

um curso e um exame a profissionais que estão há dezenas de anos ligados ao mar e ao governo das suas embarcações.

Entre outros problemas e críticas ao «alheamento do governo relativamente à actividade do sector», a Coordenadora refere o atraso nas obras de alargamento do Porto de Pesca de Sines e nomeadamente no cais de atracagem da sardinha; a imposição de malhagens na Carrasqueira (Alcácer do Sal) que não têm em conta a especificidade da pesca no estuário do Sado e que põem em causa a vida da comunidade piscatória; as obras de alargamento no porto de pesca de

Setúbal que eliminam a atracagem nas Fontainhas, pondo em causa os interesses de dezenas de pescadores; a falta infra-estruturas de apoio à pesca na Costa de Caparica, nomeadamente de duas rampas há muito prometidas; o arrastamento das obras de conclusão do Porto de Pesca de Sesimbra.

O PCP defende uma «verdadeira política de pescas que dignifique a actividade dos seus profissionais e aproveite os recursos», e exige uma «intervenção patriótica na política comum de pescas em defesa da frota nacional». Entretanto, sublinha a necessidade de o Governo «definir

critérios e compensações aos profissionais da pesca quando obrigados a cessar temporariamente a sua actividade, seja por condições meteorológicas seja por medidas administrativas».

Em socorro da secular pesca artesanal costeira, os comunistas consideram «incompreensível que o governo, através do IFADAP, continue a manter na gaveta a resposta a mais de duzentos projectos para a construção de embarcações e insista no convite ao abate de barcos e respectivas licenças, quando Portugal passou de país exportador a importador de pescado».

Quadros sindicais reúnem em Lisboa

Com a participação de Jerónimo de Sousa, decorreu no passado sábado uma reunião de quadros ligados ao trabalho sindical e às organizações de empresa do distrito de Lisboa, que teve como objectivo central levar à prática as orientações do Comité Central relativas ao reforço do Partido e ao aprofundamento da sua ligação às massas.

Três questões mereceram particular atenção: a alteração das leis eleitorais, tendo sido frisado que a eventual criação dos círculos uninominais afecta quase exclusivamente o partido dos trabalhadores e a possibilidade destes fazerem ouvir a sua voz na Assembleia da República; a integração de Portugal na moeda única com o seu rol de consequências nefastas, designadamente sobre o emprego; a caracterização do actual momento e das enormes dificuldades objectivas na actividade do Partido como o desaparecimento de grandes empresas e das respectivas células, a precariedade, a alteração da correlação de forças a nível internacional a favor do capital.

Entre as direcções de trabalho que resultaram da reunião, foi salientado que quer o reforço do Partido quer do movimento sindical exige um particular esforço em direcção aos jovens trabalhadores, a identificação das suas reivindicações e problemas e a demonstração da utilidade prática da existência do sindicato. A integração de jovens na actividade sindical será o único caminho para conduzir ao rejuvenescimento e renovação dos quadros.

Durante os trabalhos, foi reconhecido que o capital necessita desesperadamente de conformar o movimento sindical e os partidos das classes trabalhadoras ao quadro de uma mera «gestão da crise» do seu sistema. A esta luz se interpretaram os esforços das políticas de direita e dos governos que as executam no sentido de promover a «conciliação de classes» através dos processos de «concertação social» que pretendem implementar a partir do topo e estender até à base em cada empresa, bem como a difusão de teorias que preconizam o fim dos sindicatos, pelo desaparecimento da própria luta de classes.

Estas teorias foram amplamente combatidas mas, sobretudo, sublinhou-se a importância de uma prática que aprofunde a participação e o envolvimento dos trabalhadores na luta concreta e que valorize o seu papel e os seus resultados.

A reunião discutiu ainda as relações internacionais e o financiamento dos sindicatos pelo Estado. Quanto à primeira questão verificou-se um grande consenso relativamente à manutenção da central como não filiada em nenhuma das confederações mundiais e das relações de cooperação com todas elas. Quanto à segunda, as intervenções alertaram para os perigos de perda de independência do movimento sindical face ao Governo e ao Estado, e de perda de credibilidade junto dos trabalhadores.

Madeira

Vigília contra a pedofilia

Por iniciativa da CDU/Madeira, realizou-se, no passado dia 27, frente ao palácio da Justiça, uma Vigília contra a pedofilia. Uma acção pública que se insere num conjunto de iniciativas que visam confrontar a opinião pública com o problema da pedofilia na Madeira e denunciar a inércia e demora da justiça em punir os responsáveis por este flagelo.

A mobilização para esta iniciativa começou alguns dias antes com a distribuição de um panfleto apelando à participação de todos, "homens e mulheres, de todas as idades, credos e ideologias, sem excepção" e se fazia um curto resumo de todo o historial de denúncias que têm vindo a ser feitas junto das autoridades, sem resultados palpáveis.

O insuportável silêncio das autoridades da Região arrasta-se há já sete anos. Desde 1991 que sucessivas denúncias, algumas provenientes da Interpol, têm alertado as autoridades portuguesas para o problema do abuso sexual de menores na Madeira.

Mas as autoridades e o poder regional decidiram ignorar.

Só muito recentemente, em 1997, é que a população da Madeira começou a ter alguma consciência da real dimensão do problema, nomeadamente com a apresentação, na Bélgica, de filmes onde algumas crianças madei-

renses são alvo de abuso sexual (as imagens são indescritíveis: num dos filmes uma criança de 4 anos é violada e torturada).

Porém, apesar das provas, apesar da indignação, apesar dos apelos que têm sido feitos, a justiça tarda em actuar.

Na Madeira, a CDU protagonizou uma série de iniciativas que visaram a compreensão deste problema e chamar a atenção para a inércia das autoridades.

A Vigília de dia 27 surge como um ponto alto neste conjunto de iniciativas. Entretanto, circulou um abaixo-assinado, endereçado ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República e ao Provedor da Justiça (as mesmas entidades a que foi endereçado o Apelo Internacional, divulgado igualmente pela CDU) e foi exibido o filme *Até Amanhã Mário*, que faz referência ao abuso sexual das crianças pobres.

Quando desta Vigília, e num claro atentado aos mais elementares direitos e liberdades democráticos, a Câmara do Funchal mandou - primeiro funcionários seus e depois a PSP - retirar as velas e uma faixa onde se podia ler *Pedofilia. Exigimos justiça* e um cartaz, pendurado na espada da Justiça, com a frase *A culpa não é minha*.

Rapidamente se chegou a um compromisso com os agentes da PSP destacados para a área. Mas a atitude da Câmara fala por si. E é a prova evidente de que esta Vigília incomodou muita gente.

Factos que bem justificam, uma vez mais, as questões levantadas no panfleto distribuído à população: *O que tem paralisado a investigação policial? O que tem impedido a formulação de acusações e a elaboração dos respectivos processos? Porquê tantos anos de intolerável indiferença e silêncio?*

Afinal, o que impede a justiça de actuar?

É tempo de mais!

- 1991 - A Polícia Internacional (Interpol) comunica às autoridades portuguesas casos de abuso sexual de menores. O MAC (Movimento do Apostolado da Criança) contacta várias entidades responsáveis da Região sobre o problema dos abusos sexuais e prostituição infantil.

- 1992 - A Polícia Judiciária é informada pela Interpol das ligações das redes pedófilas à Madeira.

- 1993 - Novo alerta do MAC para a prostituição infantil na Região.

- 1994 - Exibição do filme *Até Amanhã Mário*, onde é focada a questão da prostituição infantil.

- 1995 - Continuam as denúncias e mantém-se o silêncio das autoridades.

- 1996 - Diversas organizações internacionais informam o Ministro da Justiça dos casos de pedofilia que envolvem crianças da Madeira.

- 1997 - São divulgadas imagens da exploração sexual das crianças. Num dos filmes, uma criança de 4 anos é violada e torturada fisicamente.

Parlamento Aberto sobre a Mulher

Inserido no Parlamento Aberto sobre a Mulher, a Organização de Mulheres do PCP/Madeira e o Grupo Parlamentar da CDU na Assembleia Legislativa Regional promoveram, dia 28 de Fevereiro, um debate subordinado ao tema "A Mulher e a Violência Doméstica", a que se seguiu, dia 1 de Março, uma visita às reclusas no Estabelecimento Prisional do Funchal.

Esta iniciativa - que deverá prolongar-se até dia 5 de Março - insere-se nos Parlamentos Abertos, projecto pioneiro levado a cabo pelo Grupo Parlamentar da CDU e que tem como objectivo focar várias áreas da sociedade madeirense que normalmente não merecem a atenção de outras forças políticas.

No debate de dia 28, sobre violência doméstica, ficou bem definida a necessidade de mudar de mentalidades, de forma a que as mulheres não continuem a ser vítimas silenciosas dessa quotidiana forma de violência. Foi focado ainda o facto de a

Região não estar eficazmente abrangida por mecanismos adequados de aconselhamento e protecção da mulher vítima de mastratos e outras formas de violência.

A visita às mulheres detidas no Estabelecimento Prisional do Funchal, dia 1 de Março, fez ressaltar o facto de grande número de mulheres, detidas por homicídio, o cometeram para escapar a anos de violentos mastratos e abuso sexual. Acresce que muitas destas mulheres não contam com os meios e apoios necessários a uma adequada reintegração e estão psicologicamente afectadas pelo trauma da violência e das experiências por que passaram.

Em Mensagem entregue às reclusas sublinha-se o seu carácter de solidariedade, destacando-se algumas preocupações fundamentais: a dimensão de cidadã das mulheres detidas, a necessidade de defesa dos seus direitos e de garantir uma adequada reintegração social.

150 anos depois

A actualidade do

Centenas de pessoas participaram, quinta-feira passada, no Centro de Trabalho Vitória, numa sessão evocativa dos 150 anos do Manifesto Comunista. Uma iniciativa singela que - como frisou Carlos Carvalhas na intervenção que aqui reproduzimos - assume particular actualidade num momento em que "perante as incertezas, o caos do Planeta, o acumular de graves problemas e o desaparecimento do socialismo real a Leste, renovam-se os apelos de regresso a Marx".

Reunimo-nos hoje, aqui no Centro de Trabalho Vitória num acto evocativo do Manifesto Comunista, num acto evocativo da obra de Marx e Engels.

É uma iniciativa singela, mas para todos nós plena de significado. E fazemo-lo com os olhos postos no futuro e nos combates que temos pela frente neste virar de século.

Passaram 150 anos e raramente um texto conheceu tal audiência, tantas análises e paixões, tantos ódios e tantas detracções. Um século e meio de tempestades revolucionárias, de mudanças radicais, de avanços de civilização, mas também de abalos democráticos e regressões sociais. Marx não nos legou um receituário, ou um pronto-a-vestir. Legou-nos sim um «guia para a acção» e instrumentos e conceitos fundamentais para compreendermos a realidade que nos rodeia, o mundo em que vivemos, a marcha da humanidade. Ele que foi considerado justamente o herdeiro do que melhor foi criado pela filosofia clássica alemã, pela economia política inglesa e pelo socialismo utópico francês, soube mergulhar na realidade do seu tempo e reelaborar criticamente o que até então tinha sido alcançado. Empenhou todos os seus esforços para dar resposta a uma complexa tarefa que formulou de um modo claro e simples «os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo». Sabemos como ele ligava a formação da nova sociedade ao maior desenvolvimento das forças produtivas, à liberdade individual e à democracia, visando libertar o homem de todos os tipos de exploração e opressão, isto é, visando o estabelecimento de condições sociais e políticas que permitissem a concretização da conhecida fórmula "o livre desenvolvimento de cada um como condição do livre desenvolvimento de todos".

O Manifesto Comunista deu início a uma autêntica revolução na história do pensamento social, que nos revelou a concepção materialista da história, os mecanismos da produção capitalista, da exploração do trabalho pelo capital, da formação e apropriação da mais-valia.

As bandeiras que Marx levantou tiveram continuadores de grande envergadura. Desde logo Engels e, ainda na vida deste, Vladimir Ilitch Lenine, que encabeçou, com o Partido dos bolcheviques, a primeira revolução socialista vitoriosa. A Grande Revolução de Outubro, que mudou radicalmente o quadro sociopolítico do mundo, iniciou a primeira experiência de construção do socialismo, dando um forte impulso a todos os movimentos emancipadores e libertadores: anticoloniais, anti-imperialistas, democráticos e socialistas.

Enfrentamos com coragem os factos da história

Ao evocarmos, hoje e aqui, os 150 anos do Manifesto Comunista, não pretendemos ignorar as páginas ou períodos de sombra, isto é, os erros, as perversões, os fracassos, ou tragédias e ainda os seguidismos e os silenciamentos que também marcam o percurso histórico dos comunistas e que tantas amarguras, perplexidades, inquietações e dificuldades trouxeram à nossa luta em todo o mundo.

Não, nós enfrentamos com verdade e com coragem os factos da história por mais duros que sejam, como já demonstrámos, designadamente através das análises do nosso XIII Congresso Extraordinário.

E tomamos como compromisso profundo do nosso pensamento e da nossa acção reflectir e agir, mais e melhor, para o enriquecimento de um projecto comunista à altura das necessidades do nosso país e dos desafios do tempo que vivemos, fortemente demarcado de tudo quanto tenha ensombrado a capacidade de atracção das nossas ideias, fortemente ancorado na nossa própria história e no nosso combate ao longo dos últimos 77 anos, fortemente sustentado por um indissociável compromisso político que une a liberdade e a democracia com um projecto de efectiva transformação social, de abolição da exploração do homem pelo homem e de superação do capitalismo.

Mas, ao mesmo tempo, recusamos e continuaremos a recusar que alguns queiram carregar sobre os nossos ombros responsabilidades directas ou indirectas que, em rigor, não temos nem vemos razão para assumirmos.

Recusamos e continuaremos a recusar que os defensores do capitalismo (que não se propõem obviamente assumir responsabilidades pelos crimes do sistema que defendem) pretendam constituir-se em tribunal da história e procederem a um inaceitável julgamento e criminalização das ideias comunistas e dos comunistas.

Recusamos e continuaremos a recusar que se pretenda reconduzir e limitar todo o imaginário, todo o património e todo o projecto dos comunistas apenas a algumas experiências concretas de construção do socialismo, esquecendo que desse imaginário, desse património e desse projecto fazem parte integrante os combates de milhões de homens e mulheres e de dezenas de partidos comunistas que, pela sua acção generosa ao longo deste século, pelo altíssimo tributo pago em sacrifícios e em sangue na resistência ao fascismo, deram contribuições inestimáveis para a causa da liberdade e estão na base de muitos avanços de civilização e das mais importantes conquistas sociais e políticas.

Recusamos ainda e continuaremos a recusar que, quanto às experiências de construção do socialismo, os desfechos do início dos anos 90 funcionem como uma espécie de rasura da história que pretende sepultar injustamente quanto de positivo, de novo e de esperançoso foi alcançado, quantas alegrias foram vividas, quantas transformações foram operadas, quanta generosidade, trabalho e esforço foi dedicado por milhões de homens e mulheres à edificação de uma vida nova e de novos horizontes de felicidade para o ser humano.

Recusamos ainda e continuaremos a recusar que, quanto às experiências de construção do socialismo, os desfechos do início dos anos 90 funcionem como uma espécie de rasura da história que pretende sepultar injustamente quanto de positivo, de novo e de esperançoso foi alcançado, quantas alegrias foram vividas, quantas transformações foram operadas, quanta generosidade, trabalho e esforço foi dedicado por milhões de homens e mulheres à edificação de uma vida nova e de novos horizontes de felicidade para o ser humano.

Ter em conta a vida viva

No enriquecimento do nosso projecto o exercício do poder pelos comunistas a todos os níveis no Partido e no Estado é outra questão central da maior actualidade assim como do papel do mercado e das diversas formas de propriedade.

O Manifesto sublinha que a pedra angular do novo sistema socioeconómico é a propriedade social dos meios de produção.

Os que se serviram da impaciência das massas quiseram fazê-lo da noite para o dia e absolutizaram este objectivo.

Mais tarde vieram as ineficiências do sistema, o desprezo pela propriedade social e o facto de que a transformação do «meu», do que é propriedade privada, em «nosso», em social, é um processo longo e complexo.

A revolução nas relações de produção não se reduz à apropriação colectiva dos principais meios de produção e distribuição e, aquelas não acabam, só por si, com os traços negativos acumulados durante séculos.

Mas se isto é uma realidade é também um facto que sem a apropriação colectiva das empresas básicas e estratégicas qualquer governar à esquerda, qualquer «modelo» de socialismo por mais bonitas e atraentes que sejam as suas roupagens, revelar-se-á morto e continuará a existir apenas na imaginação

Manifesto Comunista



dos seus criadores. E esta questão é tão justa hoje como na época de Marx.

Perante as incertezas, o «caos» do Planeta, o acumular de graves problemas e o desaparecimento do socialismo real a Leste, renovam-se os apelos de regresso a Marx. E é bem necessário.

Não para «melhorar Marx» ou para se cobrir os dias de hoje com as suas citações, na concepção estreita dos que se consideram os verdadeiros interpretes do Alcorão, sobre o que «Marx verdadeiramente disse», nem para rejeitarmos o desenvolvimento e as contribuições criativas posteriores, feitas pelos seus continuadores nas condições dos seus tempos. Isto seria fazer do marxismo uma peça de museu, como outros já o afirmaram.

O Manifesto sublinha que «as proposições teóricas dos comunistas de modo nenhum repousam sobre ideias, sobre princípios, que foram inventados por este ou por aquele melhorador do Mundo. Elas são apenas expressões gerais das relações efectivas de uma luta de classes existente, de um movimento de uma luta de classes existente, de um movimento que se passa ante os nossos olhos». O fundador do Estado Soviético sublinhava também: «[...] é necessário assimilar a verdade indiscutível de que um marxista deve ter em conta a vida viva, os factos precisos da realidade e não continuar a agarrar-se à

teoria de ontem, que, como qualquer teoria, no melhor dos casos apenas indica o fundamental, o geral, apenas se aproxima da apreensão da complexidade da vida.

A actualidade de Marx

Por isso, regressar a Marx sim, acolhendo os desenvolvimentos posteriores e o que de melhor a humanidade vai produzindo, trabalhando com humildade e persistência num novo esforço de criatividade teórica e política, procurando a compreensão da realidade e continuando o seu combate no contexto das mudanças sociais e políticas, tecnológicas e culturais que desenham os contornos da nossa sociedade no século XXI.

Também por isso, nós, comunistas portugueses, projectamos o socialismo no aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, no adquirido com o 25 de Abril, incorporando e desenvolvendo os elementos fundamentais económicos, sociais, políticos e culturais da democracia avançada que propomos ao povo português e concebendo a democracia política como tendo só por si um valor intrínseco.

Caros amigos,

A actualidade do Manifesto está também no que ele projecta e está ainda na realidade de que ele nos fala e analisa e que nos seus traços mais essenciais e estruturantes persiste nos dias de hoje.

Os que lá do alto dos seus privilégios glorificam o «triunfo do capitalismo», o triunfo do «neoliberalismo» e que identificam o mercado com a democracia não apagam a perpetuação, embora sob formas históricas modificadas, das relações de exploração e dominação, não apagam a realidade da acentuação das desigualdades do planeta e a sua expressão, inclusive, nos países mais desenvolvidos.

Mesmo a União Europeia que faz parte dos 20% da população do planeta que detém 80% do Rendimento mundial, conta com 50 milhões de pobres e com 20 milhões de desempregados!

O capitalismo continua a fabricar os excluídos do progresso social, nomeadamente entre os jovens, mulheres e imigrantes e a concentração de riquezas fabulosas...

As novas oligarquias planetárias da finança, dos media e da informática, proclamam com arrogância e auto-suficiência o seu domínio e as virtudes da «nova ordem mundial».

Mas as toupeiras da história não desistem e continuam o seu labor no quadro das possibilidades e da necessidade da construção de outras sociedades.

Na verdade as desigualdades acentuam-se e os problemas acumulam-se. A privatização de toda a economia é hoje o dogma dos dogmas de todo o neoliberal bem comportado, polarizando a riqueza e aumentando o desemprego. A estratificação social em todo o planeta continua a polarizar-se, os activos das 358 pessoas mais ricas do mundo são equivalentes ao rendimento conjunto dos 45% mais pobres da população mundial, ou seja, 2,3 mil milhões de pessoas!

E tudo isto num quadro em que nunca como hoje o desenvolvimento das forças produtivas permitia resolver problemas seculares da humanidade. Mas em vez disso assistimos a regressões sociais e, ao regresso em força das velhas chagas sociais que caracterizaram o princípio do século; desemprego



maciço, trabalho infantil, trabalho sem direitos e pobreza que cresce e se acelera.

Também por isso, a classe operária, os trabalhadores, os povos e os «condenados da terra» de Chiapas e de Timor, da Palestina, do Terceiro Mundo, dos países desenvolvidos resistem e lutam, embora num quadro complexo e difícil.

O caminho apontado por Marx e Engels, na actual correlação de forças, a nível mundial defronta obstáculos de monta. Mas como também afirmamos no nosso Programa, na avaliação das perspectivas de evolução social e política do mundo contemporâneo é indispensável ter em conta que enquanto o capitalismo se formou e impôs como sistema dominante num processo abarcando vários séculos, o socialismo, surgindo no século XX, apenas conheceu durante algumas décadas os seus primeiros avanços históricos.

O Manifesto tem naturalmente as marcas do seu tempo, mas estamos convencidos que pelo seu estilo, pelo seu vigor e pelo que tem de actualidade ainda será lido com prazer e com surpresa pelos jovens dos nossos dias, que encontrarão aí um incitamento à recusa das fatalidades e à audácia do pensamento e da acção. Ler ou reler o Manifesto é ainda a melhor forma da sua evocação. Pela nossa parte, como se afirma no comunicado da reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro o PCP, convicto da força, da grandeza e da vitalidade dos seus valores e ideais, aberto para a vida e para o futuro, empenhado em afirmar, enriquecer e projectar a sua identidade e o seu projecto de democracia e socialismo para Portugal, tudo fará para continuar a honrar, e cumprir ainda melhor as suas responsabilidades nacionais e internacionalistas de grande força da liberdade, da democracia e do progresso social, ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

NACIONAL

Estuário e sapal do Lima

“Verdes” denunciam crime ecológico

“Um crime ecológico de grande envergadura” poderá afectar o estuário do rio Lima e do seu sapal, caso o projecto de alargamento das actuais instalações do porto comercial vá para a frente. O alerta partiu do Partido Ecologista “Os Verdes” que realizou no passado dia 27 uma noite de vigília em frente ao Ministério do Equipamento em protesto contra aquela decisão que, em sua opinião, a concretizar-se, levará “não só, no imediato, à destruição dum valiosíssimo património natural”, como poderá ainda, “no futuro, ter impactes negativos difíceis de prever e controlar sobre o ambiente e para a segurança das populações ribeirinhas”.

Em comunicado chegado à nossa Redacção, intitulado “SOS estuário do Lima”, os “Verdes” afirmam estar-se perante “mais uma aberração

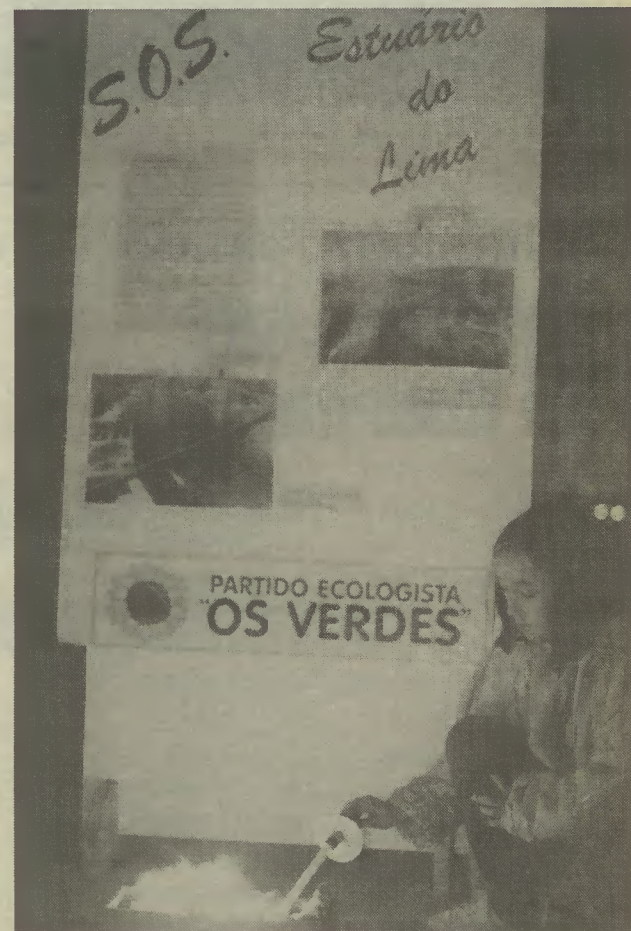
no ordenamento do território na Orla Costeira e nas zonas ribeirinhas”, expressando simultaneamente a sua convicção de que se trata de “mais um crime ecológico” com repercussões não só ambientais mas também de ordem social e cultural para a região.

Por si lembrado é, designadamente, o facto de os estuários desempenharem “um papel fundamental na relação hidrodinâmica entre os mares e os rios”, pelo que, fazem notar, “qualquer alteração na sua morfologia terá implicações na qualidade das águas (salinização das águas doces, por exemplo), nas zonas ribeirinhas, como ainda sobre a orla costeira”.

Neste contexto - onde avulta simultaneamente o papel dos sapais enquanto factor, por um lado, de biodiversidade e conservação das espécies,

e, por outro, de «descontaminação natural» das águas e dos ecossistemas estuarinos -, só “poderosos e obscuros interesses” podem explicar a intenção de levar por diante aquele projecto, tentando justificá-lo com argumentos que, do ponto de vista de “Os Verdes”, caem pela raiz.

Com efeito, na perspectiva do Partido Ecologista, nada justifica a ampliação das instalações do Porto de Viana do Castelo, porquanto, assinalam, as actuais “não chegam a ter um navio por dia atracado”, havendo equipamento que só apresenta três horas de trabalho/ano, segundo relatório oficial da Junta Autónoma dos Portos.



Vigília em defesa do estuário do Lima

Assim sendo, “que razões reais estão por trás desta obsessão em persistir num projecto cujos impactes negativos são gritantes e os benefícios mais que duvidosos?”, perguntam “Os Verdes”, que reiteram a sua determinação em fazer “ouvir a sua voz” contra os que “só defendem o cimento como pilar de progresso”, esquecendo que “aquele património natural é só por si um factor de desenvolvimento e de riqueza para a região”.

Despenalização do aborto Mulheres lançam movimento

“Tolerância” é o nome do mais recente movimento pela despenalização do aborto. Formalmente criado na passada segunda-feira, dele fazem parte mulheres ligadas ao mundo da ciência, da cultura e da política, empenhadas em envolver a sociedade portuguesa num debate aberto, sério e profundo.

“Vamos fazer um apelo inicial à participação de homens e mulheres neste movimento e depois tudo depende do que vier a acontecer na Assembleia da República”, afirmou a deputada Helena Roseta, uma das impulsionadoras do “Movimento Tolerância”, em declarações à Agência Lusa.

Caso venha a realizar-se um referendo sobre a despenalização do aborto, este movimento vai fazer campanha no sentido de influenciar a opinião pública.

As médicas Adélia Pinhão e Isabel do Carmo, as jornalistas Diana Andringa e Fernanda Mestrinho, as escritoras Lídia Jorge, Maria Rosa Colaço e Eduarda Dionísio, a actriz Maria do Céu Guerra e as deputadas Isabel de Castro, Odete Santos, Elisa Damião e Maria Carrilho são algumas das personalidades que já aderiram ao movimento.

Financiamento do Ensino Superior

JCP na linha da frente contra lei injusta

A Juventude Comunista Portuguesa concluiu segunda-feira uma série de encontros com associações e outras estruturas de estudantes de vários pontos do País.

Realizados no âmbito de uma campanha nacional pela revogação da lei do financiamento do ensino superior, estas reuniões decorreram em cinco academias (Porto, Covilhã, Coimbra, Lisboa e Évora), tendo sido conduzidas por uma delegação da JCP constituída por Ângelo Alves, da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, Bernardino Soares, deputado na Assembleia da República e ainda vários camaradas das Direcções de diversas Organizações do Ensino Superior da JCP.

Nesta incursão pelos principais pólos de Ensino Superior do País, a JCP visitou

mais de uma dezena de associações de estudantes, entre elas estruturas representativas de dezenas de milhar de estudantes como a FAP ou a AAC.

No final do périplo, em conferência de imprensa, a JCP afirmou-se consciente da "necessidade de continuar esta linha de contactos", prometendo desenvolver num futuro próximo novos encontros com as restantes estruturas representativas dos estudantes com quem não houve oportunidade de trocar impressões.

Dos contactos realizados, conforme foi sublinhado, é nítida a confluência de opi-

niões da JCP e do Movimento Associativo quando confrontados com a análise geral da Lei do financiamento: "Esta é uma lei injusta que penaliza os estudantes, as suas famílias, as instituições e o desenvolvimento do País; assenta em critérios e fundamentos neoliberais de educação e tem como pano de fundo a desresponsabilização do estado no financiamento das instituições públicas.

"Além da injustiça que decorre do texto da lei, esta arrasta consigo ainda mais injustiça e mesmo ilegalidades e perversões se analisarmos a forma como foi feita, aprovada à pressa e forçada a sua aplicação este ano", salientaram, acrescentando que "são várias as situações de

aplicação ou de divulgação (para coacção) de sanções ilegais e não previstas na Lei".

A este propósito, lembrada foi pelos jovens comunistas a diligência do PCP, sob a forma de requerimento, subscrito pelo deputado Bernardino Soares, interrogando o Governo sobre aquelas situações anómalas. "A resposta

do Ministério a um órgão de comunicação social nacional - sublinharam - foi clara e demonstrativa do caos em que está mergulhada a aplicação desta Lei: «não conhece essas situações».

Após estes quatro dias de contactos com as associações de estudantes, resulta ainda claro que "a realidade que o

ministro «pinta» nada tem a ver com a realidade das escolas", no entender da JCP, que acusa o Governo, o Ministério, Marçal Grilo e o PS de, face à contestação de que esta Lei está a ser alvo, estarem a "usar de todos os meios ao seu alcance para travar as vozes que cada vez são mais".

Cresce onda de contestação

A injustiça de uma lei aprovada à pressa, que põe bolseiros a pagar propinas, que obriga estudantes a financiarem a sua acção social escolar e que despreza os estudantes e as instituições surge de forma inequívoca nas opiniões das AE's.

É clara também na opinião das AE's que esta lei materializa a desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público.

Estes intentos do governo tornaram-se ainda mais visíveis com a aprovação do Orçamento de Estado para 1998 que veio confirmar um corte das verbas destinadas ao Ensino Superior.

Esta lei e os cortes orçamentais vieram provocar situações gritantes de asfixia financeira das instituições. São vários os casos de instituições que se viram obrigadas a prever a aplicação do montante cobrado com as propinas no financiamento dos orçamentos de funcionamento e mesmo na acção social escolar e caso esse dinheiro não seja cobrado terão sérias dificuldades de financiamento. Está assim provada a grande mentira que foram as declarações do ministro quando apresentou as propinas como uma receita adicional para o incremento da qualidade de Ensino.

É esta a situação que o ministro tenta esconder mas que já não consegue.

É esta situação que os estudantes conhecem, e que sabem, decorre da aplicação da Lei do financiamento e dos propósitos que ela preconiza.

O Governo utiliza todas as armas ao seu alcance para travar o grande movimento de contestação que está agora numa nova fase de crescendo.

É o caso das recentes declarações do ministro, do Presidente do Conselho de Reitores, do Presidente da República e a decisão do Procurador-Geral da República contrariando o parecer do seu conselho consultivo.

Foi o caso da pressão sobre as instituições com a tentativa de regulamentação forçada da aplicação da Lei.

É a pressão sobre a opinião pública através da comunicação social denegrindo e reduzindo as reivindicações dos estudantes à questão de «não querem pagar».

São as sanções ilegais que o Ministério diz desconhecer mas que na realidade conhece e até incentivou com as recentes declarações do ministro afirmando que quem não pagasse propinas deixaria de ser estudante.

Foi a tentativa de pôr estudantes do político contra os Universitários.

Mais recentemente, o ministro tentou reduzir a luta dos estudantes à questão do boicote. Com isto tenta levar a contestação para o campo da legalidade e do cumprimento de uma lei.

Mas os estudantes têm a consciência que o boicote é mais uma forma de luta, que exige uma maior consciencialização e até coragem e não se esquecem que não são unicamente os estudantes boicotantes que contestam esta lei.

Com todas estas «rasteiras», o ministro tenta reduzir ao mínimo a contestação à Lei do financiamento, mas os estudantes já demonstraram que estão contra os perversos princípios que norteiam a política deste e de anteriores ministérios da Educação e mais uma vez estão a lutar contra eles.

Se dúvidas restassem bastaria contabilizar as inúmeras acções que os estudantes levaram a cabo nos últimos meses por todo o país e mais recentemente os números de adesão dos estudantes ao boicote ao pagamento de propinas.

Neste momento, o Movimento Associativo acelera a largos passos para a Manifestação Nacional prevista para dia 25 de Março.

É notório um ambiente de empenhamento na dinamização da luta.

Até à manifestação muito trabalho há ainda a desenvolver. Desde a denúncia das sanções ilegais até à sensibilização da opinião pública passando pelo trabalho de mobilização dos estudantes e pela maior circulação de informação entre as diferentes associações e academias de modo a que a mobilização seja feita em todas as escolas do nosso país tudo irá contribuir para alcançar o objectivo já traçado pelas Associações: a Revogação da Lei Quadro de Financiamento do Ensino Superior.

Para o desenvolvimento da luta é importantíssimo a intervenção, o contributo e o empenhamento que os estudantes comunistas irão ter neste momento decisivo da luta em defesa do ensino superior público.

A luta de massas e o reflexo que essa vertente da luta pode ter no plano institucional foi uma questão muito levantada nos encontros com as Associações e federações de Estudantes, estando a JCP e o PCP a estudar as melhores formas de intervenção a este nível nomeadamente na Assembleia da República tendo sempre como objectivo a defesa dos interesses dos estudantes e da sua justa luta, são disso exemplo os requerimentos apresentados a semana passada relativamente à ilegalidade das sanções previstas e que o Ministério já respondeu publicamente dizendo que (espantem-se!) «desconhece essas situações»!!!

A JCP já teve a oportunidade desafiar o ministro da Educação a apresentar publicamente uma lista de todas as sanções que estão a ser aplicadas ou previstas e a fundamentá-las legalmente.

■ Ângelo Alves e Bernardino Soares



Os dirigentes da JCP reuniram com mais de uma dezena de associações (foto de arquivo)

40º aniversário das eleições de 1958

Lembrar a luta pela liberdade

As comemorações do 40º aniversário das eleições presidenciais de 1958 vão incluir uma viagem do "Comboio da Liberdade" entre o Porto e Lisboa e uma exposição na Torre do Tombo sobre os arquivos da PIDE, onde se evidenciará a natureza fraudulenta daquele acto eleitoral, revelou Iva Delgado, filha do general Humberto Delgado, à saída de uma reunião na semana transacta com António Guterres, que declarou o apoio do Governo a estas iniciativas.

"Vamos também publicar um livro chamado 'Humberto Delgado e as eleições presi-

denciais de 1958", elaborado por 20 investigadores, e vamos tentar criar a Fundação Humberto Delgado, em Braga, cuja comissão instaladora é presidida pelo arquitecto Luís Mateus", explicou ainda Iva Delgado.

Iva Delgado convidou o Primeiro-Ministro para fazer parte da Comissão de Honra das Comemorações, da qual fazem igualmente parte os presidentes da República e do Parlamento e o general Aurélio Corbal.

Convidada a pronunciar-se sobre a recente estada em Portugal do criminoso da Pide Rosa Casaco, implicado no assassinio de seu pai, Iva

Delgado disse não ter abordado o assunto com o chefe do Governo, considerando que há "instituições de um Estado democrático próprias para tratar desse assunto".

Sobre a presença do ex-pide em Portugal, disse que foi de "lamentar que uma pessoa que cometeu um crime tenha tanta audição a nível da imprensa e que não esteja arrependida do acto horrendo que cometeu".

"Lamentei também que o Estado democrático tenha por vezes algumas brechas por onde penetram forças que ainda tentam ter alguma audição junto do povo português", concluiu.

Pedofilia na Madeira



O Grupo Parlamentar da CDU/Madeira reuniu-se hoje oito dias na Assembleia da República

com a Comissão Parlamentar de Direitos Constitucionais, Liberdades e Garantias para abordar a questão da pedofilia. Para Leonel Nunes, deputado da CDU/Madeira à Assembleia Legislativa Regional, este encontro tinha plena justificação na medida em que a Justiça não se encontra regionalizada e por considerar que a pedofilia é uma questão "social e política". Os deputados da CDU/Madeira entregaram à primeira Comissão da Assembleia da República um dossier sobre a pedofilia na Madeira, tendo exigido justiça relativamente a este processo, no âmbito do qual são indicadas eventuais relações da região com redes internacionais. O mesmo apelo para que seja feita Justiça foi igualmente ouvido numa vigília contra a pedofilia, realizada no passado dia 27, em frente ao Palácio da Justiça, no Funchal, também por iniciativa da CDU/Madeira (ver notícia na página 8).

Lei Orgânica do TC



O constitucionalista Jorge Miranda expressou a sua discordância quanto à eleição em

lista fechada dos novos juizes do Tribunal Constitucional (TC), entendendo que este sistema favorece a lógica partidária e desvaloriza o Parlamento e o próprio TC.

Jorge Miranda considerou "lamentável" que tenha sido aprovado o método de eleição em lista fechada porque, desta forma, os "candidatos a juizes do TC não são apreciados individualmente, mas sim em bloco".

"Os deputados não têm assim possibilidade de emitir o seu juízo sobre cada um dos candidatos", disse o Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, em declarações à Agência Lusa, observando que, neste sistema, "até o zé dos anzóis" pode ser eleito para o TC.

Jorge Miranda criticou ainda o facto da aprovação da Lei Orgânica do TC não ter sido precedida de uma discussão pública, designadamente nas Faculdades de Direito, nos Tribunais e no Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

Também o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) manifestou, hoje oito dias, a sua concordância com as críticas feitas pelo constitucionalista Jorge Miranda à eleição em lista fechada dos novos juizes do Tribunal Constitucional. Expressando a sua posição a título pessoal, António Cluny afirmou estar de acordo com o entendimento de Jorge Miranda de que a eleição em lista fechada dos novos juizes do TC favorece a lógica partidária em detrimento do Parlamento e do próprio Tribunal.

João Amaral leva situação da TAP ao Parlamento

Opções erradas põem futuro em risco

O País precisa de uma companhia aérea como a TAP capaz de assegurar serviços de qualidade, um elevado nível de emprego e uma ligação à comunidade de países de língua portuguesa

O Grupo Parlamentar do PCP criticou as opções que têm sido adoptadas pelo Governo relativamente à TAP, designadamente no plano dos acordos estabelecidos com outras empresas, considerando-as "descuidadas" e fortemente lesivas dos interesses da transportadora aérea nacional. Existem mesmo sérios perigos espreitando a TAP, no entender do deputado comunista João Amaral, que muito recentemente levou o assunto a plenário, pondo em evidência os desnecessários "riscos e sujeições" que pesam sobre a empresa em resultado do "desnorte de administrações políticas sem verdadeiro sentido de gestão".

Numa intervenção proferida no período antes da ordem do dia, na sequência da visita à TAP de uma delegação do PCP presidida por Carlos Carvalhas, João Amaral falou das "preocupações" existentes entre os trabalhadores e dos "grandes riscos" que se perfilam no horizonte.

A privatização da TAP, o futuro do sector de *handling*, o regime de transporte para as regiões autónomas, as negociações com outras transportadoras portuguesas, os regimes de trabalho (em especial a questão dos tempos de trabalho) e o já

referido acordo com o grupo da Swissair, concorrem para esse clima de apreensão geral.

Na origem da situação presente, segundo o parlamentar comunista, está o facto de a TAP, ao invés de assegurar acordos "justos e mutuamente vantajosos" com outras companhias, hoje necessários para "garantir o seu futuro e poder progredir", continuar a ser usada pelos governos "como palco de jogos de poder partidário e para promoção de interesses totalmente alheios aos interesses do País".

E talvez o melhor testemu-



nho desta realidade sejam mesmo os termos do acordo com a Swissair, um acordo "feito à pressa e à socapa", na perspectiva da bancada comunista, à margem de tudo e de todos, que deu de mão beijada "todas as vantagens" à companhia helvética.

"Nada justifica esta precipitação", sublinhou o parlamentar do PCP, antes de afirmar

que "o futuro da TAP não é um negócio privado do PS". Tanto mais que, frisou, a "TAP não estava com a corda na garganta" - ainda há pouco tempo recebeu 180 milhões de contos dos fundos públicos -, e são evidentes os múltiplos inconvenientes da operação.

Desde logo pela circunstância de a TAP ficar na dependência tecnológica da Swissair no estratégico sector das reservas, entregando-lhe a sua gestão, bem como no plano da fidelização de passageiros e de outras actividades do sector comercial.

"É absolutamente desastroso do ponto de vista do interesse da TAP em conservar a sua própria autonomia", concluiu João Amaral, não sem antes ter contestado o argumento segundo o qual adviriam vantagens da entrega à Swissair de uma fatia de dez por cento da empresa no quadro da sua privatização.

"Dizem que assim o grupo Swissair fica amarrado à TAP. A realidade é inversa: assim é a TAP que fica amarrada à Swis-

sar e dela dependente", sublinhou o deputado comunista, que repudiou simultaneamente os acordos parcelares que estão a ser celebrados em diferentes áreas de actividade, por entender, explicou, que "não obedecem a nenhuma estratégia da TAP" e servirem, no fundamental, a "estratégia e o interesse da Swissair".

Na sua intervenção, João Amaral enumerou ainda as razões pelas quais o PCP defende a "continuidade e dinamização aérea" da TAP como "companhia de bandeira, controlada nacionalmente", pondo em relevo o seu "valor como «reserva estratégica» capaz de assegurar a Portugal em todas as condições "um determinado nível de capacidade própria de transporte", o seu papel na ligação à Comunidade de Países de Língua Portuguesa e às comunidades emigrantes, bem como às regiões autónomas, sem esquecer os níveis de emprego que assegura e, por último, o volume de divisas que permite captar.

Acordo Multilateral sobre Investimento

Mais desregulação a favor do capital

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou uma reunião da Comissão de Economia, com a presença do ministro, para analisar o Acordo Multilateral sobre o Investimento, actualmente em fase de elaboração, envolvendo a participação de 29 países, entre os quais todos aqueles que integram a União Europeia.

A bancada comunista quer ver esclarecida, concretamente, a posição do Governo português sobre as propostas que têm vindo a ser defendidas no seio da OCDE, entendendo que a Assembleia da República deve ser esclarecida sobre esta matéria com inevitáveis repercussões para o nosso país.

A salvaguarda dos interesses da economia nacional afigura-se, pois, na perspectiva do Grupo comunista, como uma questão de primordial importância que em si mesma justifica esta reunião, face ao que são as suas preocupações quanto aos termos deste Acordo, em cujos objectivos se inscreve o alargamento do programa de desregulamentação da Organização Mundial do Comércio a outros sectores da vida económica, no caso vertente ao investimento estrangeiro.

É que, como assinalam Octávio Teixeira e Lino de Carvalho na carta em que requerem a reunião, o tratado internacional a sair do acordo em negociação "propõe-se desregular totalmente os investimentos internacionais em cada país em termos tais que, por exemplo, as

empresas multinacionais e os investidores ficariam autorizados a interpor acções judiciais contra os governos de cada país com vista a serem compensados de medidas de políticas ou qualquer acção pública que tivesse como efeito a diminuição dos seus lucros".

Em Vila Franca de Xira "Ânsia de inovar" atropela legalidade

Um procedimento no mínimo insólito, ilegal, seguramente, e bem capaz de ser prenunciador de um estilo que elementares regras de transparência desaconselhariam, foi protagonizado pela recém-eleita presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

O deputado comunista João Amaral, com ironia, interpretou-o como uma "ânsia de inovar", qual espécie de ímpeto não contido que, convenhamos, resvalou em manifesto exagero.

Em causa está a decisão de mandar agrafar aos recibos de vencimento dos trabalhadores do município dois documentos, um, sob a forma de "Informação ao Pessoal", que, pelo tratamento gráfico, mais parecia uma "Informação Pessoal", onde nem sequer faltou a foto tipo passe; o outro, para utilizar a

expressão do parlamentar comunista, "é que fia mais fino", reportando-se, nada mais nada menos, do que a uma acção de propaganda a um banco que recentemente abriu uma delegação em Vila Franca de Xira, na qual este anuncia as vantagens de uma «conta-ordenado» com sedutores apelos do tipo "tire partido do seu ordenado e sorria" ou "com a conta-B... - Ordenado, receberá mais já este mês".

Para João Amaral, que solicitou em requerimento esclarecimentos sobre o assunto à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, este uso do acto de pagamento para entrega de publicidade é uma ilegalidade, representando, simultaneamente, "um desprestígio para a Câmara Municipal e uma violação das regras de relacionamento entre a Câmara como entidade patronal e os trabalhadores do município".

TRABALHADORES

Museus
sem guardas

Durante a época da Páscoa e mesmo depois de aberta a Expo'98 poderão ocorrer greves ou outras formas de luta dos guardas de museu. O mandato para as correspondentes convocatórias foi dado segunda-feira à Federação da Função Pública, pelo 2º Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Museus e Palácios, que apelou à luta daqueles profissionais pela revalorização da carreira e, simultaneamente, pela consagração legal de regalias e direitos importantes, como as 35 horas semanais, o pagamento de feriados ou os dois dias de descanso semanal. Ao Ministério da Cultura foi exigido «diálogo efectivo e concreto», concretizado na marcação das reuniões de trabalho prometidas há duas semanas. A FNSFP emitiu um veemente protesto pelo modo como o Ministério (através do IPPAR e do IPM) contrariou a tolerância de ponto e obrigou os guardas de museus e palácios a trabalhar na terça-feira de Carnaval.

Enfermeiros

Tentando evitar a ruptura nas negociações da grelha salarial, os sindicatos dos Enfermeiros Portugueses e da RA da Madeira solicitaram sexta-feira reuniões de carácter urgente com o ministro-adjunto do primeiro-ministro e com o ministro das Finanças. A contraproposta de grelha salarial apresentada pelo Ministério da Saúde é, para os sindicatos, inaceitável, enquanto a proposta de faseamento da sua aplicação é «inadmissível e absurda», pois estende-se por um longo período de 4 anos, só entra em vigor no próximo dia 1 de Julho, este ano apenas revaloriza os vencimentos de alguns enfermeiros e somente em 2806 escudos.

Lisboa

A passagem da gestão do Parque de Campismo de Monsanto, da CML para a Associação de Turismo de Lisboa, dá sequência a uma política de alienação de competências, protesta o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, numa nota em que exige a salvaguarda dos postos de trabalho de todo o pessoal do Parque e a manutenção do direito dos funcionários da CML a ali acamparem gratuitamente. O STML convocou para a passada quinta-feira uma concentração junto à Assembleia Municipal de Lisboa.

Acordo com UGT não vale como lei
Frente Comum denuncia
contra-informação no Estado

O Governo está a divulgar, por via enganosa e recorrendo abusivamente ao controlo da estrutura hierárquica da Administração Pública, a ideia de que o acordo feito com a UGT sobre reestruturação de carreiras seria irreversível e teria força de lei, acusa a Frente Comum de Sindicatos.

Numa nota divulgada sexta-feira, a estrutura mais representativa dos trabalhadores da Administração Pública refere que, «nas últimas semanas, o Governo tem desenvolvido diversas acções de contra-informação sindical, utilizando abusivamente recursos e meios do aparelho do Estado, através do envio de opúsculos para os ministérios, direcções-gerais, câmaras e juntas de freguesia, deturpando e caluniando a postura negocial da Frente Comum, com o objectivo de estabelecer a confusão nos responsáveis dos serviços e nos trabalhadores».

Perante a «gravidade» da situação, a Coordenadora da Frente Comum entendeu «repor a verdade e o rigor das posturas e da realidade negocial», particularmente no que respeita às reuniões havidas entre 25 de Novembro de 1997 e 10 de Janeiro.

A nota começa por recuar a Janeiro de 1996, quando Governo e Frente Comum acordaram proceder à revisão de carreiras até 31 de Outu-

bro de 1997, com o objectivo de permitir o acesso de todos



Somando-se aos magros aumentos salariais de 2,75 por cento, a posição do Governo quanto às carreiras está a suscitar descontentamento (foto de arquivo)

os trabalhadores ao topo da carreira e de corrigir as injustiças relativas resultantes da aplicação no Novo Sistema Retributivo.

O Governo, acusa a Frente Comum, rejeitou ou ignorou as diversas propostas e documentos de trabalho que a estrutura intersindical lhe foi

entregando desde Março de 1997. Por último, já esgotado o prazo acordado, o Governo tentou misturar o desfecho da negociação de carreiras com a actualização salarial para 1998, o que foi considerado inaceitável pela Frente Comum.

Já na reunião iniciada na

de 10 de Janeiro, escudando-se na subscrição de um acordo com as estruturas sindicais da UGT». A «acção de contra-informação» é desencadeada «posteriormente, face ao descontentamento e protesto dos trabalhadores, que se vem a exprimir através de múltiplas formas».

nacional e do índice 100 na Função Pública. Recorda, a propósito, que em 1989 este mínimo estava 12 por cento acima do nacional, enquanto em 1998 está 6,2 por cento abaixo.

Depois de sublinhar que «a «solução» sobre carreiras não é lei» e que «tudo fará para que o não venha a ser nos termos acordados entre o Governo e as estruturas da UGT» - o que só poderá suceder na sequência de uma autorização legislativa que ainda não foi pedida no Parlamento -, a Frente Comum aponta «cinco grandes grupos de injustiças e incongruências» de que aquela enferma:

- o cerceamento das expectativas de promoção,
- a frustração das expectativas de progressão (haveria casos em que esta significaria salários inferiores),
- a acentuada e arbitrária variação de distâncias relativas entre profissionais de uma mesma categoria que até aqui tinham posicionamento paritário nos índices salariais,
- a ultrapassagem da regra geral da relevância do tempo de serviço, e
- os reposicionamentos distorcidos face a promoções recentes ou resultantes de concursos a decorrer.

Por encerrar

Rebatendo as teses do Governo, a Frente Comum reafirma a exigência de que sejam respeitados os compromissos assumidos e volta a acentuar a necessidade de eliminar a diferença entre os valores do salário mínimo

Auxiliares da Saúde param no dia 13

Para sexta-feira da próxima semana, está convocada uma greve nacional do pessoal auxiliar da Saúde, por iniciativa da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Com esta paralisação de 24 horas, pretende a FNSFP dar expressão ao protesto dos trabalhadores pela forma como ficou bloqueado o processo de publicação do diploma sobre reestruturação da carreira dos serviços gerais do Ministério da Saúde.

No pré-aviso de greve, a federação sintetiza a evolução deste caso, desde que, em 1980, foram criadas as carreiras do pessoal dos serviços gerais do Ministério. Em 1990, entendendo urgente uma reestruturação profunda das carreiras, a FNSFP entregou ao Governo uma proposta que procurava responder às alterações sofridas pelos estabelecimentos de Saúde.

«Após alguma encenação de negociação, o Governo de então veio a impor em 1991 uma solução minimalista», que resultou na publicação do DL 231/92, um ano depois. A federação, passado algum tempo, voltou a propor ao Ministério

um reestruturação «profunda» daquelas carreiras.

«Face a algumas lutas desenvolvidas, o Governo aceitou, em 1994, iniciar um processo negocial que se veio a arrastar durante mais de dois anos» e que terminou em Dezembro de 1996, «com um documento consensual entre a federação e o Departamento de Recursos Humanos da Saúde», o qual foi enviado pela ministra à Direcção-Geral da Administração Pública, para parecer, em Abril de 1997.

Passados sete meses, em Novembro, a DGAP respondeu «que não dava parecer porque... a Mesa 3, resultante do Acordo de 1996, ainda não concluiu os seus trabalhos», o que é, para a federação, «uma posição incompreensível e inaceitável», uma vez que este processo se iniciou muito antes do acordo assinado em 1996 entre sindicatos e Governo, «pelo que não deveria ter sido artificialmente protelado».

Santarém

Dezenas de trabalhadores do Hospital de Santarém e dos cen-

tros de Saúde concelhios têm como certo o desemprego, num prazo máximo de 60 dias - alertou antontem a delegação distrital do sindicato da Função Pública do Sul e Açores. Numa nota enviada à comunicação social, o Ministério da Saúde é acusado de ter iludido os desempregados, colocados nos serviços ao abrigo de programas ocu-

pacionais, quando, em Novembro, o DRHS deu instruções para que aqueles fossem abrangidos pelo processo de regularização dos vínculos precários na Administração Pública. Menos de três meses passados sobre essa circular - que, afirma o sindicato, levou até a que alguns trabalhadores decidissem abandonar empregos para voltar ao

Hospital ou a centros de Saúde -, o mesmo departamento dá o dito por não dito, escudando-se no secretário de Estado da Administração Pública.

O sindicato acusa «o Ministério da Saúde e outros» de usarem os programas ocupacionais para colmatar faltas reais de pessoal a custos muito mais baixos.

Proibição
na Educação

O chefe de Gabinete do ministro da Educação pretende criar na sede do Ministério uma «área virgem» de informação sindical, para o que proibiu os representantes sindicais de acederem directamente aos pisos 8 e 13 - revelou na semana passada o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Uma nota da direcção do STFPSPA refere que a decisão foi comunicada a um dirigente deste sindicato no dia 10 de Fevereiro. Além de proibir os representantes sindicais de circularem naqueles pisos do edifício da 5 de Outubro, o chefe pretendia ainda que a informação sindical

passasse a chegar aos funcionários que lá trabalham através dos auxiliares administrativos.

Adiantando que recorreu para o ministro de tal decisão, o sindicato afirma que «não pode deixar de denunciar publicamente esta prepotência e flagrante ilegalidade daquele responsável político que, provavelmente, pretende «deseducar» sindicalmente os trabalhadores sob a sua responsabilidade directa ou torná-los virgens de informação sindical», o que «faz lembrar certos métodos» e suscita a interrogação sobre «em que «escola» terão desencantado este senhor».

TRABALHADORES

Ferroviários em greve na segunda-feira

Num cenário de contínua e premeditada degradação das condições de trabalho, a CP vem propondo aumentos de miséria. O subsídio de alimentação teria acréscimos de 13 ou 17 escudos!

Para segunda-feira, dia 9, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses convocou uma greve de 24 horas para as empresas do sector (CP, Refer, Emef, Fernave, Fergráfica, Ferbritas, TEX, etc.).

A paralisação foi marcada, como refere uma nota da Comissão Executiva da FSTFP/CGTP, na sequência das decisões de um recente plenário de estruturas representativas dos trabalhadores, incluindo-se, entre as reivindicações que a motivam, o aumento real dos salários, a uniformização dos valores dos prémios, o aumento do subsídio de turno, a redução do horário de trabalho, a negociação do Regulamento de Carreiras, a defesa dos postos de trabalho e dos direitos.

A federação afirma que o conselho de gerência da CP e as

administrações das empresas mantêm «propostas de actualização salarial que conduzem, mais uma vez, à redução dos salários reais», enquanto, por outro lado, «o ministro João Cravinho continua a fugir à discussão e negociação do protocolo/compromisso com vista à garantia dos direitos e postos de trabalho, no quadro da actual "reestruturação" do sector».

Sem ilações

Ao reconhecer, na mesa das negociações, que há baixos salários e discriminações entre os ferroviários, nomeadamente na atribuição de prémios (o que é fruto de inúmeras negociações efectuadas ao longo dos anos e que, na altura, serviram para



Os trabalhadores do caminho-de-ferro voltam à luta por melhores salários, pela garantia dos postos de trabalho e dos direitos (foto de arquivo)

travar lutas por reivindicações justas), os representantes do conselho de gerência da CP reconheceram que as sucessivas gerências e ministros da tutela foram os principais res-

ponsáveis pelas decisões políticas que transformaram num caos o sector ferroviário e a situação laboral dos trabalhadores - afirma o Sindicato dos Ferroviários do Centro.

Num comunicado em distribuição aos trabalhadores, o sindicato protesta por, afinal, aqueles mesmos responsáveis não apresentarem propostas para pôr fim à contínua degradação laboral dos ferroviários.

Classificando as propostas apresentadas pela CP e pelas empresas como «afronta aos fer-

roviários», o sindicato apela à mobilização e unidade dos ferroviários.

Entre outros casos que suscitam a indignação do SFC/CGTP, no comunicado são referidas as diferentes retribuições atribuídas a categorias profissionais com funções e responsabilidades semelhantes, a apresentação de propostas de aumentos salariais diferenciados, conforme as empresas, para as mesmas categorias profissionais, e a continuação de horários normais de trabalho de 12 horas diárias.

Fardamentos

Para impedir o despedimento dos trabalhadores das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento contratados a prazo, o sindicato dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas convocou uma concentração de todo o pessoal das OGFE para a passada segunda-feira, junto à entrada da empresa, no Campo de Santa Clara, em Lisboa. O sindicato defende que, a exemplo do que tem sucedido noutros casos, os contratados passem ao quadro de efectivos.

Stagecoach

O elevado índice de adesão à greve realizada na passada segunda-feira foi saudado no plenário de trabalhadores que teve lugar durante a paralisação, como demonstração da justiça das reivindicações que dera origem à luta. No plenário - refere uma nota da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos - foi decidido aguardar até à próxima quinta-feira para que a administração apresente uma proposta de integração do subsídio de agente único na tabela salarial. Para o dia seguinte, 13 de Março, ficou convocado novo plenário, a decorrer nas instalações da transportadora na Abóboda, a partir das 21.30 horas. A FSTRU/CGTP informa ainda que foi expressa pelos trabalhadores a decisão de «continuar a luta, caso a empresa mantenha a sua intransigência».

Segurança Social

Tem lugar hoje, em Santarém, um encontro distrital de activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores, onde será analisada a Reforma da Segurança Social, designadamente a proposta de criação de uma «segunda pensão», contida nas conclusões do grupo maioritário da Comissão do Livro Branco. Na passada quinta-feira, na sede da CGTP-IN, teve lugar um muito participado debate que, além de responsáveis sindicais e de CTs, contou com a participação de Eugénio Rosa, João Ferreira do Amaral, Carlos Pereira da Silva e Maldonado Gonelha (um dos «minoritários» que se demarcaram da linha predominante no Livro Branco).

As estruturas do movimento sindical unitário têm em agenda outras iniciativas sobre este problema, insistindo em que os trabalhadores, como principais contribuintes da Segurança Social, não podem ser ignorados na Reforma e devem combater a tentativa de entregar o negócio das pensões às seguradoras privadas.

Construção escreve a Guterres

A federação de sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção solicitou anteontem ao primeiro-ministro uma audiência, com carácter urgente, pretendendo alertar António Guterres para as consequências que podem advir da posição patronal na negociação da contratação colectiva para o sector da Construção e Obras Públicas.

Dando cumprimento às decisões do plenário nacional de sin-

dicatos que teve lugar terça-feira, a estrutura sectorial da CGTP informou o primeiro-ministro de que a intransigência das associações patronais culminou na ruptura do processo negocial. Não restando aos trabalhadores outra opção que não seja a luta pelas suas justas reivindicações, a federação manifesta a vontade de discutir com o chefe do Governo formas de ultrapassar esta situação. Em risco está, segundo o ofício

enviado a Guterres, «a atempada execução das obras da Expo'98».

O plenário de anteontem, que analisou os efeitos da quinzena de esclarecimento e luta levada a cabo entre os trabalhadores do sector, decidiu ainda pedir uma reunião à associação patronal (AECOPS) para prosseguimento das negociações. Entretanto, os sindicatos vão também «continuar com o esclarecimento e a mobilização».

SMAS de Sintra com adesão total

O sector auxiliar dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra paralisou a 100 por cento na terça-feira, o primeiro dia de uma greve que se prolonga até amanhã - informou anteontem a direcção regional de Lisboa do STAL.

O sindicato da Administração Local admite que a paralisação possa provocar falta de água em localidades do concelho, mas

adianta que «os incómodos que a população irá sentir são evitáveis», bastando para tal «um claro sinal tendente a resolver o problema» que está na origem da luta.

«O problema», que já provocou outras greves e acções de protesto nos últimos meses (a mais recente foi uma greve nos dias 27 e 28 de Janeiro), é o facto de os trabalhadores dos

SMAS de Sintra continuarem sem direito ao pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, em moldes idênticos aos que vigoram para o pessoal da Câmara Municipal.

Para o STAL, o executivo presidido por Edite Estrela deveria usar os poderes que legalmente detém e proceder à alteração da decisão do conselho de administração dos SMAS.

Professores solidários contra as propinas

A Federação Nacional dos Professores apelou a todos os docentes para que «encontrem formas de actuação que eliminem prejuízos de ordem pedagógica ou administrativa» para os alunos que decidam participar na manifestação prevista pelas associações de estudantes para dia 25 de Março.

Numa nota de imprensa que divulgou anteontem, a federação recorda que «a luta contra a desresponsabilização do Estado pelo Ensino Superior

público tem sido e continuará a ser, enquanto durar esta política, uma luta da Fenprof, pelo que esta se encontra solidária com a luta dos estudantes pelo mesmo objectivo». A Fenprof repudia as afirmações do ministro da Educação de que quem não pagar propinas deixa de ser estudante e não pode realizar avaliações e denuncia a atitude de chantagem do Governo ao condicionar a aprovação de contratos-programa à cobrança de propinas.

Mais de onze por cento no Grupo Gás de Portugal

A revisão do acordo colectivo de trabalho da Gás de Portugal contempla um acréscimo global da massa salarial de 11,25 por cento, além de várias melhorias sociais.

Ao anunciar a conclusão, na tarde da passada quinta-feira, das negociações com a administração do Grupo GDP, a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás sublinha que «este importante acordo foi obtido após 7 meses de luta vitoriosa dos trabalhadores, que efectuaram mais de 500 horas de greve» e que «já tinham conquistado anteriormente um prémio de 50 mil escudos».

Segundo a Fequifa/CGTP, o âmbito do ACT foi alargado às empresas do grupo (GDP SGPS, GDL, Driftal, Carbolis, Ibergás e Cabo Ruiivo). A tabela salarial foi reestruturada, com a criação de um 4º escalão de progressão horizontal e um acréscimo médio de cinco por cento. Foi acordada uma antecipação gradual da produção de efeitos da tabela salarial e do ACT, que este ano passa de Maio para Março e, no ano 2000, deverá situar-se em Janeiro.

O subsídio de turnos passa, desde 1 de Janeiro deste ano, de 29 para 33,5 por cento da média de vencimentos; em 1 de Fevereiro do próximo ano passará para 35 por cento. No chamado subsídio de gás há uma subida de 6,7 por cento (ficando em 6400 escudos), enquanto o subsídio especial é de 3500 escudos mensais para os trabalhadores do horário geral.

A Fequifa anunciou, na mesma ocasião, que vai promover na primeira quinzena de Maio um seminário-debate sobre o gás natural, onde será divulgada a sua posição quanto ao modelo empresarial que defende para este sector.

Desempregados franceses manifestam-se

No próximo sábado, realiza-se uma manifestação nacional em França contra as medidas «insuficientes» anunciadas pelo Governo de Lionel Jospin em relação aos reivindicados aumentos dos subsídios de desemprego. A iniciativa partiu de várias associações de desempregados, nomeadamente do Movimento Nacional de Desempregados e Trabalhadores Temporários. «Já que o primeiro-ministro responde passo a passo aos direitos mais elementares, também os desempregados continuarão passo a passo a sua mobilização até verem satisfeitas as suas exigências», afirmam os dirigentes daquela organização. Os desempregados criticam particularmente o facto de Jospin não ter criado um subsídio mínimo de inserção para desocupados com menos de 25 anos.

Bispos brasileiros pela educação

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de «ser responsável pelo aumento do analfabetismo» e elogiou os esforços dos Sem-Terra e das autarquias do PT realizados na área do ensino. Na sexta-feira, numa conferência de imprensa onde foi lançada a «Campanha da Fraternidade», a organização considerou que «os 32 milhões de analfabetos são uma mancha que nos envergonha» e afirmou que o governo não respeita a Constituição, ao não destinar metade do orçamento para a educação e para o ensino básico.

Tribunal de Haia competente

No fim da semana passada, o Tribunal Internacional de Haia considerou-se competente para julgar o caso da explosão de um avião sobre a Escócia em 1988, e que opõe a Líbia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Tanto Londres como Washington defendem que o julgamento dos dois líbios suspeitos da autoria do atentado se deve realizar num dos dois países. Por seu lado, as autoridades de Trípoli apelam a uma convenção da aviação civil que permite que o julgamento se realize no seu território. Este caso levou o Conselho de Segurança da ONU a impor sanções sobre a Líbia.

Iraque Depois do acordo

O Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade o acordo assinado no passado dia 23 entre Kofi Annan e as autoridades de Bagdad, sublinhando que «qualquer violação terá consequências graves para o Iraque». Numa nota transmitida na noite de segunda-feira, os membros daquele órgão alertam ainda os Estados Unidos que devem proceder sempre de acordo com as suas indicações.

Os peritos da Unscop - a comissão das Nações Unidas para o desarmamento - já reiniciaram as inspeções às instalações presidenciais do Iraque. «Sem entraves e com cooperação», de acordo com as autoridades de Bagdad, 14 palácios foram já vistoriados por 15 equipas, alguns de surpresa.

Realizou-se também uma reunião entre elementos da ONU e responsáveis iraquianos sobre armas químicas.

Entretanto, a Turquia e a Jordânia acordaram numa iniciativa conjunta para a reintegração do Iraque na comunidade regional, que consiste num conjunto de quatro propostas já aceites por Saddam Hussein.

Este acordo tem como objectivo permitir a Bagdad preservar a sua soberania e integridade territorial, obter o levantamento das sanções, criar uma zona no Médio Oriente livre de armas de destruição maciça e organizar

uma cooperação económica e de segurança entre o Iraque e os seus vizinhos.

Os iraquianos começam a receber ajuda internacional, provavelmente fruto da divulgação pela comunicação social de todo o mundo das condições de vida miseráveis com que a população se debate diariamente.

No domingo, 180 toneladas de alimentos e 40 toneladas de roupas e cobertores foram entregues em Bagdad pelo Crescente Vermelho dos Emirados Árabes Unidos. Na opinião do seu presidente, Saïd Mohammad al-Mansouri, esta ajuda é prova da «solidariedade com o povo iraquiano contra o embargo». Este foi o terceiro carregamento de produtos humanitários enviado pelos Emirados em menos de duas semanas.

Também o Egipto enviou 40 toneladas de medicamentos e alimentos para crianças, através de uma delegação de parlamen-



tares, sindicalistas, actores e jornalistas. Na sua maioria, os produtos foram oferecidos por empresas e empresários.

Posição das organizações portuguesas

Diversas organizações portuguesas reunidas numa plataforma pela resolução da crise iraquiana de uma forma pacífica consideram, em comunicado, que o acordo alcançado pelas

Nações Unidas «afasta no imediato o perigo de uma guerra devastadora para o povo iraquiano e desestabilizadora do frágil equilíbrio da zona».

Os signatários da declaração - entre os quais a DORL do PCP, o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a JCP, a CGTP, o PSR e a Frente Anti-Racista - defendem que «os presentes acontecimentos vieram reforçar a evidência da necessidade e das capacidades de um amplo movimento a favor da paz e das soluções políticas e negociadas nas

relações internacionais, movimento que urge desenvolver e aprofundar».

As organizações sublinham que «o acordo só foi possível pelo empenhamento do secretário-geral da ONU, de numerosos países, de organizações não-governamentais, de personalidades e por um vasto movimento da opinião pública mundial».

Este conjunto de organizações anunciou que irá promover e apoiar iniciativas de informação sobre este tema, nomeadamente em escolas e universidades.

Grã-Bretanha Rurais invadem Londres

Com a Torre de Londres como pano de fundo, 250 mil pessoas desfilaram, no domingo, pelas ruas da capital britânica a partir de Hyde Park, numa manifestação com diversos objectivos e com participantes tão variados como aristocratas e ambientalistas.

«Salvem o nosso nível de vida e salvem-nos dos cidadãos.» Esta frase, escrita num cartaz, resume o espírito da iniciativa. De facto, os fins dos participantes são de tal maneira diferentes que chegam a entrar em confronto. Mas há algo que os juntou nesta manifestação organizada pela Countryside Alliance: a vida no campo. E isto abarca não apenas uma existência mais calma e saudável em relação à urbe, mas também as tradicionais actividades económicas e recreativas dos habitantes rurais.

Foi exactamente um desporto que serviu de pretexto para a manifestação. Amanhã, o parlamento britânico vai debater a proibição da caça de montaria, isto é, a caça de raposas com cães. Esta actividade típica das classes mais elevadas está prestes a ser alvo de uma lei de interdição, medida apoiada pela maioria da população, segundo sondagens.

«Ouçam os rurais!», lia-se noutro cartaz. E isso significa também olhar para os prejudicados pela lei que proíbe a venda de carne de vaca, uma medida contra o alastramento da BSE.

Esta manifestação representa uma preocupação geral de todas estas pessoas que está para além dos problemas concretos que referem. Trata-se da transformação da sociedade rural com a diminuição dos postos de trabalho, o desaparecimento do pequeno comércio face ao crescimento do número de grandes superfícies, a supressão de linhas de autocarros, o encerramento de escolas por o número de alunos ser considerado insuficiente, a desertificação do interior, a redução das zonas verdes...

Trata-se, no fundo, de expressar a sua preocupação em relação à sobrevivência da sua forma de vida e do seu modo de estar na sociedade. Sentindo-se engolidos pela cidade, os rurais britânicos invadem Londres.

México Governo expulsa estrangeiros

O padre francês Michel Chanteau foi expulso do México na sexta-feira. O Instituto Nacional de Migração alegou que a sua documentação não estava em ordem, mas a verdadeira razão está estreitamente ligada ao contexto político vivido pela população da região de Chiapas.

Michel Chanteau, em Chiapas há 32 anos e pároco de Chenallo (San Cristobal de Las Casas), dedicou grande parte da sua vida aos índios tzotzils e à melhoria das suas condições de vida.

Em Setembro de 1997, após receber ameaças de morte proferidas pelo líder da localidade - membro do partido no poder, o PRI -, refugiou-se em São Cristobal de Las Casas. Em Janeiro deste ano, por ocasião do primeiro mês passado sobre o massacre de Acteal (que resultou na morte de 45 índios, na sua maioria mulheres e crianças), o padre «Miguel» afirmou que os verdadeiros assassinos não foram presos.

O padre daquela cidade; Felipe Toussaint Loera, afirmou que Chanteau «foi isolado durante o dia pela autoridades», qualificando a sua detenção «um acto de violação das garantias individuais e dos direitos do homem».

Trata-se, pois, de uma expulsão por motivos claramente políticos. Mas Chanteau não foi o primeiro. Uma semana antes, três religiosos norte-americanos foram repatriados. Em 1996, três estrangeiros foram expulsos de Chiapas por elementos das forças de segurança.

Marcos pessimista

Entretanto, na segunda-feira, o dirigente do Exército Zapatista de Libertação Nacional referiu-se ao estado das negociações de paz. «Não vejo



O padre Michel Chanteau repatriado

qualquer possibilidade de uma solução imediata», afirmou o subcomandante Marcos, citado pela agência Lusa.

Marcos disse que a sua organização retomará imediatamente o diálogo caso o governo conceda a autonomia às populações índias de Chiapas, desarme os grupos paramilitares que se opõem ao EZLN e liberte os zapatistas detidos. «Infelizmente, consideramos que o governo não cumprirá qualquer dessas condições», acrescentou.

«O exército está presente em Chiapas para punir e não para dialogar», declarou o líder dos zapatistas, assegurando que «as patrulhas e a presença dos paramilitares aumentou» depois do massacre de Acteal.

Os Acordos de Santo Andres, assinados no início de 1996 pelo governo e pelo EZLN, previam nomeadamente a autonomia das comunidades indígenas. Esta medida nunca foi implementada por as autoridades afirmarem que coloca em perigo a unidade do país.

Alemanha

Gerhard Schroeder na corrida para Bona

O Tony Blair alemão

O SPD não perdeu tempo a rentabilizar a vitória na Baixa Saxónia. O anúncio oficial de que Schroeder será o opositor de Kohl nas eleições de Setembro foi feito no domingo à

noite, antecipando-se à reunião marcada pela direcção do partido para 16 de Março. Entre a chamada 'ala esquerda' do SPD não falta quem considere que tudo não passou de uma encenação há muito programada. A vitória de domingo teria assim precipitado uma tomada de decisão, permitindo a Schroeder impor-se ao partido contra Oskar Lafontaine, o líder do SPD, que apesar de granjear muita simpatia não é visto como um rival capaz de derrotar Kohl.

Falando em conferência de imprensa, Schroeder deu a tônica, ao salientar o que considera ser o duplo ensinamento das eleições de domingo: a vontade dos eleitores da Baixa Saxónia de plebiscitar a estabilidade e a continuidade das suas orientações regionais, e a mensagem de que «a era de Kohl chegou ao fim». Mas a «nova era» que se anuncia está longe de ser pacífica. No SPD não falta quem considere Gerhard Schroeder como um homem capaz de tudo para chegar ao poder, inclusive de procurar apoios fora do partido para se impor como candidato. Para a ala esquerda do SPD, desde numerosos sindicalistas a conceituados intelectuais, Schroeder advoga teses neoliberais que em nada inquietam o patronato e os mercados financeiros. Não é certamente por acaso que lhe chamam o «Tony Blair alemão», o que de resto nem sequer lhe desagrada. Ora sucede que, sendo este o maior trunfo de Schroeder, é também o seu calcanhar de Aquiles. Helmut Kohl, no poder há quase 16 anos, considera que só teria a recear um candidato com uma verdadeira política alternativa, e isso é um risco que aparentemente não corre com Schroeder.



Gerhard Schroeder

O ministro-presidente da Baixa Saxónia, Gerhard Schroeder, reeleito no passado domingo com 48 por cento dos votos, vai disputar a Helmut Kohl o lugar de chanceler nas próximas eleições gerais de Setembro na Alemanha. Já conhecido como o «Tony Blair alemão», Schroeder terá ainda que conquistar o apoio da esquerda do SPD (partido social-democrata), pouco satisfeita com as suas cada vez mais notórias cedências ao eleitorado de direita.

As eleições de domingo na Baixa Saxónia só formalmente foram regionais. Em termos políticos, todos os partidos as consideraram como o primeiro grande teste para as eleições gerais de Setembro, o que equivale a dizer um teste à possibilidade de Helmut Kohl cometer a proeza de se fazer eleger para um quinto mandato.

Numa altura em que os problemas do emprego, ou melhor dizendo da falta dele, suscitam severas críticas à política económica e social da coligação liderada por Kohl, a derrota da CDU (democratas cristãos) no domingo presta-se a diferentes leituras.

Na Baixa Saxónia, o SPD ultrapassou as suas próprias expectativas, conquistando 48 por cento dos votos (contra os 44,3 por cento obtidos em 1994). A CDU, por seu lado, fica-se pelos 36 por cento (contra os 36,4 por cento alcançados em 1994). Em termos de lugares, o SPD conquista mais dois lugares, passando a dispor de 83 deputados, enquanto a CDU perde cinco lugares, ficando apenas com 62 deputados. Quanto aos Verdes, com sete por cento dos votos (contra 7,4 por cento em 1994), perdem um deputado e ficam com 12 lugares.

As reacções aos resultados não se fizeram esperar, reve-

lando que nem tudo é pacífico na corrida de 27 de Setembro à chancelaria de Bona. Enquanto o secretário-geral da CDU, Peter Hintze, e o ministro do Trabalho, Norbert Blüher, vinham a público reafirmar o seu apoio à recandidatura de Kohl, o ex-secretário-geral do partido, Heiner Geissler, aconselhava o chanceler a «reflectir consigo mesmo» sobre os resultados na Baixa Saxónia.

Geissler exigiu ainda que na próxima campanha eleitoral a CDU se demarque mais claramente do seu actual parceiro de coligação em Bona, os liberais do FDP. «A CDU tem de tornar claro que a economia social de mercado não pode ser substituída pelo turbo-capitalismo do FDP. De contrário, corremos o risco de deixarmos de ser um partido do povo», advertiu Geissler.

Campanha eleitoral já começou

A verdade é que os conservadores não esperaram pela campanha para abrir as hostilidades contra Schroeder. Falando em Munique, no início da semana, Theo Waigel, ministro das Finanças, afirmou que o desemprego na Baixa-Saxónia ronda os 20 por cento,

quase mais oito por cento do que a média a nível nacional, e que a segunda maior região alemã, que o candidato social-democrata governa desde 1990, tem uma produtividade 10 por cento inferior aos outros «laender» da parte ocidental, e um maior endividamento *per capita* também.

Por seu turno, presidente do FDP, Wolfgang Gerhardt, anunciou que ia endurecer a sua luta contra o candidato da oposição, acusando Schroeder de ter desencadeado uma grande agitação mediática, «enquanto recusava tomar posições claras sobre os seus objectivos políticos».

Entretanto, as grandes associações patronais alemãs apressaram-se a pedir a Schroeder que dê pormenores concretos sobre a política que pretende levar a cabo, nomeadamente no que se refere à reforma fiscal, ao progresso tecnológico e à modernização da política económica.

Por seu lado, Kohl exortou Schroeder a definir-se e a tomar «posições claras» sobre questões concretas, acrescentando que não irá aceitar a estratégia do SPD de «tentar despolitizar» as eleições para o Parlamento federal (Bundestag).

Segundo a Lusa, o chanceler admitiu que o actual governo não conseguiu convencer os alemães da necessidade de efectuar reformas, «e por isso a grande reforma fiscal voltará a ser um dos temas centrais da campanha eleitoral», anunciou.

Considerando os resultados da CDU na Baixa Saxónia «muito decepcionantes», Kohl reconheceu que o seu partido não conseguiu fomentar a discussão sobre a actual situação do país, mas atribuiu a «culpa» ao SPD, que «transformou eleições regionais num escrutínio ao seu candidato a chanceler».

Kosovo

Em pé de guerra

Confrontos entre albaneses do Kosovo e forças policiais provocaram vinte mortes, no domingo. Na segunda-feira, uma manifestação de independentistas albaneses terminou em novos confrontos com as autoridades, temendo-se que o clima de tensão existente na região acabe por se transformar em mais um barril de pólvora no precário equilíbrio dos Balcãs.

Os confrontos, que ocorrem após uma série de atentados do auto-intitulado Exército de Libertação do Kosovo (UCK), levaram os independentistas a exigir a intervenção das Nações Unidas. Diferente é a posição do Partido Socialista Sérvio (SPS) do presidente Slobodan Milosevic, que considera os acontecimentos um «assunto interno» da Sérvia, e não existir «razão alguma» para que o parlamento federal jugoslavo agende o seu debate.

«A Sérvia lutará contra o terrorismo, tal como o faz o mundo inteiro, e tomará todas as medidas indispensáveis», declarou entretanto Gorica Gajevic, secretária-geral do SPS, citada pela agência oficial Tanjug.

Também o presidente Milosevic se opõe a uma «internacionalização» do problema.

Em Bona, o ministro dos Negócios Estrangeiros germânico, Klaus Kinkel, condenou os confrontos armados registados no Kosovo, considerando que «estes acontecimentos são extremamente preocupantes e denotam a necessidade urgente de resolver politicamente um conflito que ameaça a paz e a segurança na região balcânica.»

Jornalistas turcos detidos

O Comité para a Protecção dos Jornalistas e o Conselho da Imprensa Turca pediram recentemente ao primeiro-ministro do país, Mesut Yilmaz, que acelere as reformas judiciais sobre casos relacionados com a imprensa. Yilmaz terá garantido ao CPJ que estava a ser preparada uma legislação que impede os procuradores de acusarem simplesmente os jornalistas de «incitação à violência» ou «amotinação», sem provarem que existem fortes possibilidades dessa violência ocorrer. Com números que ascendem aos 78, a Turquia é o país onde há mais jornalistas e escritores presos.

Trabalho infantil na América Latina

«Pode-se cifrar em 7,6 milhões as crianças com idades entre os 10 e os 14 anos que trabalhavam na América Latina em 1995», lê-se num documento da Organização Internacional do Trabalho apresentado na segunda-feira. Este trabalho foi feito com base em sondagens realizadas de porta em porta e não inclui os empregados em tarefas domésticas. Dos 23 países da região, apenas nove rectificaram o convénio que estabelece a idade mínima laboral de 15 anos e exorta à criação de políticas para porem fim ao trabalho infantil.

Colonos israelitas aumentam

O número de colonos israelitas nas áreas ocupadas aumentou em 7,5 por cento nos primeiros dez meses do ano passado, afirma o jornal «Haaretz» na sua edição de segunda-feira, citando um relatório do Ministério do Interior. A taxa de crescimento mais elevada registou-se em Naplus (Cisjordânia), Ramallah e Belém. Está prevista para breve a construção de 40 mil novas casas para colonos judeus na Cisjordânia.

Revolta no Níger

No sábado, soldados do Níger revoltaram-se contra a hierarquia em duas das três regiões militares do país. Num comunicado, os revoltados acusam os seus superiores de «ser a fonte da revolta» e explicam à população que «a sua cólera não é dirigida contra os habitantes».

Subida dos nacionalistas na Índia

As eleições indianas já terminaram e as sondagens apontam que o Partido do Congresso, encabeçado por Sonia Gandhi, seja o vencedor com 171 parlamentares.

Mas esta vitória ainda não é certa. Os nacionalistas hindus do BJP podem receber uma boa parte dos votos dos indianos, estando em aberto a possibilidade de fazerem parte de uma coligação. «Não há dúvida de que desta vez vamos formar Governo», afirmou Manohar Lal Sondhi, dirigente do partido, no domingo.

Formado em 1980, o BJP obteve dois lugares no parlamento em 1984. Desde então o seu número de deputados não parou de crescer. «Uma aldeia, uma religião, uma cultura, um povo» é a palavra de ordem dos nacionalistas hindus.

Sonia Gandhi defendeu que votar neste partido era eleger as pessoas que apoiam o assassinato de Mahatma Gandhi. Na sua opinião,

se o BJP subir ao poder, «este país será reduzido a nada».

O seu programa pode-se resumir a três pontos fundamentais, que constituem verdadeiras afrontas aos olhos dos muçulmanos indianos: construir um templo em Ayodhya sobre aquilo que foi uma mesquita; proibir o sacrifício de vacas; e implantar um Código Civil uniforme de forma a pôr fim aos privilégios de que os muçulmanos beneficiam em questões relacionadas com a família, nomeadamente a prática de poligamia e o direito de apenas os homens poderem receber heranças.

Os opositores dizem que, se estas medidas forem implantadas, ocorrerão graves confrontos entre as duas etnias (120 milhões de muçulmanos e 750 milhões de hindus).

As sondagens apontam ainda para a queda da Frente Unida, a coligação composta por 13 partidos regionais no poder até estas eleições. De 194 deputados terá baixado para 118.

Razões para estarmos confiantes

■ JORGE PIRES
Membro da Comissão
Política

OS RESULTADOS das últimas autárquicas, tal como já vem sendo hábito sempre que os nossos objectivos eleitorais não são atingidos, voltaram a ser fonte inspiradora para alguns conhecidos analistas políticos, que de forma sistemática procuram através das suas prosas transformar aquilo que são os seus próprios desejos numa realidade que a vida não só teima em não confirmar como todos os dias nos dá exemplos de como estão equivocados.

Desta vez e com o argumento de que o PCP nas autárquicas, já nem nas zonas de maior influência consegue segurar o seu eleitorado tradicional, mais uma vez vêm falar no declínio irreversível do PCP.

Sustentam esta tese por um lado no facto de segundo eles, os eleitores nessas autarquias já não encontrarem diferenças entre o projecto autárquico do PCP e das outras forças políticas, acabando com o mito da invencibilidade do PCP em algumas autarquias.

Mas desta vez vão mais longe, apontando como uma das principais causas para os nossos resultados, o facto de nas áreas de grande influência do Partido, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, fruto das mutações verificadas no mundo do trabalho nos últimos anos, estarmos perante um processo de alteração na consciência social, política e eleitoral de milhares de trabalhadores que votam tradicionalmente no PCP e na CDU.

Na península de Setúbal os resultados não só não mostraram nenhuma transferência substancial de votos da CDU para outras forças políticas como mostram que nos concelhos de grande concentração de trabalhadores, continuamos a ter um grande apoio não só político como eleitoral e tal como no resto do país, onde se desenvolveram processos de luta dentro e fora das empresas, os resultados foram mais positivos.

A tese do declínio irreversível apesar de não poder ser confirmada, não deixa de ser perigosa e por isso deve merecer da nossa parte um combate sem tréguas nos planos político e ideológico. O que pretendem aqueles que a defendem é fazer passar a mensagem, objectivo central da brutal campanha anticomunista que se vem desenvolvendo nos últimos anos, de que não fazem sentido nem o PCP, nem o movimento sindical. No fundamental vêm confirmar aquilo que por nós tem sido

todos os meios impedir a intervenção política dos trabalhadores no interior das empresas. Para eles este é um direito apenas extensivo ao patrão e quando se procura exercer um direito que é constitucional, vêm as perseguições, os despedimentos e outras formas de pressão. O grande patronato e os partidos que o apoiam, sabem que é na empresa, no local de trabalho que se confrontam as duas classes antagónicas da sociedade portuguesa e que é a partir deste confronto que se esclarece e clarifica a coincidência de interesses entre o grande patronato e aqueles que no poder político desenvolvem políticas de direita contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo.

Neste contexto, o caminho não pode ser baixar os braços. O caminho é reforçar as organizações do Partido nos locais de trabalho, como diz o Comunicado do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro, é necessário elaborar planos de acção para o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores, com medidas concretas de meios e quadros, linha de luta reivindicativa e iniciativa política, no sentido das conclusões da Conferência Nacional realizada em Novembro de 94.

É indubitável que o processo de privatizações com a desintegração de um conjunto muito vasto de empresas do sector público, não só lançaram no desemprego e nas reformas antecipadas dezenas de milhares de trabalhadores, como favoreceram a possibilidade do grande capital desenvolver políticas de liquidação de direitos e de con-

tendo noção que o caminho a percorrer não é uma linha recta, quando se renovam métodos de intervenção junto dos trabalhadores de acordo com as características e condições concretas de cada local de trabalho, os resultados falam por si:

- Os trabalhadores estão unidos;

- Sabem o que querem e que instrumentos necessitam para a sua intervenção;

- Têm organizações de classe fortes e coesas;

- Escolhem para as suas organizações aqueles trabalhadores que estão em melhores condições de defenderem os seus interesses.

A acção dos membros do Partido, a sua intervenção nas organizações dos trabalhadores e na condução das lutas, constitui não só uma importante forma de ligação com os trabalhadores, mas é também um importante factor que permite aumentar a influência do Partido e da ligação do Partido às massas trabalhadoras.

Neste artigo sirvo-me de dois exemplos bastante recentes que mostram ser possível apesar de todas as dificuldades, reforçar a unidade dos trabalhadores em torno das suas organizações de classe, desenvolver a luta com resultados positivos e também prestigiar um conjunto muito vasto de membros do nosso Partido que desenvolvem a sua actividade nestas empresas. Refiro-me às eleições para as CT's da Lisnave e da Gestenave e às eleições para Delegados Sindicais que se realizaram na Autoeuropa e todo o processo de sindicalização que se tem a vindo desenvolver nesta empresa.

São dois exemplos que se desenvolvem em dois cenários completamente diferentes.

As primeiras duas empresas com mais de 3.000 trabalhadores com uma média etária superior a 45 anos, temperados ao longo dos anos numa luta política e sindical de grande intensidade.

Na outra também uma empresa com mais de 3.000 trabalhadores mas com uma média etária que ronda os 22 anos, na maioria trabalhadores chegados ao mundo do trabalho, sem experiência de organização e de luta, uma empresa com tecnologia de ponta da mais avançada no plano mundial do sector automóvel, com grandes condicionantes à actividade política e sindical.

Nas eleições para as CT's da Lisnave e Gestenave participaram mais de 65% do total dos trabalhadores que deram às listas unitárias uma vitória esmagadora. Em 22 lugares, 17 foram conquistados pelas listas unitárias e 5 pelas listas identificadas com o processo de reestruturação e cisão que está na origem destas duas empresas. Ou seja, os trabalhadores identificam claramente quem é que neste processo esteve ao lado dos seus interesses de classe e quem colaborou com o grupo Mello e com o Governo do PS.

Na Autoeuropa, apesar de todas as dificuldades, foram eleitos pela primeira vez delegados sindicais em todos os sectores da empresa, o nível de sindicalização subiu bastante com este processo, situando-se hoje no dobro da média das suas congéneres na Europa e duplicou a partir daí a taxa de sindicalização semanal no sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

Nestes dois processos destacaram-se militantes comunistas, prestigiados nos locais de trabalho, com provas dadas no

desenvolvimento da luta ao serviço dos trabalhadores.

É inquestionável que a acção dos membros do Partido, a sua intervenção nas organizações dos trabalhadores e na condução das lutas, constitui não só uma importante forma de ligação com os trabalhadores mas é também um importante factor que permite aumentar a influência do Partido e da ligação do Partido às massas trabalhadoras.

Com exemplos destes, temos razões fortes para confiarmos no futuro.



amplamente denunciado, que é o facto de na política de privatizações, nas chamadas reestruturações de empresas e sectores, nas alterações às leis laborais, não existirem preocupações com os interesses nacionais e dos trabalhadores mas sim políticos e ideológicos. O grande capital e as forças políticas que o apoiam sabem que a força do PCP está na actualidade do seu projecto, na justeza e na força dos seus objectivos, mas sobretudo na influência e apoio que o nosso Partido desfruta no seio dos trabalhadores. E porque sabem que assim é, procuram por

dicionamento ao exercício de direitos políticos e sindicais, dificultando desta forma o processo de aprofundamento da consciência social, política e eleitoral dos trabalhadores.

Uma rigorosa avaliação das dificuldades é ponto de partida para o sucesso da nossa intervenção.

A vida todos os dias confirma com pequenos e grandes exemplos, que quando se acredita, quando se definem objectivos a curto, médio e longo prazo, quando se tem paciência e se é persistente

A ditadura das multinacionais

O PCP requereu na passada semana a presença do Governo na Comissão de Economia da Assembleia da República para debater o Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI) que, no âmbito da OCDE, está a ser redigido e negociado, em segredo, por 29 países, entre os quais Portugal (no quadro da União Europeia).

Esta iniciativa do PCP pode ter feito nascer, para os que dela tomaram conhecimento, uma interrogação: o que é isso do AMI? Então não haverá outros assuntos mais importantes para o Grupo Parlamentar se preocupar?

Pois bem, este é um daqueles temas que marca a diferença e que exactamente pelo seu significado no plano do modelo de desenvolvimento global da Humanidade dá seguramente lugar a estratégicos debates sobre o mundo que queremos construir: se um mundo para a pessoa humana; se um mundo orientado para o todo poderoso mercado, para as multinacionais e os sistemas financeiros, para o lucro. Debates que dariam lugar, certamente, a um arco de realinhamentos ideológicos bastante interessantes. Não é seguramente por acaso que os negociadores deste tratado internacional o têm mantido em segredo durante três anos, tantos quantos leva de negociação. Eles sabem que o seu pleno conhecimento (e não através dos textos de propaganda da OCDE) daria lugar a uma discussão pública, a protestos por parte de sectores importantes na formação da opinião pública, a pressões sobre os Governos com vista à recusa da sua aceitação. O PCP quer contribuir para esse esclarecimento e para essa recusa à semelhança do que já se passa noutros países, como o Canadá ou a França.

Então o que é o Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI)? O AMI é um tratado internacional visando liberalizar o investimento estrangeiro e desregulamentando totalmente o investimento directo estrangeiro em cada país. É o alargamento das regras da Organização Mundial do Comércio aos mercados financeiros e ao investimento das multinacionais.

O que se conhece de uma das versões finais do documento constitui a demonstração mais acabada da construção em curso do sistema mundial capitalista e de um modelo de acumulação financeira mundializado traduzido, sem ambiguidades, numa recente afirmação de um destacado patrão de uma das multinacionais europeias a propósito de outra matéria mas perfeitamente aplicável ao AMI. O Acordo significa "a liberdade - para os grupos económicos - de se implantarem onde quiserem, pelo tempo que quiserem, para produzir o que quiserem, abastecendo-se e vendendo onde quiserem, suportando o mínimo de obrigações em matéria de direitos do trabalho, de convenções sociais" e, digo eu, em matéria de respeito pelos interesses de cada povo e de cada país.

Acordo, em adiantado estado de elab-

oração - esteve previsto ser assinado em Abril próximo - concede todos os direitos às multinacionais e impõe todos os deveres e obrigações aos Governos e aos trabalhadores e povos de cada país. Num texto que corre na Internet intitulado "O novo manifesto do capitalismo mundial" é dito que "é preciso recuar aos tratados coloniais mais leoninos para encontrar exposto com tanta arrogância dominadora, como no AMI, os imprescritíveis direitos do mais forte - aqui, as sociedades multinacionais - e as obrigações draconianas impostas aos povos". E é verdade. Basta viajar por alguns dos capítulos e do articulado do projecto do Acordo.

Assim,

- num dos capítulos mais importantes do Acordo (intitulado Os direitos dos Investidores) é definido um direito absoluto de investir nas condições de desregulamentação previstas no texto e sem qualquer restrição, sendo disposto que nenhum Governo signatário do Acordo pode impor a uma multinacional a utilização de qualquer percentagem de trabalhadores ou quadros locais; fazer incorporar na produção qualquer percentagem de bens ou serviços de origem nacional; promover a participação de capital nacional no investimento em causa ou limitar, seja em que percentagem for, a exportação de lucros, etc. Não há excepções nem sequer para a aplicação de leis que visem disciplinar as regras da concorrência ou, por exemplo, para a transferência de direitos de propriedade intelectual. As multinacionais ficam com o pleno direito de serem tratadas exactamente nas mesmas condições que qualquer investidor nacional ou de um outro país com quem o Estado em causa tenha acordos bilaterais. Mesmo medidas necessárias a garantir o respeito das leis e dos regulamentos nacionais, a protecção da vida, da saúde humana ou animal ou a conservação de recursos naturais, biológicos ou outros, não se podem constituir em restrições ao investimento. Isto é, os Governos dos países que assinarem o Acordo ficam impedidos de orientar ou sequer enquadrar o investimento estrangeiro em função de uma estratégia de desenvolvimento nacional e social e do interesse público, não podem aproveitar esse investimento para melhorar o emprego dos nacionais ou o respectivo conhecimento tecnológico e termina o conceito de nação mais favorecida. Nos termos e no espírito do texto conhecido não podem mesmo ser desencadeadas acções de impedimento do investimento estrangeiro, por exemplo, em relação a ditaduras sangrentas e violadoras dos direitos humanos. O projecto de tratado admite mesmo a possibilidade de entre um País e uma multinacional ser acordada a diminuição de normas relativas à protecção da saúde, à segurança, ao meio ambiente ou das leis laborais como instrumento de "encorajamento de um investimento".

- Noutro capítulo intitulado "Protecção do investimento" o texto começa logo por determinar que um Estado tem a obrigação de oferecer "aos investimentos realizados no seu território uma protecção e segurança completas e constan-

tes", não podendo conceder "um tratamento menos favorável do que o previsto no direito internacional" nem entrar de qualquer modo "a exploração, a gestão, a manutenção, a utilização, o gozo ou a alienação dos investimentos realizados". Os Estados que subsciverem o tratado ficam impedidos, por razões de opção política nacional "de expropriar ou nacionalizar directa ou indirectamente um investimento realizado no seu território" ou tomar "medidas de efeito equivalente". Nos termos do Acordo "a perda de uma oportunidade de lucro sobre o investimento é um tipo de prejuízo suficiente para dar direito a uma indemnização ao investidor".

Mas mais. Os Governos passam a ser responsabilizados pelas consequências de medidas de política ou quaisquer outras acções que decorram no seu território. Assim, um investidor que sofra um prejuízo no investimento realizado no território de um qualquer país subscritor do acordo por causa de uma guerra, estado de emergência, revolução, insurreição, tumultos civis ou outros acontecimentos similares (por exemplo, boicotes ou greves) tem direito a ser indemnizado pelo "valor comercial do investimento" - o que implica inclusivamente os lucros potenciais e cessantes - que deve ser de imediato "plenamente realizado e livremente transferível". Aqui estará um oportuno pretexto para certos Governos tentarem limitar as liberdades sociais.

E quem regula os "diferendos"? Não são as leis e os tribunais do Estado em causa. O diferendo será submetido à jurisdição da Organização Mundial do Comércio através de um tribunal internacional arbitral constituído no âmbito do Comité Internacional para a Regulação dos Diferendos e cuja lógica de funcionamento é, obviamente, a da desregulamentação dos mercados e a dos interesses das multinacionais.

Entretanto, assinado o Tratado, o País que quiser sair só pode manifestar esse desejo após cinco anos da sua entrada em vigor e essa saída só se poderá concretizar 15 anos depois. Isto é, um País tem de esperar 20 anos para poder renunciar ao Tratado.

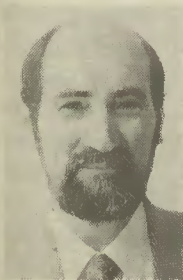
Muitos mais exemplos há no projecto de tratado a que tivemos acesso não porque a OCDE ou o Governo português o tivessem divulgado mas porque gente atenta no Canadá e na França conseguiu romper com o segredo dos gabinetes e puseram-no a circular pelas estradas da informação. Hoje, o debate e a contestação nestes dois países já subiu aos respectivos parlamentos e tomou conta da imprensa. Diga-se que não é fácil interpretar correctamente o texto em causa. Ele está propositadamente escrito numa linguagem jurídica cerrada onde, por vezes, o sentido verdadeiro do que está proposto é exactamente o inverso do que parece estar escrito. Mas o que acima fica dito e o que se conhece é suficientemente grave para podermos classificar este projecto de acordo de **Nova Ordem das Multinacionais** contra a soberania dos povos e dos países.

Até agora os sectores da cultura são aqueles que mais se têm mobilizado con-

tra o projecto de tratado. Mesmo em Portugal já se ouviram vozes oriundas dessa área. Mas a questão não se limita à área cultural como se tudo o resto pudesse passar. O problema é mais vasto e tem a ver com uma operação política de grande envergadura visando ancorar cada vez mais o mundo à ordem única das multinacionais e do sistema mundial capitalista, impedindo os países e os povos de definirem soberanamente as suas estratégias e modelos de desenvolvimento e a sua própria especialização produtiva. Como recorda François Chesnay na última edição do seu livro "A mundialização do Capital", "o lugar ocupado actualmente no sistema mundial de trocas por numerosos países em desenvolvimento não resulta de uma dotação de factores de produção natural, caída do céu. Num grande número de casos, a sua situação de produtor e de exportador de uma ou duas matérias-primas de base, mineira ou agrícola, frequentemente cada vez menos procuradas pelos países industrializados, é o resultado de antigos investimentos directos feitos a partir dos anos de 1880 pelas administrações públicas ou por empresas estrangeiras, geralmente do país colonizador ou, quando se tratava de relações semicoloniais, da potência que tutelava a zona de influência em causa". Este tratado, a ser agora negociado no seio dos gabinetes da OCDE, pode conduzir ao mesmo resultado.

Nem é verdade, como afirmam os propagandistas da OCDE, que o AMI "dará um novo impulso ao crescimento e ao emprego, fazendo crescer o nível de vida". Hoje, mesmo sem este Acordo, a circulação do capital já está altamente liberalizado e desregulamentado e os resultados estão à vista: como afirma o Relatório do Desenvolvimento Humano/1997 da ONU "o grau de penetração das exportações dos países em desenvolvimento nos países industrializados é também muitas vezes exagerado. Para os países da OCDE as importações vindas de países em desenvolvimento representam apenas 3% do mercado de bens transformados." Poucos, aliás, são os países que beneficiam do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). E em matéria de comércio mundial os países menos desenvolvidos, com 10% da população mundial têm 0,3% do comércio mundial, metade da quota que tinham há duas décadas atrás.

Ora, o Acordo Multilateral sobre o Investimento virá agravar este quadro sendo peça da tentativa de consolidação da dominação mundial do sistema capitalista e, em particular das multinacionais e do sistema financeiro, contra um desenvolvimento harmonioso da humanidade onde a economia esteja ao serviço de quem produz riqueza, onde os povos e os países possam decidir soberanamente sobre as suas próprias opções políticas e de desenvolvimento. É a isto que se opõe o AMI e a ditadura das multinacionais. Por isso, o PCP fez bem em suscitar esta questão na Assembleia da República e confrontar o Governo do PS com o que tem estado a negociar nas costas do País.



■ Lino de Carvalho

■ Sérgio Vilarigues

Recordando e alertando ao correr da pena

Logo após o triunfo do golpe militar de 28 de Maio de 1926, os governos da ditadura militar então estabelecida criaram uma polícia política: Polícia de Informações primeiro e, pouco depois PVDE, que, especialmente depois do estabelecimento do Estado Novo fascista de Salazar, passou a actuar sem lei nem roque. Notar que até 1945 os agentes policiais não tinham sequer o estatuto de funcionários públicos. Era um bando de recrutados entre os marginais e madraços da época, comandados sempre por ilustres oficiais do Exército, como os capitães Agostinho Lourenço, Maia Mendes, Pedreira, Antão Nogueira (também Director da Cadeia do Aljube durante muitos anos), Graça, Homero de Matos, que chegaram a directores da Pide, tenentes Catela, Pessoa de Amorim e outros como Silva Pais, o último director da Pide. Cada um se julgava um reizinho e, de facto, tinham tais poderes que ordens de prisão ou de busca, presença de advogados, para assistirem os presos, etc., eram pura e simplesmente ignoradas e mesmo motivo de gozo e chacota para eles quando eram exigidas. Aliás, os pides não se coíbiam mais tarde de se vangloriarem de que a lei não chegava ao terceiro andar da Sede da Pide, diga-se da própria lei fascista.

Também na direcção das cadeias eram colocados capitães e tenentes como os célebres capitães Antão Nogueira, na cadeia do Aljube de Lisboa, Manuel dos Reis, primeiro em Angra do Heroísmo e depois no Campo de Concentração do Tarrafal, e João da Silva, homem sem escrúpulos e quaisquer sentimentos humanos, primeiro no Campo do Tarrafal, onde foi um autêntico carrasco para os presos, e mais tarde director da prisão de Caxias, e tenente Carlos Marques, em Peniche, nos anos 30, e tantos e tantos outros cujos nomes agora não recordo, mas todos eram sub-homens, sinistros, desumanos, insensíveis, sem escrúpulos de espécie alguma.

espancamentos, comida intragável, as febres lentas e apressadas, muito frias e muito quentes - o paludismo, mortes, melhor dito, assassinatos com certa regularidade.

Os calabouços do Governo Civil eram verdadeiros antros por onde transitavam os presos políticos, às vezes por períodos tão prolongados que ainda lá devem estar (que pena não terem metido ali o tal inspector Óscar Anibal Cardoso, que na miserável farsa da SIC se gabou de ter sido ele a dar voz de fogo contra a multidão no dia 25 de Abril de 1974 de que resultaram cerca de meia dúzia de mortos e vários feridos. Pois, apesar desta confissão, o assassino foi deixado à solta,

Este texto foi-nos entregue pelo autor, para publicação, pouco antes de vir a lume, pela mão de um semanário, a entrevista com o ex-pide Rosa Casaco. O artigo do nosso camarada Sérgio Vilarigues, que durante muitos anos foi um destacado dirigente do PCP e cuja experiência das lutas antifascistas o fez passar, como tantos outros, pelas prisões da Pide e pelo Campo de Concentração do Tarrafal, não sendo uma resposta às tentativas de branqueamento da polícia política de Salazar e Caetano, é um testemunho que se torna necessário realçar e cuja autoridade moral é incontestável.

Militão Ribeiro foi assassinado aos poucos na Penitenciária de Lisboa. Quando morreu, era mais um esqueleto do que um cadáver normal e os torcionários-assassinos não responderam por nada. Mas outros revolucionários antifascistas foram abatidos a tiro na rua, como Ruas, Alfredo Diniz, José Dias Coelho, artista plástico, o médico Ferreira Soares no seu próprio consultório com uma rajada de metralhadora à queima-roupa, etc., etc.

Torturas e assassinatos

E os 32 mortos do Tarrafal? Aqui, durante muito tempo, não havia medicamentos; sequer um grama de quinino ou de sulfato de sódio. E os 3 mortos da Fortaleza de Angra do Heroísmo? Entre eles, Francisco da Cruz, operário vidreiro da Marinha Grande, participante no movimento revolucionário do 18 de Janeiro de 1934. Tudo isto foi obra da PVDE-PIDE, então sob o comando do famigerado capitão Agostinho Lourenço que, como é sabido, recebia ordens e indicações directas de Salazar semanalmente.

Os presos eram submetidos a torturas refinadas, como espancamentos brutais, a tortura do sono e da «estátua», insultos soezes para eles e seus entes queridos, longos interrogatórios, ausência de artigos de higiene de qualquer espécie. Citar nomes daria uma lista enorme e pouco adiantaria aqui. Permiti, no entanto, que aponte algumas mulheres: Conceição Matos, chegaram a pô-la completamente nua numa das salas de tortura da PIDE, com a presença de vários torcionários, obrigada a fazer as necessidades fisiológicas na própria sala dos interrogatórios; Aida Paula, Luísa Paula, Georgette Ferreira, Sofia Ferreira, Maria da Piedade Gomes, Mariana Janeiro, Maria Alda Nogueira, Maria Machado e tantas e tantas outras.

A Polícia Política - PVDE-PIDE-DGS, foi um instrumento altamente repressivo do regime ditatorial fascista estabelecido em 28 de Maio de 1926, com poderes discricionários, praticamente de vida e de morte sobre todos aqueles que se opunham à ditadura fascista e ao seu chefe Salazar, de que se serviu largamente ao longo de 48 anos.

A GNR, e não só, colaborava estreitamente com a PIDE, às vezes alguns oficiais, sargentos, cabos e guardas até procuravam ser mais papistas do que o Papa na agressão aos presos políticos e aos trabalhadores em luta, em particular nos campos alentejanos. Catarina Eufémia, por exemplo, foi assassinada pelo tenente Carrajola da GNR com uma rajada de pistola-metralhadora, e nas

meses a 3 anos, eram também ditadas pela PIDE-DGS, e não passaram de uma medida do governo de Salazar para dar uma aparência de legalidade às ilegalidades que se vinham praticando, mesmo à luz das leis fascistas de então.

Eu próprio, quando fui despachado para o Campo do Tarrafal, já tinha terminado a pena que me fora aplicada pelo Tribunal Militar Especial havia dois meses, mas outros houve como Manuel Alpedrinha, Alfredo Caldeira, Fernando Quirino, etc., que tinham terminado as penas havia muito mais tempo. Alfredo Caldeira acabou por morrer no Tarrafal depois de para ali ter sido enviado com a pena terminada havia mais de um ano. Manuel Rodrigues da Silva e mais alguns outros foram enviados para lá sem culpa formada e sem qualquer julgamento. E um jovem de nome Tobias que viria a morrer lá, tinha sido absolvido pelo Tribunal fascista Militar Especial presidido por dois ilustres coronéis do Exército. Mas quem mandava e decidia sobre as sentenças era a então PVDE, como já ficou salientado mais atrás.

Quando ali fui julgado, em 1934, juntamente com outros 6 jovens, o nosso advogado de defesa, José Magalhães Godinho, veio perguntar-nos antes de começar a farsa o que queríamos que dissesse, pois todos já estávamos condenados, e disse-nos as penas que iriam ser aplicadas a cada um de nós e assim foi. A PVDE já tinha decidido e comunicado aos dois ilustres coronéis Costa Macedo e Mouzinho de Albuquerque as condenações que deviam profereir.

Em 1935, à custa de enormes sacrifícios, 3 mulheres de outros tantos presos que se encontravam na Fortaleza de S. João Baptista de Angra do Heroísmo deslocaram-se para lá assistirem os seus maridos; pouco tempo depois passaram a ser perseguidas e ameaçadas em plena cidade de Angra do Heroísmo pelo então director, capitão Manuel dos Reis, que lhes gritava que, se não fossem embora para o Continente, sofreriam as consequências. Algumas vezes proibias arbitrariamente de visitarem os seus maridos. Os guardas, claro, sujeitavam-nas a vexames e cobriam-nas com alusões atentatórias da sua dignidade e honra, etc., etc. Numa altura de visita, com uma mulher ao lado e a presença de alguns dos seus capangas, o capitão Manuel dos Reis exigiu-lhes que se despiassem para que a mulher que tinha a seu lado verificasse o que levavam nos órgãos genitais. Era o máximo! Era a PVDE a actuar. O capitão, no entanto, cometera um grave erro de cálculo: em vez de se intimidarem e muito menos de se despirem, as 3 valentes mulheres atiraram-se a ele, que acabou por fugir apavorado do local onde

cadeias violentavam e ameaçavam constantemente os presos, especialmente na Fortaleza de S. João Baptista de Angra do Heroísmo. Havia ainda a Legião e até a Mocidade Portuguesa, uma enorme rede de bufos, e bastante colaboração da PSP e Guarda Fiscal.

Até os tribunais, incluindo o Militar Especial de Santa Clara, não passavam de simples mandantes da PVDE-PIDE-DGS; era ela que de antemão lhes ditava as sentenças que deviam aplicar aos presos que iam julgar.

As celeberrimas «medidas de segurança», renováveis indefinidamente de 6

teve lugar essa cena sem nome. Este ilustre capitão do nosso exército, que chegou a tenente-coronel, ia dando em maluco com a mania de descobrir as formas como os presos se comunicavam entre si dentro da prisão, de caserna para caserna, para fora e daqui para o interior da prisão, Paciência. Noutras prisões, outros capitães e tenentes sofriam as mesmas dores de cabeça.

Quando os presos entravam nos antros da PVDE-PIDE-DGS, com ordem ou sem ordem, começavam logo a ser espancados pelos esbirros, à vontade do freguês. Todos queriam molhar a sopa nos presos ou no preso presente. Era bem conhecido o sadismo do célebre motorista Mota, da PVDE: «Não comecem o baile sem eu chegar», pedia aos colegas. Nesta altura talvez fossem mais brutais, davam nomes aos objectos com que batiam: «Arriba Espanha», por exemplo, era um cacete de alto lá com ele.

Em que consistia o «baile»? Um cerco (roda) deles, às vezes mais de uma dúzia, o preso no meio, empurrões, socos, pontapés, lambada, que tornava muito difícil a queda mesmo que o preso já tivesse perdido a consciência devido às agressões.

Coartar o direito ao emprego por insinuações ameaçadoras aos possíveis empregadores era uma das atribuições da Polícia Política PVDE-PIDE-DGS.

Outra das suas atribuições era ameaçar e pressionar os familiares dos presos para convencer estes a falarem, a dizerem só duas ou três coisitas, tudo muito simples, diziam clinicamente, abandonarem os seus ideais e a luta que conduziam, senão, diziam, «não haverá emprego para eles nem pão em vossas casas». Insinuavam-se, junto de crianças de poucos anos, armados em jornalistas com gravadores com vista a apanharem uma ou outra indicação que os pudessem levar a localizarem os pais na clandestinidade cuja companhia tinham sido obrigados a deixar havia pouco tempo por razões de segurança.

Pela calada da noite, assaltavam as casas dos antifascistas que iam prender. Nem batiam à porta, metiam logo a porta da casa dentro e entravam de roldão, de pistola em punho, invadiam todas as divisões, gritavam, ameaçavam, proferiam palavras obscenas, não mostravam qualquer respeito pela intimidade das pessoas, chegando a descobrir as que estavam deitadas, em especial mulheres, etc., etc.

Haverá que reconhecer que os revolucionários do 25 de Abril, incluindo os milhares de torturados durante a longa noite fascista, foram demasiadamente meigos e tolerantes para com o bando de assassinos da PIDE. Enquanto forças do MFA trataram a PIDE e os Pides, no próprio antro onde tinham sido cometidos tantos crimes, com luvas de veludo, incluindo aquele que mandara atirar sobre a multidão desarmada, que manifestava a sua alegria pelo derrubamento da ditadura fascista. Em momentos de pequenas tensões sociais nas empresas, lá estavam a passear-se agentes da PIDE acompanhados ou a acompanharem patrões e capatazes e bufos mais ou menos conhecidos em atitudes intimidatórias, ameaçando abertamente com o despedimento, a prisão e espancamentos os que insistiam, por exemplo, em reclamar aumento de salários e melhores condições de trabalho.

Na mais pequena manifestação da juventude, como um convívio cultural, pela Paz, contra as armas nucleares, os agentes da PIDE lá estavam a prender e a agredir rapazes e raparigas, quase sempre com elementos da GNR a servir-lhes de custódia. Confesso que me arrepiou hoje ouço falar em reforços de meios e efectivos policiais como quem fala de pão para a boca, até por que considero que, no fundamental, isso tem vista, mais tarde ou mais cedo, reprimir os trabalhadores e as massas populares em luta pelas suas reivindicações sociais, políticas e culturais, em defesa dos direitos e conquistas alcançados em especial com a Revolução de 25 de Abril de 1974.



Segurança e repressão

Não é o povo que em especial se pretende defender com o tão proclamado reforço constante de todo o aparelho policial do Estado, talvez dito com mais propriedade, reforço em grande de todo o aparelho repressivo do Estado, com vista a calar o povo num futuro relativamente próximo.

Claro que não se ignora a existência real de uma certa insegurança, que o número de marginais e de pequenos bandidos, ladrões e traficantes de droga de toda a espécie tem aumentado nos últimos anos por causas várias. Também sabemos que muitas e muitas pessoas, quando atingidas, clamam, a torto e a direito, por mais polícia, por mais segurança e tranquilidade nas ruas e suas casas. No entanto, aqueles que realmente fomentam, criam e alimentam toda esta situação de insegurança não são tocados e são mesmo muitos deles que hipocritamente gritam mais alto por mais polícia, seu apetrechamento sofisticado ao máximo, e por mais e mais repressão contra os componentes da engrenagem que eles próprios criaram. É preciso desvendar de vez toda esta situação apontando e mostrando os rostos dos verdadeiros bandidos e ladrões e o que pretendem de facto atingir com todo o alarido que por aí vai: desacreditar o sistema político democrático e enfraquecer todas as suas estruturas, confundir as massas populares e perverter a sua consciência de classe, procurando que todos esqueçam ou ignorem a verdadeira essência e funcionamento do sistema capitalista que cobre, com mantos diáfanos da exploração e da mentira, tudo o que diga respeito ao enriquecimento constante dos já muito ricos com o fruto da exploração atroz da classe operária e restantes trabalhadores da cidade e do campo, e também pelos branqueamentos vários dos frutos de negociações com mercadorias da morte, e ainda de muita coisa escura. Estes negociantes da morte é que são os responsáveis pelo aparecimento constante de bandos, de pequenos bandidos e traficantes, de ladrões e de toda uma tenebrosa rede de tráfico de carne humana, prostituição, que já ultrapassa as fronteiras do País, que também proporciona àqueles traficantes chorudos rendimentos.

De tanto se falar em falta de segurança nas ruas já não estranharia que se começasse a proclamar que, para segurança dos portugueses e da ordem estabelecida, se tornava necessária a criação de uma nova polícia política, de informação.

Incompreensivelmente, PS e PSD já teriam acordado na escolha mútua dos elementos para o Conselho de Fiscalização do SIS e da nomeação dos juizes para o Tribunal Constitucional, para tudo manipular «legalmente». Trata-se de um verdadeiro negócio de traficantes, de um autêntico atentado contra a Democracia e a Liberdade. Perguntamos: que confiança poderão merecer estes dois órgãos ao povo português se este cambalacho for avançar?

Na minha opinião, tal perigo existe, se é que já não é uma realidade com o SIS e outras ramificações ou congéneres onde, quase certo, já pululam alguns ex-agentes da ex-PIDE/DGS. Forças reaccionárias sociais, políticas e culturais, em parceria com os grandes grupos económicos e financeiros ligados ao capital estrangeiro, não devem fazer pouca pressão para isso.

Um simples protesto cordato, normal e vulgar? Não, não se pode tolerar tal desordem, há que garantir plena liberdade de circulação, etc., etc., dirão os hipócritas defensores da «ordem» e da paz nas ruas.

Se conseguirem construir o monstruoso aparelho policial repressivo que se propõem, por qualquer coisinha e sob o mais fútil pretexto ordenam umas cargas à bastonada bem puxadas, metem uns tantos nas prisões. E se continuarem a protestar e a reclamar os seus direitos, por que não uma boa carga da cavalaria da GNR, já não à bastonada mas à sabrada sobre os trabalhadores e as populações na tentativa de submeterem esses arruaceiros incorrigíveis, sujeitá-los de vez à vontade dos capitalistas rapaces e dos seus vários governos? Para tal, dirão mais ou menos abertamente que meterão na gaveta já não apenas o Socialismo mas também a democracia e as liberdades políticas para todos. Isto é, uma vez deixado crescer desmesuradamente todo o aparelho repressivo do Estado, é pô-lo paulatinamente em



movimento, menos para garantir a segurança das populações, mas antes para calar os protestos e reclamações futuros e presentes dos trabalhadores e das populações contra os atentados do grande capital e dos governos que o representam e servem.

Branquear a ditadura

Claro está que estamos numa democracia burguesa, o que é mil vezes melhor para o povo português do que uma ditadura fascista, e daí a necessidade inadiável de se aguçar a vigilância, digo vigilância revolucionária, e cortar, pela acção de massas, o passo às forças reaccionárias que tentam, por todos os meios que têm sido deixados ao seu alcance, liquidá-la. É preciso ter sempre presente os protestos e lutas várias dos trabalhadores e de variados sectores da população nos locais de trabalho, nas ruas, junto do Governo e outras autoridades, como a Assembleia da República e a Presidência da República. É este caminho da luta e da

vigilância de massas que se impõe continuar sem quaisquer desfalecimentos.

Hoje, já é normal despedirem-se trabalhadores de todos os sectores de actividade pelo simples motivo de serem comunistas, ou apenas suspeitos de o serem, sindicalistas activos em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e até por serem simplesmente sindicalizados neste ou naquele sindicato. E os governos e presidentes da República mais parecem enfileirar na marcha do que preocuparem-se com tal actividade repressiva do patronato, só actuando alguma coisa sob a pressão das lutas e protestos das vítimas. Isto é, a segurança, a própria vida destes cidadãos trabalhadores parece não ter importância de maior para os círculos governantes deste País e as tais forças repressivas que estão a reforçar-se constantemente.

O chamado debate na SIC em 12 de Abril de 1997 e outros «debates» em todas as televisões e outros órgãos de informação e comunicação social, sobre a defesa da «ordem pública» e a defesa dos cidadãos e não só, temos que os enquadrar no plano geral de certos meios de direita e reaccionários, incluindo meios governamentais, visando objectivamente branquear a ditadura fascista no seu conjunto, e a actividade e comportamento das suas organizações e servidores, instrumentos políticos, repressivos, ditos culturais, etc., e a sua obra nefasta.

Afirmações feitas na Assembleia da República, no dia 20 de Abril de 1997, por alguns deputados do PSD e CDS, mostram não apenas a vontade de branquear a acção da ditadura fascista de Salazar-Caetano e da sua polícia política como insultam e caluniam miseravelmente aqueles que se bateram contra ela e ajudaram a conquistar a liberdade e a democracia. Mas não é para espantar. O senhor Queiró, como é conhecido e sabido, é alérgico à Revolução de Abril e às liberdades democráticas para as massas populares. Também não é para espantar o histórico anticomunismo do senhor deputado Silva Marques, pois, como é sabido e conhecido, todos os transfusões e renegados, em qualquer época histórica, procuram ser sempre mais papistas do que o Papa, para tentarem encobrir a sua falta de verticalidade política

e moral. Este senhor falou em mortos pela democracia (foi pena não concretizar) talvez com receio de ter de citar nomes de alguns comunistas assassinados por antidemocratas e fascistas de ontem e de hoje. Alguns mandantes confessos continuam a andar por aí à solta a vangloriarem-se da sua actividade bombista-terrorista contra as sedes do PCP e os comunistas em 1975, e responsáveis de algumas mortes continuam por aí à solta tranquilamente, enquanto já se tornou habitual malhar à rica sobre os trabalhadores, mesmo dentro de empresas, e sobre as populações nas ruas.

Nestes últimos tempos, houve quem se atrevesse sem qualquer vergonha a apontar alguns conhecidos reaccionários e fascistas como democratas.

Talvez tenha ficado claro que, de facto, círculos governamentais e personalidades ditas grandes e influentes na vida política nacional facilitam e fomentam objectivamente o branqueamento de toda a política e a prática da ditadura fascista e as

Recordando

práticas criminosas da PVDE-PIDE-DGS, outras forças repressivas e elementos seus tomados individualmente. Vê-se, assim, que há quem objectivamente conspire e actue com paciência calculada contra a democracia e aspire a uma nova ditadura terrorista. Confiamos em que não o conseguirão.

Sob a bandeira do anticomunismo e financiado pelos grandes grupos económicos internacionais, o fascismo apoderou-se do poder em Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Hungria, Bulgária, Roménia e ganhou fortes posições noutros países nos anos 20 e 30.

O preço que a classe operária, os trabalhadores e os povos pagaram foi demasiado caro para poder ser esquecido. Só que, às vezes, a memória é curta.

O inimigo não dorme

Vinte e quatro anos depois do 25 de Abril, de novo em Portugal os grandes capitalistas e dirigentes dos seus partidos - PSD e CDS/PP -, alguns já de novo com responsabilidades governamentais, voltam a arvorar a esfarrapada bandeira do anticomunismo. E nós a julgarmos que o comunismo estava morto... e as ideologias tinham acabado de vez.

Denigrem particularmente o 25 de Abril e as suas conquistas, não recuando ante a falsificação da história, a mentira e até a calúnia sobre homens e mulheres que à custa de enormes esforços e sacrifícios de toda a ordem forjaram muitas das condições que tornaram possível o derrubamento da ditadura fascista no dia 25 de Abril de 1974.

A política de direita de vários governos, quer do PS sozinho ou em aliança com o PSD e o CDS, quer, principalmente, do PSD-Cavaco Silva, política atentatória de direitos e regalias dos trabalhadores e da população laboriosa em geral, antiestudantil, repressiva e mesmo em muitos aspectos antidemocrática e antinacional, tem percorrido um caminho muito perigoso para a democracia e a liberdade dos portugueses.

As tentativas várias de reabilitar os ex e actuais fascistas e mesmo os ex-Pides de todos os escalões indo ao ponto de arvorearem alguns em beneméritos da Pátria (a propósito, não estarão já muitos deles a prestarem serviço no já famigerado SIS? Quem sabe...) e todos os homens mais responsáveis da ditadura, é uma amostra desse perigo real. Na prática, nenhum deles pagou um chavo pelos crimes e roubos que foram cometidos durante a longa noite fascista, antes pavoneiam-se por aí em salões luxuosos, carros caros, e a perorar em jornais, revistas, rádios e televisões, atrevendo-se já a pedir represálias e castigos contra os homens do 25 de Abril. Desgraçadamente, têm tido já algum sucesso.

A muitos deles têm sido retribuídas prebendas, deixando acumular fortunas maiores das que possuíam antes do 25 de Abril, algumas à custa do património do Estado, garantidos direitos de funcionários públicos a todos os torcionários da ex-PIDE-DGS enquanto que têm sido muito parcimoniosos para com milhares de ex-presos políticos e suas famílias.

Tem sido toda esta política de direita de vários governos e todo este procedimento de autoridades governamentais que tem não apenas facilitado mas também fomentado o levantar de cabeça dos muitos fascistas e outros reacçãoários que por aí ficaram sem prestarem quaisquer contas a ninguém do mal que fizeram ao País e aos portugueses. Pelo contrário, agora até lhe proporcionam tribunas como a televisão, para atacarem a democracia e a liberdade conquistadas com Revolução de Abril, para defenderem o seu passado de atentados cruéis aos Direitos do Homem, de crimes de sangue e até de lesa-Pátria.

Partindo sempre de posições de classe, não nos será difícil concluir que se trata de todo um programa cuidadosamente planeado e paulatinamente levado à prática com o silêncio do «deixa andar» dos governos que temos tido desde o 25 de Novembro de 1975, quando não mesmo com o seu apoio directo ou indirecto. Aliás, alguns direitos e regalias, conquistados



com o 25 de Abril e posteriormente, têm vindo a ser suprimidos sub-repticiamente um após outro.

Esse programa e respectiva acção prática das forças mais reacçãoárias que já dispõem em boa parte do poder económico e de posições políticas muito fortes em todo o aparelho do Estado, incluindo a nível do Governo, visa, em primeiro lugar, confundir e desarmar política e ideologicamente os democratas e as massas populares, perverter a consciência de classe da classe operária e restantes trabalhadores para mais facilmente organizar e unir as forças reacçãoárias e fascistas ainda importantes com o objectivo de repor em Portugal o 24 de Abril, ainda que com novas roupagens. Não devemos esquecer que praticamente todos os responsáveis da ditadura fascista ficaram por aí à solta, a maioria dos quais sem terem sofrido qualquer incómodo.

Na minha opinião é um perigo que não deve nem pode ser subestimado. Para o matar ainda no ovo, toda a vigilância e toda a acção de massas serão poucas. Se se acredita que o inimigo foi eliminado ou dorme à sombra da bananeira enganam-se redondamente, nada feito.

Se não se reagir energicamente contra as manobras das forças reacçãoárias e o real perigo que representam para a Liberdade e a Democracia seremos todos nós, consciente ou inconscientemente, a ajudar a abrir a cova para enterrarem aquelas duas grandes conquistas.

Não façamos como o cão que, em geral, se atria raivoso contra o cacete que o atinge e lhe provoca a dor, em vez de se atirar (com os dentes bem aguçados) contra quem lhe atirou o cacete.

Se todos quantos amam a Liberdade e a Democracia verdadeira e uma vida melhor para o nosso povo não reforçarmos a vigilância e desmascarmos com determinação todas as manobras dos antidemocratas de todas as latitudes, cubram-se eles com que rútolos se cobrirem, e dos grandes grupos económicos que são o seu suporte, poderemos muito bem vir a sofrer de novo dias muito amargos de uma nova ditadura, embora em condições muito diferentes, ou de um sistema político mais ou menos autoritário que se encarregaria, no mínimo, de suprimir as liberdades democráticas mais elementares.

Existem todas as condições não só para evitar que se concretize esse objectivo das forças reacçãoárias de todos os matizes como para ampliar e aprofundar a democracia e alargar as liberdades conquistadas pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Ao PCP e aos comunistas cabe um importante papel nesta batalha de luta e de esclarecimento político mantendo-se sempre em posições de classe e ideológicas claras, sempre virados para as massas trabalhadoras e populares da cidade e do campo, mantendo-se sempre firmes e determinados na sua actividade orientada para a chegada, mais cedo ou um pouco mais tarde, ao objectivo anteriormente definido, não esquecendo nunca que dificilmente se chegará lá ou não se chegará mesmo se não se armarem antes e a cada passo dado do instrumento fundamental para isso, ou seja, a Organização, pois que uma vez traçada a linha de orientação será sempre a organização que decidirá tudo, hoje e sempre, isto é, só com uma boa organização partidária e extra-partidária se poderão mobilizar as massas trabalhadoras e populares e unir todas as forças progressistas para fazerem frente com sucesso a todas as tentativas das forças reacçãoárias e seus mentores políticos de anular as conquistas de Abril e perverter a democracia tão duramente obtidas nas mil e uma batalhas que antecederam a Revolução de 25 de Abril de 1974.

EM FOCO

16 **Formação, trajectória e fim do Império Britânico** **Manoel de Lencastre**



Vitória de Wellington em Portugal

A 29 de Janeiro de 1811, o marquês de la Romana está morto em Lisboa. Tratava-se do único resistente espanhol que merecia de Wellington admiração e respeito. Como soldado, ligara-se às campanhas do comandante-supremo britânico pela «liberdade» de Portugal e da Espanha e, indirectamente, pela causa do Império britânico. O general inglês manda que lhe seja feito um funeral digno de heróis e, para esse efeito, o 12º regimento é feito deslocar de Alhandra. O general comandante das forças britânicas de ocupação de Lisboa (Peacocke) representou o governo britânico nas cerimónias funebres. D. António Soares de Noronha esteve presente em nome do governo português.

Longe, entretanto, iniciava-se o bloqueio a Badajoz. Mas Wellington não levantara um dedo por Badajoz. Fizera-o por Ciudad Rodrigo? Fizera-o por Almeida? O seu plano de guerra fundamenta-se na lógica dos acontecimentos. Enterrado em Santarém está Massena que já preparou a retirada e fuga de Portugal porque deixou de acreditar em Napoleão e em Berthier e muito menos em Sout. Por agora, porém, Sout, Adolphe Mortier, Girard, Latour Maubourg, gritam às portas da histórica cidade espanhola. «Rende-te, Badajoz, ou sofrerás!» O governador sitiado, Rafael Manacho, responde: «O cerco de Badajoz ficará escrito nas páginas da história, tal como os de Gerona e de Zaragoza.» Por onde, enfim, andará o general Castaños? Onde se abriga Ballesteros? O marquês de la Romana era o único em quem a Espanha eterna podia confiar. Mas estava morto em Lisboa.

Serviços secretos

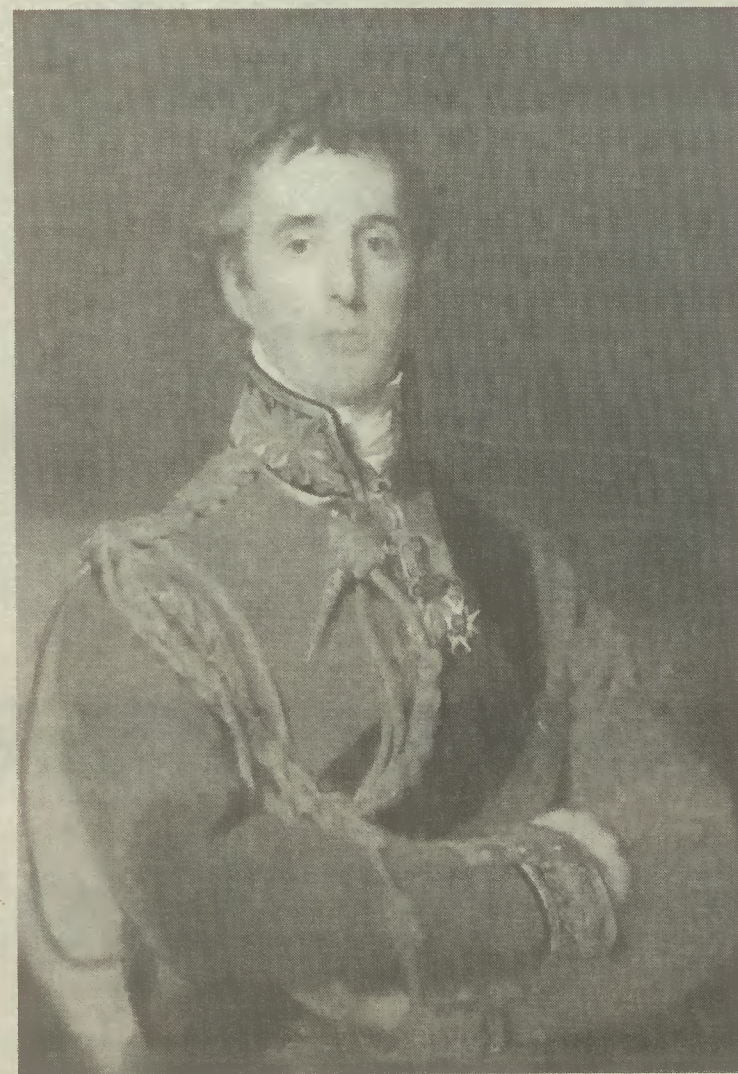
Para Wellington, tornava-se inconcebível que um general da estirpe de Massena, com portugueses influentes a seu lado como era o caso do marquês de Alorna, não tivesse recebido informações que lhe revelassem a existência das linhas de Torres Vedras. Bom inglês, não prescindia dos serviços de «intelligence». Confiara nos frades que, expulsos dos conventos pelos franceses, calcorreavam o País em busca de informações sobre os movimentos dos exércitos napoleónicos. Em Irun, vivia um espião português cuja missão consistia em contar um a um os contingentes militares franceses que se apresentavam para passar a fronteira espanhola. Também no campo de contra-espionagem Wellington demonstrava especial interesse. Tendo descoberto que Massena tinha

contactos em Lisboa, exigiu a intervenção da polícia da capital e revelou que era um tal Pamplona quem dirige a rede de informadores favoráveis aos franceses. Um capitão português faz frequentes visitas a Pedrógão para comunicar com o advogado Manuel Caetano ali residente. É este que, através do pai, Joaquim Caetano, que reside na Colômbia perto das Caldas, encaminha informações para a capital portuguesa. Wellington, reage: «Quanto a este último, já temos medidas para prendê-lo.» Também um tal doutor Pindente, de Torres Novas, em casa de quem Pamplona vive, está sob observações dos serviços secretos ingleses.

Segundo Wellington, o funcionamento da justiça em Portugal é um escândalo. Há soldados britânicos nas prisões portuguesas acusados de crimes de homicídio contra cidadãos nacionais. «Reclamo», gritou, «contra o facto de que um dos nossos soldados se encontra preso há 23 meses, sem julgamento. Outro já lá está há 9 meses.» Por outro lado, impa de vaidade e arrogância ao mencionar a Beresford os subsídios que a Inglaterra concede a Portugal. «Dois milhões de libras, senhor marechal Beres-



EM FOCO



ford, num ano e seis semanas! E isto sem contar com os prés do 24º regimento, com os fornecimentos de bife, com a alimentação dos caçadores da divisão ligeira e os fornecimentos aos depósitos de abastecimentos em Abrantes!»

Golpe de teatro

Foi no dia 4 de Fevereiro que Massena entregou a Fririon, chefe do Estado Maior, as ordens correspondentes à retirada do «Armée du Portugal». O 2º corpo de exército (Regnier) recuaria para a Golegã apoiando-se, à esquerda, sobre o Tejo e comunicando pela direita em Torres Novas; o 8º corpo (Junot), reunidos todos os seus efectivos na margem esquerda do Alviela, faria saltar a ponte de Pernes e retiraria sobre Torres Novas onde se posicionaria nas pequenas colinas à retaguarda daquela povoação — o flanco esquerdo voltado para Ponte Nova observando as passagens do Almonda e comunicando pela direita com Reenier; quanto ao 6º corpo (Ney) concentrar-se-ia em Tomar. O marechal duque de Elchingenb (Ney), que tomaria o comando também do 9º corpo (Drouet) e da reserva de cavalaria, colocaria uma divisão na Asseiceira para defesa das pontes do Matrenas e Guereiro e manter contacto com Torres Novas — estabelecerá um posto de cavalaria entre Asseiceira e Atalaia. A divisão comandada por Loison continuaria em Punhete para vigiar e defender as pontes e as barcas.

Wellington sabe, entretanto, aquilo que Massena parece desconhecer. Drouet conseguirá entrar em território português. Sout ia derrotar Badajoz, Claparède esperava na Guarda e Bessières invadiria por Trás-os-Montes e pelo Minho. Mas o príncipe de Essling é já um homem completamente desiludido e não acredita nas promessas ou nos planos dos outros generais franceses. A sua saída de Santarém e a sua retirada em direcção à fronteira luso-espanhola não passam de um autêntico golpe de teatro que põe mais trufos nas mãos dos ingleses e torna complexa a definição da estratégia francesa. Agora, o exército anglo-português de Wellington vai transformar-se em perseguidor quando a natureza da guerra o proponha como eternamente perseguido. Vai começar uma das mais extraordinárias acções de retirada sob a perseguição tenaz, e a quente, de um exército que perfeitamente conhece o terreno que pisa.

Perante a fuga de Massena, Wellington viu as portas do triunfo abrirem-se na sua frente. E não hesitou em franqueá-las porque, ali, o Império britânico renascia. A grande tragédia da «Armée du Portugal» resumia-se nisto: enquanto Sout preparava o assalto a Badajoz e a consequente invasão de Portugal dizendo que avançaria ao longo da margem esquerda do Tejo, Massena abandonava as suas posições na margem direita, fugia, procurava pôr termo, segundo a sua própria análise da situação, à insustentável posição em que se via. Lisboa

estava salva porque a campanha napoleónica se desfazia em mil pedaços. O desmoronamento começava.

As cinco horas da manhã de 6 de Março, o quartel-general de Wellington, no Cartaxo já sabe que Massena abandonara Santarém. Instrui a brigada de infantaria portuguesa do general Pack, a do major-general Stewart (infantaria britânica) e a de cavalaria do maior-general Anson para que, de imediato, corram sobre Alcanhedé. Uma hora depois, a Legião Alemã recebe ordens para sair de Almoester e dirigir-se, através da Zambujeira e Pedro Filho, para Santarém. Picton, assim como um grupo de unidades de artilharia portuguesa que estacionava na Quinta da Torre, seguem para Rio Maior. E as duas brigadas portuguesas da arma de artilharia, sob o comando do major-general Arentschild, «voaram» de Santo António do Tojal em direcção ao Carregado. A perseguição das perseguições, a «hot pursuit» mais dramática de toda a Guerra Peninsular, é aquela que apetece estudar e que só por si, devido às gloriosas manobras de Michel Ney constitui um capítulo da história da ciência militar.

O inferno

Tentando evitar estradas em mau estado, os franceses percorrem consideráveis distâncias procurando atingir Pombal e Coimbra. É só a 8 que Wellington, já em Tomar, se convence da rota exacta do inimigo. Categoricamente, fez saber ao general Bachelar que a segurança da cidade do Porto passava a constituir um ponto central da sua estratégia. Manda um correio expresso a Elvas para que o general Paula Leite, comandante daquela praça, informe o novo comandante de Badajoz, Imaz, do que está a acontecer. Tudo, agora, é diferente. As ordens e as proclamações sucedem-se. «Defendam Badajoz!», eis a palavra de ordem transmitida a Beresford, Paula Leite, Imaz. «Defendam Lamego e o Porto!», eram as ordens dramáticas recebidas por Bachelar.

A rápida alteração na situação estratégica produziu a mais profunda emoção em Lisboa. Mas Massena percebia que a sua fuga de Portugal era uma longa caminhada para o inferno. A sua saída de Santarém ganhava foros de uma verdadeira derrota militar. Os víveres do exército eram mínimos. Soldados dispersavam-se pelos caminhos em busca de alimentos. De repente, cresceu entre esses soldados um instinto de vingança contra os portugueses que não se lhes haviam submetido, um instinto de injuriar Portugal e as suas coisas. O palácio do bispo de Leiria, toda a cidade onde Drouet tivera o seu

quartel-general eram pasto das chamas. Quanto ao Convento de Alcaçoba, segundo o coronel Tomkinson, os soldados de Massena queimaram o que puderam e destruíram o resto. Os reis e as rainhas embalsamados foram retirados dos túmulos e feitos rolar no chão e eram corpos bem preservados parecendo que ainda há pouco haviam deixado de viver. E Napier escreveria: «Os franceses chegaram ao ponto de incapacitarem a abandonar 500 burros por não poderem alimentá-los e não terem tempo para matá-los.» O próprio Wellington, diria: «Preocupa-me ter de declarar que a conduta do exército de Massena durante a retirada tem sido marcada por uma barbaridade raramente igualada e nunca ultrapassada.» As povoações saqueadas eram mandadas queimar. Torres Novas, Tomar e Pernes conheceram brutalidades sem nome e foram deixadas em chamas. E soldados de uniforme que fora azul e agora se reduzia a incolores farrapos, perseguiam os poucos habitantes que ainda viviam nas aldeias portuguesas.

Redinha, Condeixa, Miranda do Corvo

Em Pombal, combateu-se à baioneta nas ruas da vila, de casa em casa. Ney e o seu 6º corpo de exército eram quem, na realidade, defendiam a retaguarda de «Armée du Portugal». A 11, Wellington assume, pessoalmente, o comando das operações na zona da Redinha. Às duas da tarde, formações aliadas com efectivos de 25 000 homens colocam-se frente ao exército francês cuja artilharia fazia fogo permanentemente tendo-se deslocado no sector Pombal-Redinha a coberto da noite. Os franceses, com a cavalaria de Montbrun e unidades de Junot e Ney, conseguiam resistir a furiosos ataques desencadeados pelos caçadores portugueses do tenente-coronel Elder. Às 5 da tarde, diante da Redinha, Wellington manda avançar a artilharia. Mas Ney resistiria sempre e sempre e conteve o ataque aliado para que o exército francês, ao cair de mais uma noite, pudesse prosseguir a retirada.

Ao descrever o que se passou no dia 11, o próprio Massena confirmou: «As nossas linhas atrasadas tomaram posição perto da Redinha. O inimigo, sob o fogo da artilharia, apresentava-se com, pelo menos 25 000 homens. Lord Wellington não utilizou a sua própria artilharia nessa tarde senão no fim do

desenvolvimento da sua manobra. Cobriu de tropas o cabeço localizado à esquerda da povoação. A nossa retaguarda retirou na melhor ordem.»

Com a Redinha em seu poder, Wellington transferiu forças de reserva na direcção de Condeixa onde Ney já se encontrava. Foi então que o comandante do exército anglo-português compreendeu que Massena abandonara a ideia de entrar na cidade de Coimbra que Trant defendia. E ao observar que muito do equipamento e da bagagem do exército francês era feito transportar através da estrada da Ponte de Mucela esclareceu-se, finalmente — o inimigo estava em Condeixa. Nestas circunstâncias, Wellington ordenou o ataque àquela povoação para o dia seguinte, 13 de Março de 1811. Mas Ney, como perfeitamente sabemos, afastava-se depressa e Condeixa era já um fogo inapagável. Massena chega a Miranda do Corvo e Wellington ordena à coluna do major-general Erskine que avance para lá. Simultaneamente, a 4ª divisão (Cole) marcha sobre o Espinhal. As forças deste general, com tropas do major-general Nightingall, a divisão ligeira (Craufurd), a brigada de Pack, a de Ashworth, a 6ª divisão (Campbell), a 1ª (Spencer) e a cavalaria, propunham-se um monumental cerco a Massena em Miranda do Corvo. Conseguiriam o seu objectivo?

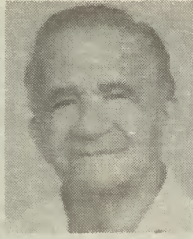
Ney, diante das tropas de Picton e Pack, deu-lhes a ilusão de que se havia deixado envolver. Ingleses e portugueses, então, prepararam-se para o feroz assalto tão ansiosamente esperado em Londres e em Lisboa. Mas logo que surgiram os primeiros movimentos de ataque, retirou-se, habilmente e lançou fogo a Miranda do Corvo. Assim, aproveitando a noite, a «Armée du Portugal» ganhou a zona de Foz do Arouce destruindo e inutilizando os caminhos e as estradas que utilizara. Foi quando se deparou à soldadesca de Wellington um dos mais deploráveis e repugnantes espectáculos da guerra — carcaças de cavalos, bagagens, carruagens, corpos de homens que tinham sido soldados, tudo abandonado.

Quando Pombal, Redinha, Condeixa, Foz do Arouce ficaram para trás, Wellington escreveu: «Estão a retirar deste país, tal como entraram — uma sólida massa, protegendo sempre a retaguarda pelas operações de um ou dois corpos de exército e fazendo uso das posições favoráveis que o terreno oferece; e cada um dos corpos de exército é sempre poderosamente apoiado pela massa principal das tropas. Antes de abandonarem Foz de Arouce destruíram parte da sua própria artilharia e fizeram explodir tudo o que os cavalos não seriam capazes de arrastar. Além do gado que possuem, não dispõem de outros mantimentos senão aqueles de que se apoderaram à passagem ou os que os soldados roubaram e carregam consigo.» (Despachos, Vol. 4, pág. 668.)

Entretanto, no quartel-general da Lousã, Wellington tem expediente importante para despachar. Depara com uma carta de D. Miguel Forjaz, na qual reclama da conduta das tropas em Salvaterra. Os soldados teriam abatido árvores das florestas do príncipe-regente, esse Augusto senhor que abandonara o País e deixara tudo entregue à pior sorte. Eis a proposta que o governo português, na verdade, amplamente mereceu:

«Quanto à acusação de que soldados britânicos e dos regimentos Nº 4 e 10 (portugueses) cortaram árvores nos parques reais supponho que Sua Alteza não espera que as tropas de Sua Magestade Britânica careçam de madeira para fogueiras em Portugal. Aço razoável que Sua Alteza queira ser paga pela madeira cortada nos seus domínios. Então, ou as tropas podem cortar madeira, pagando-a, ou terão de ser retiradas para outros lugares onde a madeira não falte. Mas os interesses de Sua Alteza sofrerão. Se os soldados britânicos cometerem actos de negligência, pelo menos têm lutado valentemente por este País.»

Os Direitos Humanos nos EUA e em Cuba



■ Miguel Urbano Rodrigues

A divulgação, pelo Departamento de Estado dos EUA, do seu Relatório anual sobre a situação dos Direitos Humanos no mundo, desencadeou, como habitualmente, protestos em toda a América Latina. No seu preâmbulo, o documento adverte, com solenidade: "a defesa dos direitos humanos continua a ser um elemento-chave da política externa".

A indignação de milhões de latino-americanos é sobretudo resultante do messianismo e farisaísmo norte-americanos.

Da fronteira do México à Terra do Fogo são incontáveis as violações dos direitos humanos. Os povos do Continente têm consciência disso, mas não reconhecem ao governo dos EUA autoridade para se apresentar como defensor e garante de direitos que na sociedade norte-americana são desrespeitados ostensivamente e com arrogância.

É amoral e ridículo que o Departamento de Estado venha a público apontar situações de racismo no estrangeiro num momento em que a xenofobia alcança proporções alarmantes nos EUA, como o comprova a deportação maciça de centenas de milhares de imigrantes – um recorde que o Serviço de Imigração daquele país festejou, aliás, num comunicado especial.

É um acto de hipocrisia apresentar como fraternais as relações com o México quando três em cada quatro dos imigrantes expulsos são mexicanos que residiam em territórios que foram arrebatados àquele país no século XIX pela força das armas. É também um acto de hipocrisia denunciar a ausência de políticas sociais de apoio à infância e à terceira idade quando

900 000 latino-americanos residentes nos EUA, a maioria naturalizados norte-americanos, acabam, pela nova, legislação de perder o direito a subsídios financeiros e cartões que lhes davam acesso gratuito a alimentos básicos.

Não alude o Relatório, obviamente, à existência nos EUA de 36 milhões de pobres, segundo as próprias estatísticas norte-americanas. Não informa que 10 milhões de menores de 18 anos não têm acesso, na prática, a qualquer serviço de saúde. Não informa que nem um só negro nem um só latino-americano foram em 1997 admitidos na Faculdade de Medicina de San Diego, não obstante muitos se haverem candidatado.

Este Relatório do Departamento de Estado, tal como os anteriores, dedica largo espaço a comentar a existência de presos políticos em numerosos países do mundo. Mas não se encontra nele a mais leve referência aos 15 presos políticos de Porto Rico que cumprem em presídios federais norte-americanos penas que, somadas, representam 103 anos. Foram todos condenados, e alguns torturados, por lutarem pela independência da sua pátria.

O Relatório é também omissivo no tocante ao desafio aos direitos do homem configurado por leis como a Helms Burton e a Kennedy D'Amato, cuja aplicação é inseparável de bolques universalmente repudiados por incompatíveis com o Direito Internacional.

O Departamento de Estado não se ocupa, naturalmente, da monstruosa agressão aos direitos do homem resultante da política iraquiana dos EUA, integrada na estratégia de aniquilamento daquele povo, uma estratégia que só encontra precedentes no III Reich alemão.

Entretanto, Cuba, único país da América Latina onde o analfabetismo foi erradicado, onde a taxa de mortalidade infantil é a mais baixa do Terceiro Mundo e a percentagem

de médicos a mais alta da Terra – esse pequeno país da América Latina merece uma atenção prioritária dos autores do Relatório que para ela apontam dedos acusadores. Contra a Ilha socialista acumulam inverdades e calúnias.

Não temos notícia de que o governo de Washington, cujas cadeias estão cheias a abarrotar (o recorde mundial de presos, em valor absoluto e em percentagem é dos EUA), tenha alguma vez atendido apelos vindos de fora para libertar cidadãos que cumprem penas impostas pelos tribunais norte-americanos.

Em Cuba, contudo, isso acaba de ocorrer. O secretário de Estado do Vaticano, durante a recente visita ao Papa, entregou ao Ministério das Relações Exteriores cubano uma lista com cerca de 270 nomes, pedindo, por motivos humanitários, clemência para eles.



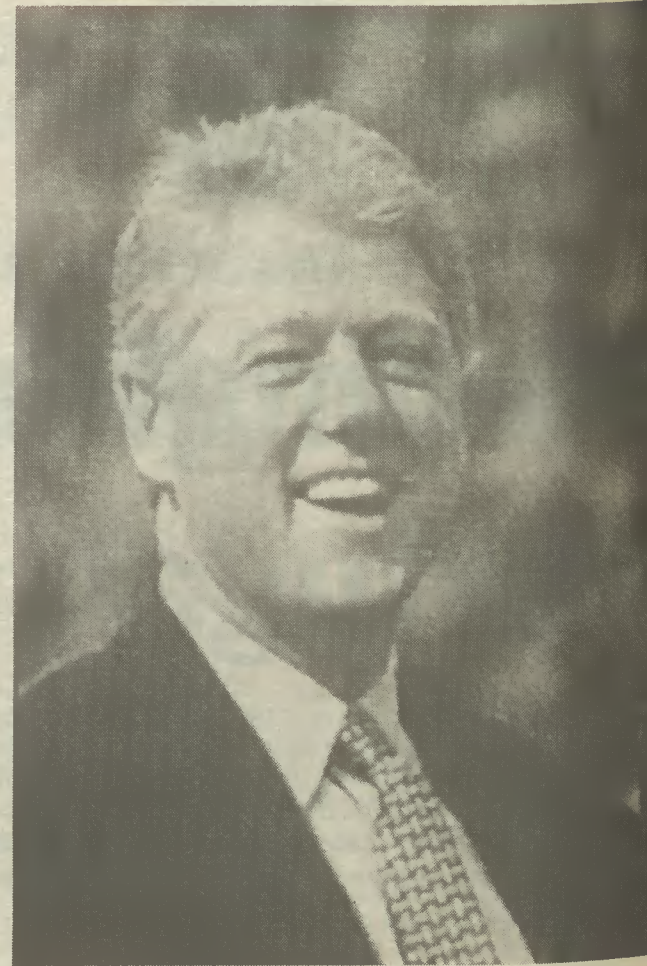
A resposta foi muito rápida. Transcorridas duas semanas, o Governo de Fidel Castro, em nota logo divulgada pela televisão e comentada pela Imprensa, informou que 106 das pessoas – a maioria doentes ou idosos – cujos nomes eram citados já haviam sido libertadas antes da chegada ao Papa, e que algumas dezenas iriam ser indultadas em breve. O pedido de João Paulo II tinha merecido atenção prioritária e fora acelerado o exame de 20 casos. Informava-se ainda que seriam igualmente postos em liberdade 224 presos cujos nomes não constam da lista encaminhada pelo cardeal Angelo Sotano.

A nota do Ministério das Relações Exteriores de Cuba esclareceu, entretanto, que, relativamente a 70 dos cidadãos para os quais, a pedido das famílias, era solicitada clemência, o apelo não fora atendido. Motivo: a natureza dos crimes cometidos e a ameaça social representada por essas dezenas de presos. A nota enumerava os delitos: assassinios de guarda-fronteiras em Tarará, infiltração armada no país, crimes em Caibarien cometidos por contra-revolucionários vindos dos EUA, colocação de bombas em hotéis em Havana por um ex-militar salvadorenho, e outros actos de terrorismo e de cumplicidade com o bloqueio.

Como se verifica por este episódio, a limpidez da política cubana relativamente aos direitos humanos contrasta, como aliás em todas as esferas da vida, com a opacidade e o farisaísmo da praticada pelo governo dos EUA.

A resposta de Fidel Castro ao apelo de João Paulo II foi muito bem recebida pelo povo de Cuba. Abriam-se as portas das cadeias a mais presos que o Papa esperava. Mas não a contra-revolucionários autores de crimes graves.

A Revolução – como sublinhou o diário «Granma» – «é generosa, mas também sabe ser firme». Não pode haver impunidade para aqueles que pretendem destruir Cuba e a sua Revolução.



A brutal ameaça militar dos EUA ao Iraque parece ter-se desanuviado com o êxito da viagem de Kofi Annan a Bagdade, tendo a tensão baixado consideravelmente. Parece-nos, entretanto, que são de sublinhar algumas notas no rescaldo.

1. A actual administração dos EUA, na esteira da anterior, tenta fazer passar ao mundo que os interesses da América coincidem com os interesses da comunidade internacional e da ONU. Os EUA representariam os interesses da Humanidade, sendo uma espécie de país com uma missão providencial planetária. Em nome desses interesses, os EUA poderiam intervir onde entendessem. No caso presente foram várias as declarações de Clinton e Albright que deixavam explícita a mensagem que são os EUA que têm a última palavra para confirmar ou não se o acordo entre o Iraque e o Secretário-Geral da ONU respeita as resoluções da ONU. O mais alto representante da ONU e da comunidade internacional precisa, dentro desta filosofia, de submeter o seu acordo à supervisão do governo dos EUA. Enquanto outros membros do Conselho de Segurança se regozijaram com o acordo alcançado e por consequência com o afastamento do cenário de guerra, os EUA arrogam-se o direito, que ninguém lhe conferiu, de verificar a letra, o espírito e até os pormenores desse acordo.

2. Os EUA agiram em toda a crise sem qualquer mandato da ONU. Com o Papa a condenar o bloqueio a Cuba e Mónica Levinsky colocada no centro da actualidade mundial, Clinton e o seu governo partiram para o Iraque mobilizando todo o seu fantástico aparelho militar. Trata-se de um dos actos mais conformes à velha prática imperial. No início deste século, para a Inglaterra era suficiente mostrar a bandeira para pôr na ordem qualquer desordem; no nosso tempo, não basta a bandeira do novo império, é necessário que a bandeira seja acompanhada de todo o arsenal mortífero de armas, incluindo as tais "inteligentes".

A legitimidade do império advém da força militar. A exibição dessa força deve servir para intimidar quem quer que seja. Os argumentos dos EUA reduzem-se, pois, ao facto de nesta passagem do milénio serem a única superpotência com capacidade para mobilizar forças militares para qualquer ponto do Globo equipadas com as mais sofisticadas armas de destruição. No eventual ataque ao Iraque, o arsenal mortífero e impiedoso visava a destruição de um conjunto de instalações, quartéis, aparelhos de segurança, unidades industriais... Como se não houvesse gente para as defender, como se tais ataques não voltassem a causar dezenas de milhares de mortos e não arrasassem um novo cortejo de horrores ao já martirizado povo iraquiano, cujo único crime que cometeu é viver no país onde há milénios nasceram os seus antepassados e onde há mais de um milénio as populações se converteram aos ensinamentos do Profeta Maomé.

3. Esta ameaça não tem justificação. O exército do Iraque ficou desmantelado com a Guerra do Golfo e o país está sujeito a um brutal e injustificado embargo que já causou centenas e centenas de milhares de mortos. O Iraque sofre terríveis dificuldades. É, por outro lado, um país com enormes jazidas



■ Domingos
Lopes

Notas em torno do conflito iraquiano

de petróleo, o que lhe permitirá, em caso de poder respirar, recuperar mais facilmente. Ora é do petróleo que o Ocidente e o Japão dependem. E disso tem consciência os EUA que pretende manter a todo o custo a sua hegemonia na região. Um Iraque com um governo credível não é do agrado dos EUA que deixam de o poder utilizar o seu belo prazer como fazem agora com Saddam Hussein. Os EUA, em certo sentido, precisam de Saddam Hussein no poder em Bagdade para melhor poderem utilizar o espantinho da guerra e do ditador. Só que...

4. Os EUA não estão minimamente preocupados com ditaduras desde que os interesses dos EUA estejam em causa. Na região, os regimes absolutistas monárquicos imperantes na Arábia Saudita e em todo o Golfo Árabe mostram bem que o Império colabora fraternalmente com as ditaduras mais violentas e retrógradas. Não há, na Arábia Saudita, nos vários emiratos, sultanatos e reinos e até certas repúblicas, qualquer liberdade democrática e vestígio de legitimidade popular. O que conta para os EUA é exclusivamente o cheiro a petróleo. Não há direitos humanos que se não possam trocar no altar dos negócios pelo néctar precioso saído das entranhas da terra, seja na Arábia Saudita ou em Timor-Leste. Que importa que o monarca saudita tenha as mãos manchadas de crimes horrendos praticados na terra onde nasceu o Profeta e nas terras árabes e muçulmanas por interpostos fundamentalista? Que importam os sofrimentos terríveis do povo maubere se a América precisa de Suharto, mesmo quando todo o povo indonésio clama pela sua destituição? Que importam as centenas de milhares de mortos que levaram Suharto ao poder? A América, o Império, tem os seus interesses próprios. É por esses interesses que vive. Por eles pode traficar, fazer guerras, impor a sua força. Por isso há ditaduras e ditaduras. Com uns a América poderá estabelecer acordos, com outros não. Tudo depende dos interesses dos EUA.... Mas...

5. Na região do Médio Oriente, como todos sabem, existe na verdade um Estado que viola há dezenas de anos resoluções da ONU, que ocupá militarmente territórios árabes na Palestina, na Síria, no sul do Líbano. E, para além de estar fora da lei, possui a bomba atómica. E é o principal aliado dos EUA, o seu favorito e protegido. Os EUA exerceram muitas vezes no Conselho de Segurança o seu poder de veto para impedir outras resoluções. O actual governo extremista de Netanyahu violou todos os Acordos assinados em Madrid, Oslo e até o Protocolo de Hebron. Continua a sua vergonhosa política de expulsar populações árabes e instalar colonatos judeus e veja-se o que os EUA fazem para respeitar o direito internacional. Encorajam o prevaricador, fornecendo-lhe novos empréstimos, mais armas e mais apoios diplomáticos. O que interessa aos EUA é terem em centros nevralgicos do globo quem quer que seja que actue em convergência com os seus interesses. Só que...

6. Os interesses dos EUA colidem com os interesses não só dos povos mas também de outras potências e países. Esta necessidade é bem visível na crise do Iraque. Há excepção do entusiasmo inicial do "socialista" Tony Blair, ninguém na Europa se entusiasma com a ameaça dos EUA. Jaime Gama, dentro do seu estilo conhecido inconfundível de confundir os interesses dos EUA com os de Portugal, "justificou" a cedência das Lajes ao Tio Sam e mandou Luís Amado à Comissão de Negócios Estrangeiros borrar a pintura toda. Segundo o Sr. Secretário de Estado, o governo português

apenas renovou burocraticamente o acordo de utilização, o que é feito de noventa em noventa dias, o que equivale a dizer que o governo português, de noventa em noventa dias, permitirá a utilização das Lajes aos EUA mesmo que estes a usem para desencadear uma acção militar que poderá fazer de Portugal alvo de outro tipo de retaliações políticas, económicas e militares. Ora, países como a França, a Rússia e a China, sobretudo a França, tentaram por vários meios que justamente a solução diplomática se impusesse à utilização da força. Os países árabes, mesmo os que alinharam na Guerra do Golfo com os EUA, incluindo os seus mais fieis aliados, manifestaram-se por uma solução diplomática.

Com efeito, a política hegemónica dos EUA e a protecção a todo o custo de Israel esbarram com interesses de potências europeias e da China, assim como dos países árabes que também por diferentes motivos de ordem interna não podem apoiar a política dos EUA para o Médio Oriente.

As várias opiniões públicas dentro de cada país perceberam que esta crise, tal como já sucedera na Guerra do Golfo, não iria trazer nada de positivo. Um pouco por todo o lado e com particular relevo dentro dos EUA se levantam vozes e movimentos contra o ataque militar. 7 cardeais e 47 bispos dos EUA enviaram uma carta a Clinton onde afirmavam que os bombardeamentos não tinham qualquer justificação. Não será forçar a nota se afirmarmos que de um modo silencioso, em contraste com o alarido da exibição da força brutal, nasceu uma nova consciência que a Humanidade não pode ser regulada pelos ponteiros do relógio de Washington. A própria opinião pública dos EUA está contra a intervenção. Em Portugal, onde não há grandes tradições de manifestações e empenho cívico contra as intervenções militares e em defesa da paz, foram reveladas sondagens em que a maioria dos portugueses se manifestava contra a utilização do território nacional no conflito. Esta situação faz ressaltar um paradoxo na situação internacional. Os EUA, um país líder do capitalismo mundial, tendo vencido transitoriamente a URSS e outros países socialistas, quase dez anos depois de se afirmarem como única superpotência mundial não é capaz de congrega em torno de si as principais potências mundiais. É este um caso único ou tendencialmente iremos assistir a mais casos, face à agudização das rivalidades capitalistas?

7. Esta nova situação mundial exige do governo português uma postura radicalmente diferente. Foi vergonhosa a vassalagem prestada diante de Washington. Portugal precisa de ter boas relações com todo o mundo árabe e não só com este ou aquele país. Na procura de equilíbrios e de compensações face ao eixo que é a Europa, Portugal necessita vitalmente de ter um bom relacionamento com os outros países, nomeadamente os países de expressão oficial portuguesa e os países ribeirinhos no Mediterrâneo e os países do Próximo e do Médio Oriente, aliás, indo ao encontro das marcas profundas da História de Portugal

Num conflito pautado pelos EUA, a posição de Portugal devia ser mais prudente. Devia colocar todo o seu peso na busca de uma solução diplomática e, se ela não se verificasse, colocar as Lajes fora do conflito.

Portugal tem relações diplomáticas com muitos países que têm sistemas políticos diferentes do português. Uma das questões centrais das relações internacionais é exactamente o do estabelecimento e desenvolvimento das relações independentemente dos sistemas. Por isso, Portugal tem relações com algumas das ditaduras mais sanguinárias do mundo árabe. E ninguém defende que Portugal corte

relações com a Arábia Saudita e o Oman. A essa luz é inconcebível que Portugal não tenha reaberto a sua missão diplomática em Bagdade.

O Iraque é um país destruído e, logo que cesse o embargo, vai necessitar de investimentos de todo o mundo. É também um país exportador de petróleo, e Portugal importador. Neste quadro, os interesses de Portugal passam por uma atitude ponderada e bem pesada no sentido dos interesses nacionais ganharem. Não nos admiraríamos se os EUA que elegeram o Iraque como inimigo não acabassem por liderar a corrida à reconstrução do Iraque e que as empresas norte-americanas não se afirmassem no terreno.

8. A questão da ameaça e do perigo da guerra veio colocar a todos os homens e mulheres que prezam a paz como bem valioso a necessidade de um despertar para os perigos da nova ordem mundial.

É necessário um empenho cívico das várias opiniões, que desaguam no leito dos que entendem que as soluções diplomáticas são sempre preferíveis às militares. O mundo necessita de uma política de cooperação, paz e diálogo atento aos contraditórios interesses dos países e povos.

Cabe, pois, aos cidadãos organizados ou não em partidos, associações e movimentos tomadas de posição que se traduzam em acções concretas pela defesa da paz e contra o hegemonismo dos EUA.

Neste contexto, é certo e seguro que os comunistas poderão desempenhar um acrescido papel na luta por este objectivo. Mas torna-se necessário um espírito de luta, de abertura e diálogo com outras forças democráticas e indivíduos. Não bastará gritar pela paz para que nasçam e fortaleçam amplos movimentos de paz. É necessário neste mundo tão complexo e contraditório e sem referências de contraponto como as que existiam, ser mais ousado, mais convincente no caminho a percorrer por tal objectivo.

Nenhum comunista ganha, pelo facto de o ser, uma legitimidade acrescida nesta batalha. A legitimidade decorrerá sobretudo da capacidade de explicar, aprender, compreender para transformar o mundo em que vivemos. É este o mundo que queremos transformar, que é transformável, e que acabará por ser transformado.

Apesar das doses cavalares de anestesia servidas pelos principais "media" é estimulante verificar que a opinião pública norte-americana era contra a intervenção e que a opinião pública portuguesa era contra o envolvimento de Portugal no conflito.

Elas reflectem que apesar das lavagens ao cérebro não é possível liquidar os sonhos, as aspirações, os interesses dos povos e dos indivíduos. E mostra que há um terreno para trabalhar e organizar, tendo em conta as características do tempo presente, uma forte corrente de opinião pública que aponte a solução dos problemas internacionais com base em princípios diplomáticos, ou seja, privilegiando as vias políticas sobre as vias militares.

Ao fim e ao cabo, as vozes belicistas, porque têm mais meios de bombardeamento mediático, querem-nos fazer crer que vivemos na selva para tapar, adormecer e anestesiar os sentimentos pacíficos da Humanidade.

Esta é uma batalha à qual os comunistas não podem virar as costas. É uma batalha que se prende com a batalha mais vasta da luta por uma alternativa democrática à actual política de direita.

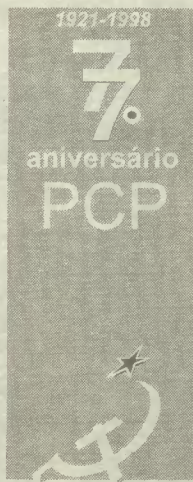
Quando os comunistas falam em reforçar o Partido, quando falam em alargar a influência do Partido, é impossível deixar de lado este campo de luta.

CDU**PCP-PEV****FESTA CDU EM ODIVELAS**

Hoje, às 21.30h

no Pavilhão Polidesportivo de Odivelas
com a presença de **Eduardo Batista**,
cabeça de lista da CDU à JF de Odivelas,

Demétrio Alves e Carlos Carvalhas

Espectáculo com:
Grupo Nova Aurora

Intervenção de:

Carlos Carvalhas

Secretário Geral do PCP

PCP a Esquerda que faz
a diferença

Autocarros para o Comício SINTRA

Partida de Sintra às 14h
(junto à Estação da CP)
com paragem no CT de
Mem Martins, Mercês
(junto às bombas da BP),
Rio de Mouro, Cacém,
Queluz (4 Caminhos)
(Inscrições nos CTs
do PCP e tel. 9131355)

VILA FRANCA DE XIRA

(Inscrições nos CTs
do PCP)

77.º Aniversário do PCP

Convívios e outros actos comemorativos, promovidos pelas organizações do Partido

• ALMADA

Jantar na Quinta de S. Cristóvão, organizado pela Célula dos Trabalhadores da Autarquia de Almada, com a participação do camarada Álvaro Cunhal: dia 6 às 19h30.

• AMADORA

Jantar no Restaurante Panquinhas, em A-da-Beja, promovido pelos militantes do PCP da freguesia de S. Brás, com a presença de António Filipe: dia 7 às 21h.

• Distrito de AVEIRO

Ilhavo - Jantar-convívio no Restaurante Carabobo, com Jorge Sarabando: dia 6 às 20h

Aveiro - Jantar-convívio no Restaurante Cozinha do Rei, com Francisco Lopes: dia 7 às 20h

Espinho - Jantar-convívio no Restaurante Cristal, com António Salavessa: dia 7 às 20h

Ovar - Jantar-convívio no Restaurante A Tosca, com José Vitoriano: dia 7 às 19h30

• AVIS

Encontros-convívios em Avis (CT do PCP) e Alcorrego (Salão da Creche), promovidos pelas Comissões de Freguesia do PCP das freguesias respectivas: dia 7 às 15h

• BARREIRO

Convívio no Centro de Trabalho Vasco da Gama: dia 6 às 15h

• Distrito de BRAGA

Amares - Convívio no Espaço CDU, com José Antunes: dia 6 às 21h30

Braga - Convívio no Centro de Trabalho, com Jorge Matos: dia 6 às 21h30

Guimarães - Jantar no Restaurante Trovadores do Cano, com José Antunes: dia 7 às 20h

Famalicão - Convívio no CT de Vila Nova de Famalicão, com José Evangelista: dia 7 às 16h

• CALDAS DA RAINHA

Almoço no CT do PCP, com Agostinho Lopes: dia 8 às 13h

• CASTELO BRANCO

Jantar no Restaurante Arcádia: dia 6 às 20h, com a participação de Aurélio Santos, que no final introduzirá um debate sobre «A actualidade do ideal comunista»

• COIMBRA

Jantar no Restaurante Arte & Gala (Sta. Clara, frente ao Observ. Astronómico): dia 6 às 20h

• ÉVORA

Arraiolos - Jantar-convívio, seguido de animação musical, na Esc. C+S, com Luís Sá: dia 7

Alandroal - Almoço-convívio, com António Murteira: dia 7

Évora - Jantar-convívio no Pátio Alentejano, com Agostinho Lopes: dia 7

Estremoz - Jantar-convívio no Salão dos Bombeiros, com Alexandre Rodrigues: dia 7

Mora - Almoço-convívio com Lino de Carvalho: dia 7

Viana do Alentejo - Jantar-convívio com José Soeiro: dia 7

Vendas Novas - Festa-convívio no Centro Sociocultural de Vendas Novas, com Lino de Carvalho: dia 7

• FIGUEIRA DA FOZ

Jantar no Restaurante Europa, com Francisco Lopes: dia 6 às 20h

• FARO

Faro - Jantar-convívio no Centro de Trabalho, com Bernardina Sebastião: dia 7 às 20h

Olhão - Almoço-convívio no Restaurante Américo, com Bernardina Sebastião: dia 8 às 13h

Portimão - Almoço-convívio no Restaurante O Migas, com Carlos Luís Figueira: dia 8 às 13h

Silves - Almoço-convívio na Escola Preparatória, com João Zagalo: dia 8

V. Real Santo António - Almoço-convívio na Escola Secundária, com Mário de Sousa: dia 8

Tavira e S. Brás de Alportel - Jantares dia 14

Albufeira, Monchique, S. Bartolomeu de Messines - Almoços dia 15

• FUNDÃO

Jantar no Restaurante O Convento, com Armando Morais: dia 6 às 20h

• LISBOA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho da Graça, promovido pela Comissão de Freguesia da Penha de França: dia 14 às 13h

• MARINHA GRANDE

Jantar na Sede da Ordem, com João Amaral: dia 7 às 20h

• MOITA

Debate com a participação de Álvaro Cunhal sob o tema «O PCP na História Contemporânea», na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça: dia 6 às 16h

Jantar de confraternização no Centro de Trabalho: dia 6 às 20h

Exposição alusiva na Biblioteca B.J. Caraça: dias 4, 5 e 6.

• Distrito de SANTARÉM

Coruche - Jantar no Restaurante O Farnel, com Octávio Teixeira: dia 6 às 20h

Benavente - Jantar no Restaurante O Miradouro, com Albano Nunes: dia 6 às 20h

Abrantes - Jantar no Restaurante O Fumeiro, com Luís Sá: dia 6 às 20h

• SEIXAL

Almoço na Quinta Valenciana com a participação de Carlos Carvalhas: dia 8 às 13h

• SESIMBRA

Convívio no Externato Santa Joana, com a participação de Carlos Humberto: dia 14 às 21h30

• SETÚBAL

Jantar-convívio no Restaurante O Quintal, com Jerónimo de Sousa e Ruben de Carvalho: dia 6 às 20h

Almoço-convívio no GMUP, em Vendas de Azeitão, com Álvaro Cunhal: dia 7 às 12h30

Sessão-debate sobre «A validade do marxismo no final do milénio», com a participação de Manuel Gusmão: dia 13 às 21h

• SINTRA

Algueirão-Mem Martins - Almoço no CT de Mem Martins: dia 8 às 13h

Festa do 77º aniversário promovida pela JCP/Sintra no «Barxismo»: dia 6 a partir das 22h

• TORTOSENDO

Jantar na Escola C+S, com a participação de Aurélio Santos: dia 7 às 19h

• VALONGO

Jantar no Restaurante do Vale-Sobrado: dia 7 às 20h

• VENDAS NOVAS

Convívio e espectáculo com exibição de grupos de música e dança folclóricas: dia 7 às 21h

• VILA DO CONDE

Jantar no Rancho de Rendelheiras do Monte, com a participação de Emídio Ribeiro: dia 6 às 20h

• VILA FRANCA DE XIRA

Almoço-convívio no Pavilhão do Cevadeiro, com a participação de Carlos Carvalhas: dia 15 (Inscr. nos CTs ou pelo Tel. (063)23744)

• VILA REAL

Jantar-convívio no Restaurante Aquariu's, com José Brinquete: dia 7 às 20h

Mirandela

Reunião de Quadros militantes de Trás-os-Montes
(Bragança e Vila Real)

Sábado, 7, às 15h, no Salão da Junta de Freguesia,
com a participação de António Lopes

Ovar

5ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, às 15h, na Esc. Sec. Júlio Dinis

com a participação de Francisco Lopes

Viana do Alentejo

Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, com a participação de José Soeiro

Évora

Encontro Concelhio de Quadros do PCP

Sábado, 7, no Palácio D. Manuel,

com a participação de Agostinho Lopes

Guimarães - Encontro de eleitos da CDU - Sábado, dia 7, às 15h no Salão da JF de Cadoso/ S. Martinho, com a participação de José Antunes e João Saraiva

Alcobaça - Jantar/Encontro mensal da CDU - Na Churrasqueira de Cela, hoje, dia 5, às 20h, com a participação de Fernanda Mateus

Estarreja - Plenário da Organização concelhia do PCP sexta-feira, 6, às 21h30, no CT local, com António Salavessa

Amadora - Debate sobre a Moeda Única - introduzido por Octávio Teixeira, dia 12, às 21h, nos Recreios da Amadora

Almada - À conversa com Odete Santos sobre a IGV - promovido pela JCP/ Almada, sexta-feira, 6, às 21h30, na Junta de Freguesia

Almargem do Bispo - Plenário de militantes sexta-feira, 6, às 21h30, em casa do Cam. Augusto, em Albogas, com António Cordeiro

Tempo de Antena

PCP

6ª Feira RTP 1

Após o telejornal das 20.00 horas

Lisboa

Bar-convívio no CT Vitória promovido pelo Colectivo do Secundário dos Jovens Comunistas da cidade de Lisboa Sexta-feira, 6, às 21h

Lisboa

PCBar no CT de Alcântara Espaço de convívio esta Sexta-feira e todas as outras - das 22 às 02 h

Covilhã

Debate sobre o Manifesto Comunista promovido pela JCP / Covilhã com a participação de Francisco Melo Sábado, 7, às 22h

E no 8 de Março...

... em Vila Franca de Xira Debate: «A mulher comunista nos dias de hoje» - dia 8, às 15h30, no CT do PCP

... na Moita

Almoço-convívio - dia 8, às 13h, no CT do PCP, com a presença do Cônsul de Cuba em Lisboa

... em Lisboa

Exposição no Centro Comercial Fonte Nova, promovida pela JF de S. Domingos de Benfica: «Rostos e Percursos - 4 Mulheres que marcaram a sua época» (Maria Lamas - Isabel Aboim Inglez - Cesina Bermudes - Natália Correia) (Inauguração: dia 6, às 18h30)

TELEVISÃO

Quinta, 5

RTP 1

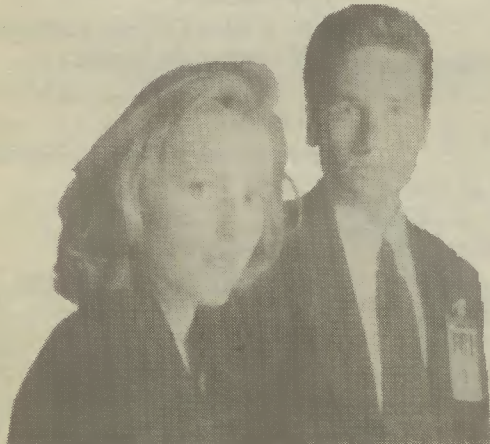
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.30 Coração Selvagem
16.20 Concurso 1, 2, 3
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 A Grande Aposta
22.30 Maria Elisa
00.15 Liga dos Campeões
01.15 24 Horas
02.05 Musical: «Eric Clapton»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.40 Aliens - O Recontro Final
(de James Cameron, EUA/1986, com Sigourney Weaver, Carrie Henn, Michael Biehn. Ver Destaque)
00.55 Falatório
01.50 Magazine

SIC

08.10 Buêré
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Ai os Homens
23.00 Esta Semana
00.20 Último Jornal



“Ficheiros Secretos” em despedida entre nós

00.45 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Linha de Fundo
00.40 Uma Família às Direitas
01.20 Ponto Final

Sexta, 6

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 Os Andrades
16.00 Coração Selvagem
17.35 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Académica Coimbra-Porto
23.00 A Grande Aposta
24.00 24 Horas
00.50 Dossier de Uma Prostituta
(de Amos Kollek, EUA/1994, com Amos Kollek, Maria Suchareta, Mari Nelson. Drama)
02.25 Automobilismo - GP da Austrália
03.00 Bar Esperança
(Longo-metragem)
04.45 Out of Drakness
(de Larry Elikann, EUA/1994, com Diana Ross, Ann Weldon, Leah Richards, Lindsay Crouse. Telefilme. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.40 Alien 3 - A Desforra
(de David Fincher, EUA/1991, com Sigourney Weaver, Charles Dance, Lance Henriksen. Terror / Ficção Científica)
00.35 Falatório
01.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
02.15 M - Matou
(de Fritz Lang, Alem./1931, com Peter Lorre, Otto Wernicke, Gustav Grundgens, Theo Lingen, Theodor Loos. Ver Destaque)



03.55 O Testamento do Dr. Mabuse
(de Fritz Lang, Alem./1933, com Rudolf Klein-Rogge, Oscar Beregi Sr., Karl Meixner, Theodor Loos, Otto Wernicke. Ver Destaque)
06.00 Desconhecidos Irmãos Marx
07.40 Prémios do Cinema Europeu

SIC

08.10 Buêré
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.20 Príncipe de Bel-Air
14.40 Xena, a Princesa Guerreira
15.40 Walker
16.45 O Mecânico
(de Michael Winner, EUA/1972, com Charles Bronson, Jan-Michael Vincent, Keenan Wynn. Acção)
19.00 Sra. Doutores
19.30 Bom Baía
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Harper, Detective Privado
(de Jack Smight, EUA/1966, com Paul Newman, Lauren Bacall, Julie Harris, Shelley Winters. Policial)

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 C - 16
24.00 Estranha Amizade
(de Tim Hunter, EUA/1996, com Nicolette Sheridan, Faye Dunaway, Michael O'Keefe. Drama)
02.00 Uma Família às Direitas
02.40 Fora de Jogo

Sábado, 7

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.20 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 Conan, O Guerreiro
17.05 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques
17.10 Jet 7
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.30 XXXV Festival RTP da Canção
00.30 Serviço de Urgência
01.20 24 Horas
02.00 Futebol Inglês
02.55 Automobilismo - GP da Austrália
05.00 Estranha Sedução
(de Paul Schrader, EUA/1990, com Christopher Walken, Rupert Everett, Natasha Richardson. Drama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Missa
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta
(Realizado por Tex Avery, 3ª Parte. - Variações sobre Lobos e



Capuchinho Vermelho. Curtas-Metragens de Animação)
19.30 2001
20.15 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.50 O Carteiro de Pablo Neruda
(de Michael Radford, Fr./It./1995, com Massimo Troisi, Philippe Noiret, Maria Grazia Cucinotta. Ver Destaque)
00.30 Sinais do Tempo
01.25 Automobilismo
01.50 Scopophilia
02.50 As Três Sopranos
04.05 September Songs: A Música de Kurt Weill
05.35 Ópera: “Tannhauser”

SIC

08.00 Buêré
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.20 Príncipe de Bel-Air
14.40 Xena, a Princesa Guerreira
15.40 Walker
16.45 O Mecânico
(de Michael Winner, EUA/1972, com Charles Bronson, Jan-Michael Vincent, Keenan Wynn. Acção)
19.00 Sra. Doutores
19.30 Bom Baía
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Harper, Detective Privado
(de Jack Smight, EUA/1966, com Paul Newman, Lauren Bacall, Julie Harris, Shelley Winters. Policial)

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
14.50 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Danielle Steel's - A Estrela
(de Michael Miller, EUA/1993, com Jennie Garth, Craig Bierko, Ted Wass. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)
00.20 América, América
(de Elia Kazan, EUA/1963, com Stathis Giallelis, Frank Wolff, Harry Davis, Paul Mann, Linda Marsh. Ver Destaque)

Domingo, 8

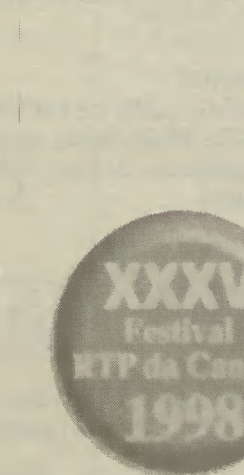
RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.00 Batman Regressa
(de Tim Burton, EUA/1992, com Michael Keaton, Danny De Vito, Michelle Pfeiffer, Christopher Walken. Aventuras)
18.20 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
20.55 Futebol: Farense-Benfica
00.45 24 Horas
01.25 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Da Apollo às Estrelas
12.10 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.40 O Fêtiço do Vento
(Longo-metragem. Portugal)
20.20 Bombordo
20.45 Artes e Letras - «The Making of Mahabharata»
22.20 Horizontes da Memória
22.50 Teatro: «O Mahabharata»
00.40 Estúdio Um - Memórias do Teatro

Catarina Portas é parte da equipa que selecciona as pequenas obras-primas que passam em “Onda Curta”



A RTP comemora mais um aniversário com mais um Festival da Canção

SIC

08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.30 Príncipe de Bel Air
15.10 Os Imortais
16.00 Viper
17.00 Memórias de Um Homem Invisível
(de John Carpenter, EUA/1992, com Chevy Chase, Darryl Hanna, Sam Neil. Comédia)
19.00 S.O.S. Sic
19.30 Malucos do Riso
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Corpo Dourado
23.10 Na Lista Negra
(de Irwin Winkler, EUA/1991, com Robert De Niro, Annette Bening, George Wendt, Martin Scorsese. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal
01.55 Gémeos

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
14.50 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Danielle Steel's - A Estrela
(de Michael Miller, EUA/1993, com Jennie Garth, Craig Bierko, Ted Wass. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)
00.20 América, América
(de Elia Kazan, EUA/1963, com Stathis Giallelis, Frank Wolff, Harry Davis, Paul Mann, Linda Marsh. Ver Destaque)

Segunda, 9

RTP 1

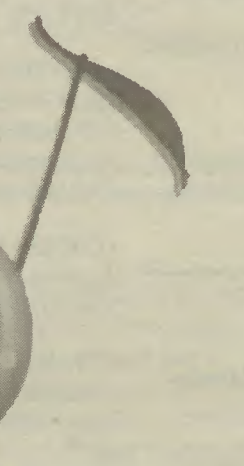
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.35 Nico d'Obra
16.05 Coração Selvagem
17.35 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
21.55 A Grande Aposta
22.50 Concurso 1, 2, 3
01.10 24 Horas
02.00 Mundial de Futebol / França 98

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Madeira - Artes e Letras
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.40 A Vida do Coronel Blimp
(de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1943, com Anton Walbrook, Deborah Kerr, Roger Livesey. Ver Destaque)
01.20 Falatório
02.15 O Crítico

SIC

08.10 Buêré
10.30 Ponto de Encontro



Terça, 10

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 As Lições do Tonecas
16.00 Coração Selvagem
17.20 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
21.40 A Grande Aposta
22.40 Riso, Mentiras e Vídeo
24.00 Millennium
01.00 24 Horas
01.50 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Rotações
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2



Eric Clapton em fim de noite, hoje na RTP1

22.40 Quando os Sinos Dobram
(de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1947, com Deborah Kerr, David Farrar, Flora Robson, Jean Simmons. Ver Destaque)
00.20 Falatório
01.15 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.10 Buêré
10.30 Conversas Secretas
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
01.40 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 O Predador - II
(de Stephen Hopkins, EUA/1990, com Danny Glover, Gary Bussey, Ruben Blades, Maria Conchita. Terror / Acção)
00.30 Uma Família às Direitas
01.05 Fora de Jogo

Quarta, 11

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.35 Nós, os Ricos
16.15 Coração Selvagem
17.05 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
21.55 A Grande Aposta
22.25 Enviado Especial
23.00 Batman para Sempre
(de Tim Burton, EUA/1995, com Val Kilmer, Tommy Lee Jones, Nicole Kidman, Chris O'Donnell. Ver Destaque)
01.20 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol
22.00 Remate



21.00 Acontece
21.35 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.40 Perigo nas Sombras
(de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1957, com Dirk Bogarde, Marius Goring, David Olesley, Cyril Cusack. Ver Destaque)
00.20 Falatório
01.15 Musical: «The White Room»

SIC

08.10 Buêré
10.30 Primeiros Anos
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Programa do Além
23.15 Futebol - Borussia/Dortmund
01.05 Último Jornal
01.30 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 O Predador - II
(de Stephen Hopkins, EUA/1990, com Danny Glover, Gary Bussey, Ruben Blades, Maria Conchita. Terror / Acção)
00.30 Uma Família às Direitas
01.05 Fora de Jogo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Aliens
- O Recontro
Final

(Quinta, 22.40, RTP2)

Menos sofisticada do que o primeiro filme de Ridley Scott e carregando mais as tintas da parafúria militar e destrutiva e dos elaboradíssimos «efeitos especiais», a nova seqüela dirigida por James Cameron continua a ser um espectáculo que «prende o espectador à cadeira», embora menos conseguido do ponto de vista estritamente cinematográfico.

M - Matou

(Sexta, 02.15, RTP2)

M, de Mörder (no original) é a inicial que é escrita, após a sua descoberta, nas costas do



Peter Lorre, numa interpretação sinistra em «Matou!», de Fritz Lang



Massimo Troisi, Philippe Noiret e Maria Grazia Cucinotta, principais intérpretes de «O Carteiro de Neruda», de Michael Radford



Um fotograma de «A Vida do Coronel Blimp» de Michael Powell e Emeric Pressburger



Deborah Kerr e David Farrar, em «Quando os Sinos Dobram», dos mesmos realizadores



Tommy Lee Jones e Jim Carrey nas personagens de Two-Face e Riddley, em «Batman para Sempre», de Joel Schumacher

casaco de um assassino que mata crianças e aterroriza populações. É este um dos muitos «achados» de um filme poderoso em que Fritz Lang denuncia, pela metáfora, o ambiente social do ascenso do nazismo na Alemanha. Mas não só: realizado nos inícios do cinema sonoro, este filme, caracterizado pela rudeza das personagens e dos cenários é, ainda, prodigioso pela sua construção brechtiana, nomea-

damente na elaboração da banda sonora, da qual está ausente a música, com uma única excepção: precisamente a melodia que o assassino costuma assobiar (excerto de Peer Gynt, de Grieg) quando comete os crimes e que acaba, afinal, por denunciá-lo aos ouvidos de um cego (!). Uma grande e inquietante interpretação de Peter Lorre, para uma das maiores obras do cinema clássico.

este a viver exilado numa ilha italiana do Mediterrâneo. Um filme extremamente belo e comovente, com excelente desempenho de Philippe Noiret e uma sensacional revelação: Massimo Troisi. A não perder.

Na Lista Negra (Domingo, 23.10, SIC)

Durante a «caça às bruxas» - um dos períodos mais negros da história recente dos EUA - os grandes estúdios negam trabalho a um realizador de cinema porque este se recusa a denunciar os seus amigos e companheiros de profissão como sendo comunistas. Sem atingir o estatuto das grandes obras cinematográficas, Na Lista Negra não deixa de ser um filme que demonstra um grande empenhamento e tem em Robert De Niro, intérprete principal, um dos seus maiores trunfos.

América, América (Domingo, 00.20, TVI)

Inspirado pela própria experiência da sua família, este apaixonante clássico de Elia Kazan conta-nos a saga de um jovem grego e das perseguições que sofreu por parte dos turcos até partir em demanda da «terra de todas as oportunidades» - a América. Embora a distribuição dos intérpretes seja desastrosa - em particular no que toca à personagem principal - é fora de dúvida que o filme nos esmaga por vezes pela beleza das imagens e pelo carácter épico de algumas seqüências, como é a autenticidade das cenas de massas. São de destacar duas grandes interpretações de secundários: Paul Mann e Linda Marsh.

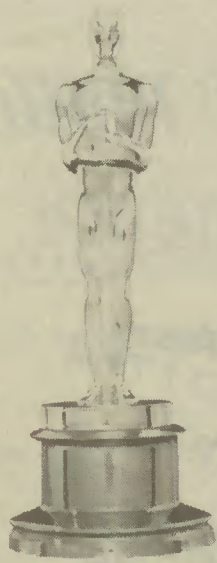
A Vida do Coronel Blimp (Segunda, 22.40, RTP2);
Quando os Sinos Dobram (Terça, 22.40, RTP2);
Perigo nas Sombras (Quarta, 22.40, RTP2)

Nesta nova série de Cinco Noites, Cinco Filmes vamos contactar com alguns exemplos da obra de dois cineastas - Michael Powell e Emeric Pressburger - que fundaram uma importante produtora, a Archers, para a qual escreveram, produziram e realizaram, entre 42 e 56, 14 filmes. O primeiro é «um inteligente e surpreendente estudo sobre a guerra, que, funciona ao mesmo tempo como um documento de propaganda para levantar o moral de uma Inglaterra então mergulhada em sucessivos desaires militares». Já Quando os Sinos Dobram é uma adaptação de um romance de Rumer Godden que nos conta «a odisséia de cinco freiras no coração dos Himalaias que tentam transformar um antigo palácio hindu, que abrigou um harém, num convento com um dispensário e uma escola». Quanto a Perigo nas Sombras, dá-nos conta da luta surda e empenhada de um punhado de agentes secretos ingleses contra o inimigo alemão.

Batman Para Sempre (Quarta, 23.00, RTP1)

Estreia na televisão portuguesa, este terceiro Batman é, segundo as referências, bem melhor do que os dois primeiros episódios realizados (em 89 e 92) por Tim Burton. Mais uma vez estão em acção as personagens criadas por Bob Kane. Mas, desta vez, a dar-lhes corpo estão os irresistíveis Val Kilmer, Tommy Lee Jones, Chris O'Donnell, Jim Carey e a bela Nicole Kidman, entre outros, numa aventura cujos «efeitos especiais» são de morte... A descobrir.

CABO & SATÉLITE

CNN
INTERNATIONALOs Oscars
vêm aí

Durante todo este mês (e antecedendo a cerimónia das entregas dos Oscars/98), o Canal norte-americano CNN, a exemplo do acontece com outros canais internacionais, vai dedicar largo espaço a este acontecimento.

Assim, no programa «Showbiz Today» que é transmitido todos os dias úteis, serão destacados os nomeados e far-se-á uma antevisão dos prováveis vencedores. (Dias úteis, das 08.30 às 09.00)

Uma soprano
de peso

O canal especializado Muzik apresentará já hoje, ao princípio da noite, uma soirée especial dedicada à



soprano catalã **Montserrat Caballé**. Um documentário que aborda os anos de estudo em Milão até à sua estreia em Basileia antecederá a transmissão da ópera «La Norma», de Bellini, gravada em 1974 nas Chorégies d'Orange. (Quinta, das 18.55 às 22.35)

Ciclo Dépardieu

Prossegue na TV 5 o ciclo de filmes cujo principal intérprete é **Gérard Dépardieu**. Hoje «Fort Saganne», datado de 1984 e realizado por **Alain Corneau**, conta-nos a epopeia de um oficial francês, filho de camponeses, que se tornou um herói no deserto do Sahara. Ainda com **Philippe Noiret** e **Catherine Deneuve**. (Quinta, das 19.00 às 20.30)

Dois documentários

A importância do documentarismo em televisão estará patente em duas emissões do canal franco-alemão **Arte** previstas para os próximos dias. Por exemplo, na próxima segunda-feira, «Le Calvaire des Femmes Batues» é mais uma reportagem incluída num ciclo de cinco que se debruçam sobre os maus tratos femininos, neste caso abordando a violência conjugal. É uma reportagem de **Uta Claus** e **Kerstin Brakebuch**, datada de 1998.

Dois dias depois (demonstrando que não é a duração que mais importa neste domínio do cinema), um curioso pequeno filme de **Marie-Monique Robin**, datado de 1996, integra-se na série «Les Photos du Siècle» e dá-nos a ver peças dos arquivos audiovisuais que retratam o contexto histórico dos acontecimentos do século e da nossa memória colectiva. (Segunda, 9, das 19 às 19.30; Quarta, 11, das 20.40 às 20.50)

O Testamento
do
Dr. Mabuse

(Sexta, 03.55, RTP2)

Já em 1922, em plena época do «mudo», o mesmo Lang dirige, com sucesso, *Dr. Mabuse, o Jogador* no qual, pela primeira vez, surgia a diabólica personagem deste médico, criminoso psicopata, capaz de manipular os outros através dos seus poderes hipnóticos, perseguido pela polícia pelos seus roubos de milhões, acabando internado num asilo psiquiátrico. Era, na realidade, um impiedoso retrato da sociedade corrupta e venal - com o seu cortejo de erros, traições políticas e desregulação económica - em que se tornara a República de Weimar. Na seqüela daquele filme, *O Testamento* vem agora encontrar Mabuse já próximo do seu fim escrevendo no asilo de reclusão a sua preversa estratégia de dominação do mundo, transmitindo-a, como testemunho, a uma nova personagem sinistra - o *Prof. Baum* - que lhe seguirá os passos criminosos.

O Carteiro
de
Pablo Neruda

(Sábado, 22.50, RTP2)

Depois do tremendo e prolongado êxito nas salas comerciais, chega ao pequeno ecrã o filme que Michael Radford realizou a partir de uma adaptação do romance homónimo de **Antonio Skarmeta** e que nos conta a história da crescente amizade que se constrói entre o poeta **Pablo Neruda** e o carteiro que lhe levava a correspondência quando este



O pequenino “artista”

Um dia destes, talvez à falta de melhor tema, talvez não, Margarida Marante foi saber como é que criancinhas que o “showbiz” vedetizou, os chamados “artistas de palmo e meio”, compatibilizam a sua condição de meninos com a alegada condição de prodígios. Para isso, chamou aos estúdios da SIC a Maria Armada, que há anos teve um grande êxito a cantar que vira um sapo, Ana Malhoa, cançonetista de segunda geração e apresentadora do “Bueré”, Saul, discípulo e versão miniaturizada do Quim Barreiros. Quem assistiu à emissão teve o gosto de verificar que Maria Armada não confirmou as previsões pessimistas dos que em tempos miraram, consternados, a bonequinha de unhas precocemente pintadas em que tinham transformado a criança que afinal foi capaz de crescer e tornar-se uma criatura tão normal que até foi condenada pelo mercado de trabalho a aplicar uma licenciatura em Letras nas funções de telefonista. Quanto a Ana Malhoa, foi discreta e disse o que dela poderia esperar-se com algum optimismo, isto é, teve uma prestação que pouco ou nada adiantou ao tema em debate. Também passou pelo programa aquela

pequenã convenientemente esquelida que recentemente surgiu, diz-se, como modelo de grande grandeza internacional, mas como ela só se tornou vedeta aos catorze anos dificilmente pode ser arrolada como menina-prodígio. O pequeno Saúl, esse sim, foi uma presença talvez mais que significativa, impressionante. Com ele veio o pai, que deu muitos sinais de estar feliz com o êxito do filho, e ainda bem. Mas o garoto, se é que esta palavra ainda se justifica plenamente, deu para pensar.

O Saul tem, como todos viram, o ar de um adulto em escala reduzida e, ainda isso não deva ser o mais importante, é talvez um dado menos esperado e justificador de uma vaga inquietação. O importante, porém, é o próprio Saul e o que o Saul faz, isto é, o que ele canta. Porque, como se sabe, o Saul não canta umas canções quaisquer: o seu repertório é constituído total ou maioritariamente por canções do Quim Barreiros ou no estilo de Quim Barreiros. Saul chamou-lhe “brejeiras”. Não são, pelo menos no que diz respeito às mais representativas: são obscenas, e dizê-las brejeiras é utilizar um semi eufemismo que visa furtá-las à adequada qualificação. E, acentue-se, não são obscenas por aludirem a coisas do sexo. O sexo não tem nada de obsceno, e decerto serão poucos os que sustentam terem nascido na sequência de uma obscenidade. O que é obsceno, isso sim, é o preconceito reles que por complexos motivos culturais (em melhor rigor, anticulturais) hostilizam o sexo e contra ele se mobilizam, quer utilizando um discurso falsamente purista e moralizador quer

lapidando-o sob o arremesso de pilhérias onde o despeito e as frustrações tentam disfarçar-se sob o esfarrapado manto da graça rasteira.

Apedrejar o sexo

Tal como o Quim Barreiros, o pequeno Saul colhe as suas munições “artísticas” nesse velho arsenal. Mas não é o Quim, mas sim o Saul, que aqui interessa e que interessou à pesquisa de Margarida Marante. Com algum visível embaraço, a jornalista perguntou ao miúdo se ele sabia do que estava a falar em certas das suas cantigas, e o artista respondeu, com os seus gestos de adulto prematuro, que sim, senhora, é claro que sabia. Admitamos que sim, que tem uma ideia necessariamente teórica e crua dos temas que lhe fornecem. A questão é que, apesar da sua precocidade, não é de crer que ele saiba, com um saber todo de experiên-

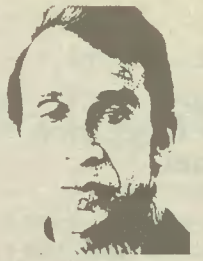
cia feito, da pulsão sexual, das relações sempre delicadas e parcialmente misteriosas entre sensualidade e sentimento, da intimidade entre desejo e amor. Quer dizer: o que dificilmente ele pode saber, porque se trata de uma sabedoria que lhe é praticamente inacessível, é que as suas cantigas avacalham um universo de realidades cuja abordagem em termos de seriedade continua a ser extremamente difícil, mesmo nos dias de hoje, liberalizadores de comportamentos.

Posto isto, a interrogação que me surge tem a ver com o que vai ser Saul, quando deixar de ser pequenino, perante a vida sexual e sentimental própria e alheia. Com razão ou sem ela, tenho como certo que a sua educação sexual, mais a do auditório infantil que segundo ele é o que mais gosta de ouvi-lo, é a pior possível. E isso tem consequências, para si e para outros, até porventura para os que hoje não apreciam por aí além a sua actividade artística. É um preço a pagar, sem dúvida. Pequeno preço, decerto, na avaliação do seu feliz pai. Preço difícil de fixar, mesmo só por cálculo aproximativo, se não nos alhearmos do efeito deseducador das cantigas reles num país secularmente hostil a um entendimento do sexo em termos de seriedade ou, talvez melhor, da mera inteligência. Continua a não ser raro, entre nós, que a garota apedreje um casal de cães surpreendendo em plena cópula. Mas comparado, o pequenino Saul, na esteira do espigadote Barreiros, ganhou notoriedade a apedrejar com versalhada de pé-quebrado alguns aspectos da sexualidade corrente. Ouvimos contar que o produto dessa indústria está a ser amealhado para benefício futuro, seu e dos seus irmãos. A mim, contudo, ficou a preocupar-me a contabilização não feita dos prejuízos decorrentes de tão feliz actividade “artística”.

TVISTO

■ Correia
da Fonseca

Palavras
e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Não nos deixas, António Pedro...

Uma grande amizade, discreta mas firme, cimentada há longo tempo em iniciativas e combates culturais e políticos, ligava-me a António Pedro Carvalho.

A minha modesta luta pela paz, ou melhor, contra o imperialismo e o belicismo norte-americano, vem de muito longe, dos tempos do (hoje tão minimizado) mesquinho e cruel fascismo lusitano.

Já nem sei quando encontrei o António Pedro Carvalho. Nele me encantaram sempre a invulgar aliança da cordialidade e da determinação, da coragem e da tolerância – e, a par de uma inteligência crítica muito viva, de uma boa preparação teórica no campo da história e do marxismo, um profundo e saudável amor à liberdade, um respeito natural por opiniões divergentes e o gosto pela discussão de ideias. Acima de tudo, a convicção profunda da necessidade e da razão da batalha que travamos pelo socialismo, pelo comunismo.

Um homem assim aguenta-se sempre, mesmo nas horas mais difíceis, quando tantos descreem, ao leme do barco.

Esse barco era para ele, já há muitos anos, o CPPC, para cuja presidência parecia fadado. Tinha por si a cabeça e o coração, em doses iguais, e uma espantosa capacidade de trabalho, a imaginação e a simpatia ou, se quisermos, o talento diplomático.

Comecei por escrever: «Não nos deixas, António Pedro». Foi o que senti, dolorosamente, quando soube da tua morte.

Agora, não conformado, porém mais sereno e ciente de que ficarás mesmo conosco, nos nossos actos, da nossa memória, digo-te, António Pedro, bem dentro de mim, onde a tua imagem perdura: a alegria de viver, o partido que tiravas das coisas boas da vida e o modo como sabias ver nos homens o melhor, mesmo quando por vezes desesperavam ou pareciam prestes a ceder e ias dar-lhes a mão. Esse teu estar no mundo deixa sementes.

Houve quem aprendesse contigo, com o teu sorriso, a pensar e a conviver com as dificuldades e com os perigos, até com o mal, até com as bonanças traiçoeiras.

Não duvides, estás conosco, ficas conosco, António Pedro.

No próximo *O Militante* a sair brevemente



Media
e
Sociedade

A imprensa revolucionária

ESCAPARATE

TEATRO



Uma comédia em estreia

Sobe hoje à cena, no Teatro Municipal Maria Matos (Lisboa), a peça «O Prato do Dia», um original em dois actos de Carlos Manuel Rodrigues, numa produção do Grupo Comédias de Lisboa. A encenação e cenário são de Henrique Macedo, com

figurinos e guarda-roupa de Maria Gonzaga, som de Carlos Marques e Álvaro Sanches, luzes de Carlos Macedo e direcção de produção de Paula Coelho. Nos principais papéis, veremos em acção Margarida Reis, José Boavida, Ana Luís e Agostinho Macedo.



Brando, Jean Simmons e Merle Oberon. Para este mês de Março, estão ainda previstos os filmes «A Grande Batalha», de William Wellman (1949), «Uma Mulher da Rua», de Martin Scorsese (1972), e «M.A.S.H.», de Robert Altman (1970).

Os Americanos

Prossegue no Centro Cultural Malaposta (Olival Basto) o ciclo de cinema «Os Americanos» que foi inaugurado em finais de Janeiro e continuará até meados do próximo mês de Maio com sessões todos os fins-de-semana. Assim, na sexta-feira e sábado (às 21.30) e domingo (às 15.30), será projectado o filme «Désirée» (1954), de Henry Koster, realizador de origem alemã que se refugiou nos EUA devido à perseguição nazi aos judeus e que, entre outras obras, se tornou conhecido pela realização do primeiro filme em *cinemascope*: «A Túnica». Os principais intérpretes de «Désirée» são Marlon

Mikhalkov em retrospectiva

O ABC Cine-Clube de Lisboa está a realizar, de 3 a 19 do corrente, no Cinema Quarteto (em Lisboa), uma retrospectiva do cineasta russo Nikita Mikhalkov. Com sessões marcadas para as 19 horas, está prevista para os próximos dias a projecção dos seguintes filmes: quinta 5 - «Peça Inacabada Para Piano Mecânico» (1977); sexta 6 - «Cinco Noites» (1978); terça 10 - «Alguns Dias na Vida de Oblomov» (1979); quarta 11 - «Siberiada» (1979, 1ª parte); e quinta 12 - «Siberiada» (2ª parte).

EXPOSIÇÕES

Uma personalidade multifacetada

No Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian (Piso 0), é hoje inaugurada e prolongar-se-á até 16 de Abril uma exposição com o título «Revolution My Body» centrada sobre a actividade artística de José Ernesto de Sousa (1921-1988). No texto de apresentação da exposição é justamente realçado ter tido esta personalidade multifacetada da cultura portuguesa «intervenções importantes em campos tão diferentes como o cinema e a crítica cinematográfica, a história da arte, o teatro e a performance, as artes plásticas e a organização de exposições». A mostra, cujos comissários são Maria Helena de Freitas e Miguel Wandschneider, integra obras da autoria de Ernesto de Sousa, a recriação de instalações efémeras, documentos de e sobre a sua actividade e depoimentos de diversos artistas que conviveram com ele e foram marcados pela sua personalidade.



«Percursos»

Sob este título genérico, estão a realizar-se neste momento no Centro Cultural Malaposta (Olival Basto) duas exposições de Marcos Filipe e Man constituídas por uma série de trabalhos de acrílico sobre tela. O horário destas exposições é o seguinte: de segunda a sexta, das 9.30 às 22 horas, e aos sábados e domingos das 14.30 às 22 horas.

Um colóquio oportuno

Numa organização da Casa-Museu Abel Salazar em colaboração com a Câmara Municipal de Matosinhos, realizar-se-á a partir da próxima 4ª feira, 11, no Salão Nobre daquela Câmara, um Colóquio subordinado ao tema «Seara Nova - Razão, Democracia, Europa - Textos e Contextos». Conforme se afirma no texto de apresentação deste colóquio: «A revista Seara Nova desenvolveu, durante mais de meio século, um incessante trabalho de fundamentação, esclarecimento e pedagogia democráticas. Reuniu, ao longo dos seus 58 anos de existência (1921-1979) uma larga pléiade de colaboradores que se estenderam do campo do pensamento filosófico e científico ao da doutrinação política, do da literatura ao da reflexão pedagógica, envolvendo intelectuais de diversas gerações tão prestigiados como Raul Brandão, Jaime Cortesão, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Rodrigues Lapa, Raul Proença, Augusto Abelaira...». Sob a responsabilidade científica de Isabel Pires de Lima e António Pedro Pita e a coordenação de Maria Luísa Garcia Fernandes, o colóquio abordará três linhas fundamentais de reflexão - Racionalidade / Democratização / Europeização - conceitos à volta dos quais se propõe pensar hoje a revista, e prolongar-se-á até quinta e sexta-feira (12 e 13), estão previstas intervenções individuais ou painéis de discussão sobre matérias tão diversas como: «Contextos históricos da Seara Nova», «As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à Seara Nova», «O estético, o político e o cultural nas revistas de doutrina e crítica», «Há uma estética seareira?», «Pensar o mundo à escala da luz» - dificuldades e importância de uma cultura científica ou «A Crise da Europa e a Democracia».



BAILADO

Nova Temporada da C.N.B.

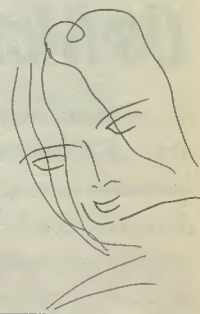
Tem início na próxima quarta-feira, 11, a nova Temporada 1998/1999 da Companhia Nacional de Bailado dirigida por Jorge Salavisa e cujos espectáculos se realizarão, ao longo de um ano, em vários pontos do país, como Almada, Amadora, Aveiro, Braga, Coimbra, Covilhã, Estoril, Estremoz, Évora, Figueira da Foz, Idanha-a-Nova, Lagos, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Portalegre, Portimão, Porto, Santa Maria da Feira e Serpa. O primeiro programa será apresentado nos dias 11, 12, 13 e 14 (às 21.30) e 14 e 15 (às 16 horas) no Rivoli Teatro Municipal do Porto e em primeiro plano estará uma nova produção do bailado «A Bela Adormecida» com música de Tchaikovsky e coreografia segundo Petipa. A coreografia adicional será de Ted Brandsen, a cenografia e figurinos de António Lagarto e o desenho de luzes de Paulo Graça. À frente da Orquestra Nacional do Porto estará o maestro Vasco Pearce de Azevedo.



LIVROS

A IMOBILIDADE FULMINANTE

António Ramos Rosa



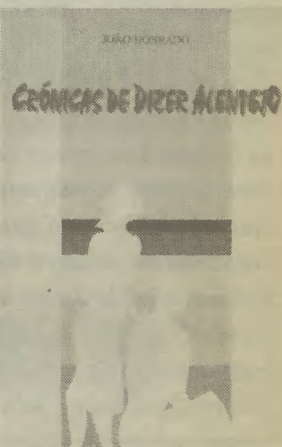
A Imobilidade Fulminante

O poeta António Ramos Rosa anuncia, na introdução, que começou a escrever este seu livro «imediatamente após a leitura do admirável livro "A mão feliz" de Rosa Alice Branco».

Nascido, assim, de um modo especial de dialogar com outras obras que o autor, «leitor apaixonado», cultiva com rara lucidez, *A Imobilidade Fulminante* é um produto exemplar da arte poética de Ramos Rosa.

Com a maturidade e o fulgor com que sabe encontrar a palavra exacta e dominar os ritmos e as cadências da nossa língua, o autor de «A Construção do Corpo» avança neste seu último livro pelos «mistérios» da criação com a imaginação obsessiva que se lhe conhece e um erotismo ao nível do melhor da sua obra. Como nestes versos: *Quando o poema toca o nó profundo/ entre as virilhas de não se sabe que figura/ a palavra suspende-se como uma constelação/ para se consumir na aliança e ser a árvore da dança.*

Editora Campo das Letras, colecção *Campo da Poesia*.



Crónicas de Dizer Alentejo

Do nosso camarada João Honrado - um nome que também nas páginas do «Avante!» surge colaborando com a notícia e a opinião - este livro de Crónicas de Dizer Alentejo, cujo título diz o mais importante. Mesmo quando João Honrado avança noutros temas e noutros caminhos ou, recuando no tempo, nos fala de lutas passadas e de outros lugares, é sempre uma voz clara e alentejana que se escreve. E se lê com gosto. Acompanhamos Martinho Marques que escreveu o prefácio, quando diz: «Sabendo que uma gaveta é surda como uma porta, o João já concluiu que escrever para ela não é forma de intervir.» E João Honrado é homem de intervenção. No seu Alentejo. Mas, mais largamente, no Portugal e neste mundo que queremos transformar. Uma edição da Associação dos Municípios de Beja.

ÚLTIMAS

ATALHE
DE FOICE

Os Mofina Mendes

Alguns ministros sentiram-se esta semana compelidos a dizer coisas, acabando por beneficiar o país com um inesperado auto-retrato governamental.

Sousa Franco mobilizou a Comunicação Social para anunciar que já estão cumpridas as metas de integração na moeda única, pelo que está no papo a entrada de Portugal na estreia do euro. Resultado: a especulação disparou na Bolsa de Lisboa a caminho de mais um alegre crash e o marco alemão tratou de nos meter na ordem com mais uma desvalorização do escudo.

Enquanto o ministro das Finanças resplandecia na sua inimitável auto-satisfação, o ministro Jorge Coelho passou revista a 100 jipes da Guarda Fiscal novinhos em folha e, depois de lhes espreitar os motores ao som da fanfarra da corporação, descobriu algures, entre as válvulas e os filtros, que vinham aí quase 10 milhões de contos para apetrechar as forças policiais e inundar o país de segurança.

É realmente extraordinário o que se pode conseguir com 100 jipes.

Não muito longe, o ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, constatava perante uma plateia de universitários que a produção de doutorados em Portugal tem vindo a crescer a um ritmo anual de 10%, o que o conduziu a duas conclusões: uma, a de que um dia destes alcançamos a melhor média europeia neste tipo de actividade, outra – e decorrente da primeira –, a de que tal abundância de doutores permitirá ao «panorama científico em Portugal» igualar, ou mesmo ultrapassar, a média dos seus congéneres europeus mais desenvolvidos. Ora cá estamos nós outra vez a dar novos mundos ao mundo. Enquanto os países desenvolvidos da Europa andam há décadas armados em parvos a enterrar biliões em fábricas, universidades, laboratórios, centros de investigação, aplicações tecnológicas, programas de desenvolvimento, etc. etc., nós produzimos doutores e passamos-lhes a perna.

Literalmente, é de ficarmos gagos – nós, a Europa e o mundo.

Para rematar, o inevitável ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, além de ocupar duas páginas do Diário de Notícias a deslumbrar-se consigo próprio («fiz imensas coisas na vida para além de dar aulas», «sou muito realizador», «ao nível dos comentadores tentam emparedar-me, limitar a minha acção», etc., etc.), ainda teve disponibilidade para debitar nexos extraordinários, como o de serem os partidos, «por vocação»,

«instrumentos de conquista e manutenção do poder». Só mesmo este homem tinha a candura de confessar o que os seus parceiros de Governo procuram esconder a todo o transe: que, afinal, a «política do coração» do Executivo do PS/António Guterres se limita – igualzinho ao PSD – a bater pela conquista e manutenção no poder.

No Auto de Mofina Mendes, a heroína transportava à cabeça um cântaro de azeite recém-adquirido, ao mesmo tempo que planeava um futuro risonho, garantido pela venda do produto: primeiro comprava ovos, dos ovos saíam aves, as aves dariam porcos e etc. etc., até ao triunfo de um casamento faustoso e prestigioso. Como se sabe, acabou em tropeço no chão, partindo a bilha e derramando o azeite e os sonhos.

Quando Gil Vicente compôs a figura de Mofina Mendes, estava, mais uma vez, a advertir os seus contemporâneos com uma história exemplar.

O que não podia imaginar – apesar do seu enorme talento e inventiva – é que estava também a descrever os governantes do Partido Socialista chefiados por António Guterres:

Cujo, além de engenheiro, está rodeado de doutores, o que, no raciocínio de Mariano Gago, transforma o seu Governo num Executivo de ponta que nos anda a abençoar a todos.

■ Henrique Custódio

Lei Orgânica do referendo
PCP denuncia
conspiração do PS e PSD

O Grupo Parlamentar do PCP denunciou, segunda-feira, a “conspiração entre PS e PSD” em torno da legislação sobre o referendo, nomeadamente no que se refere ao acesso dos partidos aos tempos de antena nas campanhas eleitorais.

Em conferência de imprensa, pela voz do vice-presidente da bancada parlamentar, João Amaral, que estava acompanhado de António Filipe, o Grupo comunista acusou aqueles partidos de estarem a fazer um “fatinho à medida dos seus achaques” na discussão na especialidade da lei orgânica do referendo, diploma que ontem subiu a plenário para ser discutido e votado.

A formação comunista verbera concretamente o facto de o PS e o PSD estarem animados não pela busca de “soluções justas e adequadas para o funcionamento do instituto do referendo”, mas sim, como frisou João Amaral, pela necessidade de encontrarem “resposta casuística aos problemas políticos concretos com que se defrontam na actual conjuntura”.

Os deputados comunistas consideram que aceitar que os partidos políticos participem nas campanhas dos referendos sem assumirem uma posição de «sim» ou «não» constitui uma “violação da regra constitucional da igualdade de oportunidades entre as duas posições”, tendo garantido a apresentação de propostas de alteração no debate agendado para ontem.

“Os tempos de antena devem ser divididos entre o «sim» e o «não», nele podendo participar os partidos e grupos organizados de cidadãos que assumam uma posição”, defendeu João Amaral, para quem a solução encontrada mais não visa do que “resolver as difi-

culdades internas que torturam PS e PSD”.

Entendendo que a participação dos partidos sem posição oficial “vai confundir os eleitores”, o parlamentar do PCP considera igualmente inaceitável que a lei preconize que os partidos representados na AR sejam obrigados a intervir nas campanhas referendárias nos termos em que se apresentaram nas eleições legislativas. Com esta norma, por exemplo, PCP e PEV (que formam a coligação CDU), seriam obrigados a ter tempos de antena em conjunto e não em separado.

“É uma norma *ad hominem* que visa exclusivamente o PCP, para o impedir de intervir na campanha como tal, o que é manifestamente inconstitucional e gravemente lesiva dos direitos e do estatuto político do PCP”, sublinhou.

Ainda no que se refere à forma como decorreu a discussão em sede de comissão dos diplomas aprovados na generalidade (Governo, PSD, PP e PCP), criticada foi por João Amaral o que classificou de “pressão” de PS e PSD para o encurtamento dos prazos concedidos ao Presidente da República e Tribunal Constitucional nesta matéria.

Sem reparo crítico não passou, por outro lado, a tentativa de eliminação da norma actualmente em vigor que preconiza que não pode ser praticado nenhum acto relativo à convocação ou realização de referendo nos três meses posteriores a uma consulta.



O PS capitulou às exigências do PSD em matéria de regionalização e na lei da interrupção voluntária da gravidez, acusa o PCP

Esta norma serve para “resolver os problemas de calendários que condiciona esta concreta procição de referendos”, acusou o deputado do PCP, sustentando que o cruzamento de referendos e decisões sobre os mesmos pode “configurar um elemento de pressão e condicionamento do eleitorado”.

Com a previsível realização de três referendos no horizonte – aborto, europa e regiões –, a bancada comunista fez ainda questão de lembrar a sua oposição à realização da consulta sobre aborto, sublinhando que a lei pode ser aprovada em votação final pela mesma maioria que optou pela via parlamentar para legislar e que aprovou um projecto em 4 de Fevereiro último.

Manifestada por João Amaral foi igualmente a oposição do PCP em relação a um “referendo-burla” sobre a questão europeia, considerando que a haver referendo sobre esta matéria ele deveria incidir sobre os critérios de Maastricht e a adesão à moeda única.

Verberado por João Amaral foi ainda o comportamento do PS e PSD no que se refere à marcação das datas dos referendos, considerando-o um “desrespeito chocante” e uma interferência nos poderes do Presidente da República.

“É ao Presidente da República que cabe decidir livremente se convoca ou não os referendos, a definição da sua data e eventuais simultaneidades de consultas populares”, lembrou João Amaral.

Demitido
Fuzeta da Ponte

O Governo anunciou ontem que Fuzeta da Ponte vai ser exonerado do cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. A notícia foi dada pelo Ministério da Defesa Nacional, num comunicado em que refere, segundo a Agência Lusa, que anteontem o PR disse ao chefe do Governo que o almirante deixara de merecer «confiança política e funcional». A decisão será tomada na reunião de hoje do Conselho de Ministros.

Em causa Biblioteca de Évora
PCP quer ouvir ministro da Cultura

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a presença do ministro da Cultura na subcomissão de Cultura da Assembleia da República para esclarecimentos sobre a Biblioteca Pública de Évora. Em causa está o futuro daquele importante valor do nosso património bibliográfico e arquivístico, cuja situação tem sido rodeada de larga polémica na cidade de Évora.

Esta diligência do Grupo comunista surge na sequência da visita que os deputados comunistas Lino de Carvalho e José Calçada, acompanhados de Diamantino Dias e Celino Silva, efectuaram àquele equipamento cultural, bem como à Câmara Municipal, onde foram recebidos pelos respectivos responsáveis, a quem expuseram o seu propósito de “contribuir para uma solução que preserve a dignidade e o futuro da Biblioteca Pública de Évora e também con-

dições de instalações e trabalho para o Arquivo Distrital, que valorize a cidade, Património da Humanidade, e que responda de maneira eficaz às necessidades de investigadores e leitores”.

Em conferência de imprensa, Lino de Carvalho, depois de recordar que sucessivos governos se demitiram das suas responsabilidades no plano da conservação, valorização e moder-

nização, defendeu que a Biblioteca deve “manter a sua unidade funcional e orgânica”, incorporando simultaneamente as “novas valências de uma moderna biblioteca”.

Investigação tem falta de recursos

As verbas do Orçamento de Estado para 1998 destinadas às actividades de Ciência e Tecnologia indicam que «se mantêm ao nível dos anos anteriores – já de si muito baixos – os recursos financeiros» para actividades de Investigação e Desenvolvimento Experimental. Esta é a conclusão da Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP que depois de uma análise do Orçamento de Estado considera que «é forçoso reconhecer que não existem sinais

claros de se estar a avançar no sentido de mudanças significativas na situação do Sistema Científico Tecnológico» (STC). Segundo o PCP, «a situação é reconhecidamente má, quer no plano dos recursos humanos e materiais – equipamentos e instalações – escassos e envelhecidos quer no que respeita à organização e gestão deseses mesmos recursos. Nada permite afirmar, antes pelo contrário, que se esteja objectivamente a caminho de transformar o frágil e desarti-

culado SCT nacional num sistema científico e tecnológico comparável ao de outros países europeus medianamente desenvolvidos».

No próximo número, contamos poder dar um tratamento mais pormenorizado à análise desta Comissão do PCP.

